



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA
PRO-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA - PROPPIT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO - PPGSND**

ERBENA SILVA COSTA

**CAMPO DAS RELAÇÕES DO ECOTURISMO E DO PATRIMÔNIO EM
BELTERRA, PA: O LIMITE DAS POLITICAS PÚBLICAS**

Santarém, PA
2018

ERBENA SILVA COSTA

**CAMPO DAS RELAÇÕES DO ECOTURISMO E DO PATRIMÔNIO EM
BELTERRA, PA: O LIMITE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Ciências, ao
Programa de Pós-Graduação em Sociedade Natureza
e Desenvolvimento – PPGSND, da Universidade
Federal do Oeste do Pará – UFOPA

Orientadora: Prof.^a Dra. Lilian Rebellato (UFOPA)
Co-orientador: Prof. Dr. Silvio José de Lima
Figueiredo (UFPA/NAEA)

Santarém, PA
2018

À minha filha Anna Laura Porsborg

Amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por me dar saúde e lucidez para desenvolver meus estudos.

Agradeço ao professor Dr. Silvio José de Lima Figueiredo Co orientador, pela paciência, incentivo, competência, e, sobretudo pelas discussões e instigações necessárias para o meu amadurecimento no decorrer do caminho trilhado.

Agradeço a professora Dra. Lilian Rebellato orientadora, pelo incentivo e competência.

Agradeço a minha filha Anna Laura e a seu pai Bent Porsborg pelo apoio, pois sempre me incentivaram a buscar crescimento acadêmico.

À Professora Dra. Tereza Ximenes, que juntamente com sua equipe, implantou o Programa de Pós-Graduação em nível de Doutorado em Santarém permitindo que tivéssemos acesso a esse nível de qualificação.

Agradeço as colegas de Pós-Graduação. A Sarah, minha amiga e “consultora” em tecnologia e Gylcidaia, pelo companheirismo, horas de discussões teóricas juntas e pelas risadas ao longo deste período que passamos juntos.

Agradeço ao Professor Me. Amarildo Ferreira Junior pelo apoio.

À Marialina Corrêa Sobrinho pelo “apoio tecnológico”.

Agradeço aos moradores de Belterra e aos Comunitários de Aramanaí e Pindobal.

Agradeço as minhas ex-alunas do Curso de Bacharelado em Turismo do IESPES, Roberta Sousa, Cibelle Élide e Maria Risonete Pereira que muito contribuíram com informações e aos ex-alunos do IFPA Maria Aparecida e Jerry fundamentais para meu trabalho.

É difícil poder listar e agradecer a todos e todas nominalmente, mas desde já, gostaria de agradecer a gentileza de cada um que direta ou indiretamente dispensou apoio a essa pesquisa.

Enfim, agradeço aos meus colegas e professores que, de certa forma, contribuíram e me acompanharam durante minha trajetória na pós-graduação.

Meus sinceros agradecimentos. Muito obrigada!

Dentro de alguns centos de anos, outro viajante, tão desesperado como eu, neste mesmo lugar, chorará o desaparecimento daquilo que eu teria podido ver e que não aprendi.

Claude Lévi-Strauss

RESUMO

Esta tese buscou pesquisar a relação entre as experiências de ecoturismo implementadas em Belterra, especificamente nas comunidades de Aramanaí e Pindobal inseridas na Área de Proteção Ambiental (APA) Aramanaí com os seus patrimônios Naturais e Culturais. O objetivo principal foi analisar as relações socioambientais existentes no Campo de Relações do Ecoturismo em Belterra, nas Comunidades de Aramanaí e Pindobal, em torno da conservação e preservação dos patrimônios cultural e natural dessas localidades. Caracterizada como uma pesquisa interdisciplinar buscou como caminho teórico metodológico seguir as orientações propostas por Pierre Bourdieu, explorando sua referência bibliográfica nas investigações e os conceitos de campo e de *habitus*, mas também se alicerça em teorias que tratam do ecoturismo e do patrimônio. Além disso, procurou entender de que forma a prática do ecoturismo mobiliza esses patrimônios nas localidades estudadas. As técnicas usadas foram a observação de campo, as entrevistas não diretivas, as conversas informais, o levantamento bibliográfico, documental e fotográfico. Desse modo, observou-se no decorrer do estudo que o turismo praticado em Belterra, Pindobal e Aramanaí não decorre do segmento ecoturismo como apontado nos documentos do Estado e sim o turismo convencional de sol e praia. Conclui-se que os patrimônios cultural e natural dos locais estudados não estão sendo incorporados aos produtos turísticos para serem caracterizados como ecoturismo, apesar de iniciativas de intervenções em andamento para a restauração e conservação desses patrimônios. Neste sentido, constatou-se que sem o devido acompanhamento e fomento por parte do poder público, os agentes mercadológicos são os protagonistas com ações pontuais voltadas para a prática da atividade turística que ocorre de forma desarticulada.

Palavras-chave: Experiências de ecoturismo. Campo de relações. Desenvolvimento turístico integrado.

ABSTRACT

This thesis analyzed the relationship between ecotourism policies instituted in Belterra and also in the communities of Aramanaí and Pindobal that are within the Environmental Protection Area of Aramanaí (APA Aramanaí), which is rich in natural and cultural patrimony. The principal goal of this research was to analyze the socio-environmental relations that exist within the field of ecotourism in the communities of Aramanaí and Pindobal with respect to the conservation and preservation of the natural and cultural patrimony of these communities. This interdisciplinary research followed the methodological theory proposed by Pierre Bourdieu, exploring, within this theory, the concepts of rural area and *habitus*, while at the same time also basing this work on theories that deal with ecotourism and aspects of natural and cultural patrimony. Furthermore, this research aimed to comprehend how the practice of ecotourism affects the recognition of the value and importance of the natural and cultural patrimony by members of these communities. The techniques used were field observations, non-directive interviews, informal conversations, and reviews of literature, documents, and photographs. In this context, it was observed that during the study period, tourism as practiced in Belterra, Pindobal and Aramanaí was not similar to the images of ecotourism as promoted in official propaganda published by the government of the State of Pará but rather was more similar to conventional tourism involving sun and beach. It is concluded that natural and cultural patrimony in the studied communities is not being incorporated into ecotourism packages in spite of the initiatives and interventions currently underway to restore and conserve this patrimony. In this way this study demonstrated that without the necessary effort and promotion, on the part of public authorities, of ecotourism focused on natural and cultural patrimony, tourism agents are relegated to being the protagonists responsible for promoting this tourism activity in a random and disorganized manner.

Keywords: Ecotourism. Patrimony. Development of integrated tourism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aspectos e contradições do ecoturismo	36
Quadro 2 – Agentes do campo das relações	81
Quadro 3 - Unidades de Conservação existentes no Polo Tapajós	87
Quadro 4 - Planos, Programas e estudos que influenciaram a elaboração do Proecotur.....	88
Quadro 5 - Polos de ecoturismo da Amazônia Legal - Proecotur.....	93
Quadro 6 - Síntese das categorias analíticas	103
Quadro 7 - Propostas e projetos de interesse turístico para Belterra e comunidades Aramanaí e Pindobal (2000-2017).....	123
Quadro 8 - Caracterização das comunidades de Aramanaí e Pindobal (APA de Aramanaí)	131
Quadro 9 - Calendário de eventos das comunidades pesquisadas	138
Quadro 10 - Empreendimentos e atividades turísticas em Belterra Aramanaí e Pindobal	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios que compõem o Polo Tapajós	43
Tabela 2 - População, Área e Densidade Demográfica 2000-2017	63
Tabela 3 - Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade Econômica 2007/2015	65
Tabela 4 - Incremento absoluto (km) e relativo (km/10 ⁴ km ² /ano) de estradas nas unidades de conservação do município de Belterra (PA) em cada período estudado	69
Tabela 5 - Desmatamento acumulado até 2007 em Belterra e em unidades de conservação do município	70
Tabela 6 - Representa os agentes sociais entrevistados em cada localidade	79
Tabela 7 - Valores recebidos pelo município de Belterra referente ICMS Verde período 2014-2017	102
Tabela 8 - Total da oferta hoteleira em Belterra (núcleo urbano), Aramanaí e Pindobal	139

LISTA DE FIGURAS E DIAGRAMAS

Figura 1 - Polos de Ecoturismo no Pará	45
Figura 4 - Lei que instituiu e oficializou o festival do açaí.....	182
Diagrama 1 - Campo das relações do ecoturismo e do patrimônio no local estudado	86
Diagrama 2 - Estrutura do Relatório Fase I	98
Diagrama 3 - Estrutura do Plano Operacional de Desenvolvimento	100
Diagrama 4 - Estrutura Plano Operacional de Marketing	101

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa da localização geográfica de Belterra, PA.	59
Mapa 2 - Llimites da APA Aramanáí.....	66
Mapa 3 - Localização das comunidades da APA de Aramanáí.....	68
Mapa 4 - Polos de Ecoturismo 1997.....	90

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Logomarca do Plano Ver-o-Pará para a comercialização do turismo divulgada inclusive nas aeronaves da azul linhas aéreas	97
Fotografia 2 - Castanheira após ter seu entorno desmatado	109
Fotografia 3 - Entrada do bosque das seringueiras em Belterra, PA	110
Fotografia 4 - Casa 01, construída para Henry Ford	111
Fotografia 5 - Herança deixada pela Cia Ford do Brasil. Comparação entre rua 1 em Belterra e uma rua em uma cidade americana. a) Núcleo urbano de Belterra, PA, BR. b) Hillside, NJ, USA.	112
Fotografia 6 - Placa indicando restauro das caixas d'água	112
Fotografia 7 - Herança deixada pela Cia Ford do Brasil. Comparação entre caixa d'água em Belterra e caixa d'água nos Estados Unidos a) Caixa d'água estrada 7 Belterra, PA, BR. b) Caixa d'água na Ilha de Manhattan, NY, USA.	113
Fotografia 8 - Antiga creche Darci Vargas reformada e transformada em escola	113
Fotografia 9 - Resquício de maquinário trazido dos Estados Unidos	114
Fotografia 10 - Centro de memória de Belterra situado no bosque das seringueiras	114
Fotografia 11 - Fotos de placas de venda indicando especulação imobiliária na comunidade de porto novo onde está previsto a construção de portos	121
Fotografia 12 - a) Placas de restauro do antigo alojamento da EMBRAPA. b) antigo alojamento da EMBRAPA. c) Prédio restaurado e transformado em alojamento para pesquisadores.	126
Fotografia 13 - Placa indicando a construção do Museu de Ciências	128
Fotografia 14 - Placa indicando pavimentação asfáltica estrada Alter do Chão Pindobal	129
Fotografia 15 - a) Centro de atendimento ao turista (CAT) e b) Placa de identificação	131
Fotografia 16 - Lago do encanto em Aramanaí nos períodos de cheia e seca do rio Tapajós, respectivamente. .	133
Fotografia 17 - a) Pousada e restaurante Sereia. b) Espaço de Eventos Iaras	134
Fotografia 18 - Vagão da época Ford na praia de Pindobal: um patrimônio desperdiçado.....	135
Fotografia 19 - a) Fluxo de ônibus na praia de Pindobal. b) Acúmulo de lixo na entrada da praia de Pindobal. .	136
Fotografia 20 - a) Placa sinalizando proibição de veículos na praia. b) Veículo na praia em desacordo com a lei municipal. c) Efeitos erosivos na areia da praia após o trânsito de veículos.	137

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

GTC - Grupo Técnico de Coordenação do Ecoturismo para a Amazônia Legal

IBAMA–Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

ICMBIO–Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IESPES – Instituto Esperança de ensino Superior

IFPA – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MMA–Ministério do Meio Ambiente.

MICT - Ministério da Indústria, Comércio e Tecnologia

MITUR- Ministério do Turismo

ONU–Organização das Nações Unidas.

OMT – Organização Mundial de Turismo

SCA - Secretaria de Coordenação da Amazônia

SNUC–Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROECOTUR - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal

UCs – Unidades de Conservação.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 DEBATES ACERCA DO ECOTURISMO, DO PATRIMÔNIO E SUAS CONCEPÇÕES	21
2.1 Turismo: âmbito e dimensão	21
2.1.1 Turismo e Turista: origem dos conceitos	24
2.1.2 Ecoturismo: histórico e aspectos conceituais	28
2.1.3 Ecoturismo no Brasil	31
2.1.3.1 <i>Aspectos e contradições do ecoturismo</i>	35
2.1.3.2 <i>Ecoturismo e Estado: o discurso da sustentabilidade</i>	38
2.2 O Turismo nas Políticas de desenvolvimento na Amazônia Legal.....	40
2.2.1 Planejamento e Gestão do Ecoturismo na Amazônia	42
2.2.1.1 <i>Caracterização do Polo Tapajós</i>	42
2.3 A dinâmica dos patrimônios cultural e natural	45
2.3.2 Discussões acerca dos patrimônios cultural e natural: reflexão sobre os conceitos	46
2.3.2.1 <i>Concepções de patrimônio</i>	46
2.3.2.1.1 <i>Patrimônio cultural</i>	51
2.3.2.1.2 <i>Patrimônio natural</i>	54
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	59
3.1 Área de Estudo.....	59
3.1.1 Origem e formação do município de Belterra	60
3.1.1.1 <i>Principais atividades econômicas</i>	64
3.1.2 Área de Proteção Ambiental Aramanáí	65
3.2 Os caminhos metodológicos percorridos	71
4 A DINÂMICA DO ECOTURISMO NO MUNICÍPIO DE BELTERRA E SUAS COMUNIDADES, DE ARAMANAÍ E PINDOBAL, E SUA RELAÇÃO COM OS PATRIMONIOS CULTURAL E NATURAL	80
4.1 Experiências, Programas e Projetos para fomento e desenvolvimento do Segmento Ecoturismo para Belterra no período de 2000 a 2017.....	86
4.1.1 Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR)	91
4.1.2 Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) no Pará	94
4.1.3 Plano Ver-o-Pará	96
4.1.4 Plano Encontro	97
4.1.5 ICMS Ecológico ou Verde	101
4.2.3 Lugares considerados como atrativos turísticos em Belterra, PA	110
4.2.4 Estruturação de Roteiros Turísticos.....	115
4.2.5 Logística de acesso aos atrativos	116
4.2.6 Comercialização do Ecoturismo	117
4.2.7 Relação com os agentes sociais do ecoturismo e o meio ambiente	117
4.2.9 Relação de vizinhança e com os turistas	119
4.2.10 Processos decisórios acerca da atividade.....	120
4.2.11 Relações com os agentes institucionais e governamentais	122

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS.....	147
APÊNDICES	158
ANEXOS.....	166

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cujas composições integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade em troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno recheado de objetividade/subjetividade, vivenciado por milhões de pessoas em todo o mundo, como produto turístico (MOESCH, 2002).

Nos últimos anos, o turismo conquistou o *status* de um dos maiores setores da economia mundial e no Brasil cresce de modo visível. Em resposta a uma demanda do mercado e da sociedade, torna-se objeto de estudo em diversos níveis e disciplinas, chegando com muito mais frequência às teses acadêmicas.

Desde meados da década de 1990, o Brasil está presenciando a segunda fase do desenvolvimento do turismo no país (a primeira fase foi no início da década de 1970, em pleno regime militar, e não foi bem-sucedida), com o setor atraindo o interesse dos políticos empresários e acadêmicos. Fruto da abertura econômica e da inserção do Brasil no processo de globalização, os investimentos internos e externos aumentaram consideravelmente e o fluxo de turistas estrangeiros cresceu, ainda que de forma irregular (TRIGO, 2002, p. 11).

Como atividade de grande relevância econômica e conservacionista, o turismo em ambiente natural é uma forma de utilizar e desenvolver com sustentabilidade os recursos naturais, assim como, valorizar a cultura local e seus patrimônios, pois, para ser praticado de modo sustentável, é necessário considerar esses aspectos como fundamentais para que de fato possa acontecer o desenvolvimento do turismo de forma benéfica.

Diante disso, se reforça o seu modo de uso com objetivo na conservação, e principalmente, a participação da comunidade local, para que esta atividade seja sustentável (SACHS, 2009).

O modelo de conservação adotado na Amazônia brasileira baseia-se na implantação de Unidade de Conservação, que na prática tem se mostrado insuficiente para garantir a biodiversidade e principalmente, minimizar os impactos negativos decorrentes da ação humana.

Por esta razão, na tentativa de salvaguardar o patrimônio cultural e natural do Brasil e principalmente, da região Amazônica por apresentar um enorme potencial para o turismo, o estado do Pará, passou a ter ações de planejamento, de acordo com documentos elaborados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (FIGUEIREDO, 1999, p. 75).

Na perspectiva de desenvolver um turismo aceitável em todos os níveis, e que contribua para conservação da floresta e de seus ecossistemas, além, da inclusão social da diversidade cultural em todo processo das atividades turísticas, surgiu turismo ecológico ou ecoturismo como um segmento do turismo que apresenta a capacidade de conciliar a conservação dos patrimônios culturais e naturais com seu uso sustentável. Essa modalidade de turismo vem se expandindo de forma diferenciada no Brasil e no mundo, sendo realizada principalmente em Áreas Naturais Protegidas, cujo principal objetivo está pautado nos princípios da sustentabilidade.

Para Figueiredo (1999), a facilidade mercadológica do nome Amazônia, também aparece como uma razão ímpar para o fortalecimento do ecoturismo na região. Este segmento apresenta-se como uma proposta inovadora visando incorporar os diversos setores da sociedade, principalmente as comunidades locais, e ao mesmo tempo, por se apresentar como uma atividade mais rentável que outras tais como agricultura e pesca.

Todavia, apesar do ecoturismo preconizar a proteção do patrimônio natural e cultural, é importante ressaltar que, quando exercido de forma descuidada ou extremamente ambiciosa, pode gerar sérios riscos ao ambiente, ocasionando degradação, pois, quando existir uma procura intensa por uma área natural e não existir controle nem fiscalização, possivelmente haverá impactos negativos ao ambiente, cuja tutela requer a atuação do Poder Público e da sociedade.

Desse modo, é pertinente e necessário o conhecimento da regulamentação legal desse segmento turístico e ainda dos meios utilizados para se atingir seu principal objetivo que é a manutenção do “meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável”, nas localidades estudadas e como os comunitários se adaptaram às mudanças socioeconômicas, ambientais e culturais, conforme o disposto no Art. 225, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (BRASIL, 1988).

Assim sendo, o ecoturismo busca provocar e satisfazer o desejo que se tem de estar em contato com a natureza, e explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, mitigando os impactos negativos sobre a ecologia, a cultura e a estética.

Outro fator relevante a ser considerado nessa perspectiva, é a relação do ecoturismo com o patrimônio, que conforme argumenta Scifoni (2006, p. 57) existe outra dimensão a considerar à emergência do tema patrimônio como uma questão da contemporaneidade. Esta autora observa que não obstante o papel de destaque atingido pelo patrimônio cultural, em relação ao patrimônio natural como seu principal desdobramento à situação é oposta. Pois, se internacionalmente há uma acirrada disputa entre os países para inscrição de seus bens de valor

cultural na lista do Patrimônio Cultural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por outro lado, os patrimônios naturais só representam uma pequena parcela do interesse institucional para reconhecimento.

Nesse contexto de discussões, reveste-se dessas inquietações, o avanço da economia e da sociedade pós-moderna, que se fundou na exploração de novas fronteiras de recursos, de novos territórios, e na geração de tecnologias para apropriação da natureza.

Nessa lógica, esse movimento contínuo e tenso entre técnica, enquanto ciência aplicada, e a apropriação de recursos naturais e culturais enquanto mercadoria atravessa os séculos e tem sido objeto de reflexão, na busca de explicações sobre a natureza e dos ciclos de acumulação de capital. Na contemporaneidade, a valorização da biodiversidade passa pela mediação de discursos que emergem e fazem eco no campo cultural e natural da sociedade pós-moderna, desafiando esferas governamentais, políticas e gestão pública, bem como agentes sociais variados, a encontrar procedimentos ambientalmente mais sustentáveis para o desenvolvimento endógeno.

Na região norte do Brasil, mas especificamente no Oeste do Pará, destaca-se o município de Belterra com a sua Área de Proteção Ambiental (APA) Aramanaí contemplando sete comunidades, a saber: Santa Cruz, Cajutuba, Porto Novo, Iruçanga, Revolta, Aramanaí e Pindobal. Ressaltando que essas duas últimas além do núcleo urbano de Belterra, são objetos de estudo desta tese de doutoramento como dito anteriormente.

Considerando-se a existência de experiências que se supõem para o desenvolvimento do ecoturismo nestas localidades acima citada, com efeitos nos elementos dos bens culturais e naturais desses locais, o problema desta pesquisa é: A região do Polo Tapajós vem sendo apontada por vários estudos como precursora do ecoturismo por apresentar uma suposta vocação natural para a prática sustentável dessa atividade e incluir as comunidades locais em todas as etapas desde o seu planejamento e gestão, a fim, de torná-las protagonistas.

Acredita-se que para o fortalecimento dos processos é necessário a dinamização de parcerias entre os principais agentes sociais envolvidos (governo, comunidades e iniciativa privada), pois o protagonismo local e o empoderamento das lideranças comunitárias representam elementos essenciais para estruturação de Belterra e de suas comunidades como um destino referência em ecoturismo no Polo Tapajós¹.

¹ Na Amazônia os cenários naturais são os grandes incentivadores do chamado turismo ecológico ou ecoturismo. Diante deste fato o Governo Federal criou o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal-Proecotur, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do turismo na região. Do mesmo modo como as atividades agropecuárias e agro minerais, a atividade do turismo na Amazônia Legal foi planejada por delimitação de polos, denominados polos turísticos, na tentativa de induzir uma atividade econômica nos espaços

Assim sendo, torna-se necessário verificar se esta modalidade é efetivamente desenvolvida nestes locais, considerando-se os sentidos e efeitos da adoção dessa perspectiva e os princípios que regem as suas bases, que, de acordo com o conceito adotado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), traz à luz princípios de conscientização ambiental e sustentabilidade.

Baseando-se nessa perspectiva e diante da necessidade de se conhecer melhor a relação entre o ecoturismo e a realidade das comunidades pesquisadas buscou-se responder as seguintes questões norteadoras: Quais são os desdobramentos para o desenvolvimento do ecoturismo decorrentes dos programas de governo no período de 2000 a 2017 para o município de Belterra-PA e de suas comunidades de Aramaná e Pindobal? Como são direcionadas as propostas de planejamento? E quais são os seus efeitos sobre a conservação e preservação dos patrimônios cultural e natural dessas localidades?

A partir do marco de problematização, foi levantada a hipótese: Embora exista uma tendência de crescimento do ecoturismo no Polo Tapajós, Oeste do Pará, no qual está localizado o município de Belterra e as suas comunidades de Aramaná e Pindobal, este segmento da atividade turística não tem se efetivado de forma integrada, resultando em relações ambíguas com os agentes sociais comunitários e seus patrimônios cultural e natural, em que algumas de suas estruturas de organização e gestão fragilizam os efeitos de conservação e preservação esperados e fortalecem os agentes e interesses mercadológicos.

Diante do exposto, o objetivo principal dessa pesquisa é analisar as relações socioambientais existentes no Campo de Relações do Ecoturismo em Belterra e nas suas Comunidades de Aramaná e Pindobal em torno da conservação e preservação dos patrimônios cultural e natural dessas localidades. Para tanto, foi necessário estabelecer quatro objetivos específicos: 1) Caracterizar quais as contribuições do ecoturismo em Belterra- PA e nas suas comunidades de Aramaná e Pindobal; 2) Identificar os bens patrimoniais dessas localidades e suas apreensões por representantes da comunidade, gestores do município e agentes de mercado; 3) Descrever as formas de incorporação dos patrimônios natural e cultural nos produtos turísticos ofertados desde seu público alvo; 4) Diagnosticar as implicações do ecoturismo nas dinâmicas socioeconômicas e nos patrimônios cultural e natural locais.

Esta tese está estruturada em cinco capítulos, descritos brevemente a seguir:

selecionados e promover por meio de investimentos, o desenvolvimento onde não se produz espontaneamente (PERROUX, 1967) Para isto foram definidos polos de ecoturismo, que se tornaram zonas prioritárias para a implantação de projetos do poder público e para a atração de empreendimentos eco turísticos privados. Na região Norte foram implantados dentre outros o Polo Tapajós, onde se insere o município de Belterra (MMA, 2000)

Capítulo I – Se dedica à apresentação das questões introdutórias sobre a pesquisa. Enfatizando, também, as questões sobre a importância do turismo e ecoturismo na escala global.

Capítulo II – Revisão bibliográfica. Este capítulo se dedica a apresentação das questões teóricas que embasam o estudo. Apresenta uma revisão da literatura na qual estão incluídos os principais conceitos e descrições necessárias para o entendimento do trabalho, como: a prática do turismo e do ecoturismo no Brasil, a dinâmica dos patrimônios cultural e natural, no sentido de mostrar as proposições oficiais voltadas para direcionar e regulamentar as atividades de turismo e ecoturismo e a abrangência geográfica e o leque de atividades de ecoturismo desenvolvidas no Brasil.

No capítulo III – descrevem-se detalhadamente o percurso metodológico, a caracterização da área de estudo, as estratégias adotadas para se alcançar os objetivos e os procedimentos e técnicas utilizadas para a coleta e análise de dados.

No capítulo IV – Este capítulo se dedica à discussão de evidências empíricas baseadas nas constatações e observações diretas de campo obtidas durante a realização da pesquisa e apresentam-se resultados do estudo desenvolvido.

Nas considerações finais, apresentam-se possíveis contribuições para se refletir questões relativas ao desenvolvimento do ecoturismo que permitam conciliar a conservação ambiental e cultural, dentre outras questões, e apresenta uma abordagem sobre trabalhos futuros. Finalizam-se com as Referências, Apêndices e Anexos.

2 DEBATES ACERCA DO ECOTURISMO, DO PATRIMÔNIO E SUAS CONCEPÇÕES

Neste capítulo, o objetivo é apresentar uma breve revisão bibliográfica e contextualizar sobre alguns elementos importantes e que são essenciais para o entendimento do trabalho, como aspectos conceituais, significado, âmbito e dimensões do turismo e do ecoturismo, procurando identificar em uma perspectiva interdisciplinar um quadro teórico e metodológico, de referência, com base em diversos discursos teóricos, com o intuito de contribuir para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento local sustentável, alicerçada nos recursos endógenos, como os patrimônios culturais e naturais, e baseados na prática do Ecoturismo.

2.1 Turismo: âmbito e dimensão

O ser humano se desloca desde o início dos tempos, quando seus antepassados percorriam grandes distâncias em busca de alimento e agasalho necessários à sua sobrevivência. No decorrer da história, os indivíduos têm viajado para realizar diversas transações, sejam por motivos comerciais, religiosos, econômicos e por outras razões igualmente prementes. Conforme Theobald (2002), nos tempos de Roma, os ricos aristocratas e os funcionários dos altos escalões do governo também viajavam por prazer.

Ao longo dos séculos as viagens intensificaram-se e em toda a história foram vitais para a evolução das civilizações e da forma como se conhece hoje, segundo Theobald (2002), é um fenômeno peculiar do século XX. No entendimento do autor, os historiadores sugerem que o advento do turismo em massa começou na Inglaterra durante a Revolução Industrial com a ascensão da classe média e o advento dos meios de transporte. As criações das linhas aéreas comerciais, depois da Segunda Grande Guerra, e a evolução dos aviões a jato na década de 1950, marcaram o rápido crescimento e expansão das viagens internacionais. Esse crescimento possibilitou o desenvolvimento desse novo e importante setor, o turismo. Por outro lado, o turismo internacional passou a fazer parte dos objetivos e estratégias de vários governos, pois proporcionava não apenas novas oportunidades de geração de empregos, como também novas divisas.

No contexto da economia mundial, uma das atividades que apresenta os maiores índices de crescimento é o turismo. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2017) o ano de 2016 foi o sétimo ano seguido de crescimento do setor após a crise financeira global de 2009, sequência não contabilizada desde a década de 1960. “O turismo tem demonstrado

extraordinária força e resiliência nos últimos anos, apesar de muitos desafios, particularmente aqueles relacionados à segurança”, declarou o secretário-geral da organização (TALEB; RIFAI, 2016, p. 27).

Por suas possibilidades de geração de renda, Silveira (2000), afirma ser o turismo a principal atividade econômica do mundo na atualidade, despertando o interesse de muitas regiões. De outra parte, assinala-se que dentre os países que objetivavam o crescimento, a concepção de desenvolvimento, vigente até recentemente, era a produção de bens materiais. Contudo, com o passar do tempo, houve a valorização do bem-estar do ser humano, sobretudo, a opção do lazer vinculado à disponibilidade cada vez maior do tempo livre, propiciando uma grande valorização da atividade turística (RABAHY, 2003, p. 15).

Ao lado da crescente necessidade de dispor de mais tempo livre e dos anseios da população, na constante procura do bem-estar em viagens, (LAGE; MILONE, 2000) indicam que outros fatores associados ao progresso tecnológico, desenvolvimento dos meios de transporte e maiores disponibilidades de equipamentos urbanos, propiciaram facilidades para o deslocamento de um número cada vez maior de pessoas ao longo de diferentes regiões do planeta. Esses avanços vêm induzindo a viabilização de empreendimentos turísticos até então inacessíveis em certas regiões, proporcionando um mercado cada dia mais diversificado quanto às opções de viagem.

Nas últimas décadas, vincula-se ao turismo grande importância econômica também nos países em desenvolvimento. Nações que adotam política cambial de desvalorização de moeda local como estímulo à exportação, automaticamente também incluem os bens e serviços turísticos na mesma política de geração de divisas, caracterizando-se como países primordialmente receptores turísticos (RABAHY, 2003).

Na estratégia de desenvolvimento, o turismo, além de ser atraente em face da geração de empregos e divisas, também o é pelo poder de promover o desenvolvimento regional. Para Molina (2001), mesmo em situações de crise econômica, atingindo diversos países, os turistas sucumbem a uma necessidade psicológica de viajar, assegurando a dinâmica comercial vinculada ao turismo tão expressiva no planeta. Nem sequer a perda do poder aquisitivo dos consumidores é capaz de inibir o turismo.

De acordo com Cascino (1998), a sociedade contemporânea busca constantemente alternativas para se afastar das inseguranças e insatisfações decorrentes do profundo e amplo processo de transformação derivados da globalização e uniformização social. Essa busca compulsiva propicia a construção e o desenvolvimento do mercado de lazer, ao qual o turismo

convencional pertence. Essa “indústria” de lazer oferece possibilidades anunciadas como “antídotos temporários à neurotização do cotidiano”, assim, “as férias servem para o encontro com o reino da ilusão, da liberdade, do consumo despreocupado, dos objetos/imagens/lugares criados a fim de sustentar a mágica do ‘estar livre do cotidiano’” (CASCINO, 1998, p. 31). O temido retorno ao cotidiano faz planejar novas viagens, constituindo um vício consumista que favorece o crescimento do setor de turismo.

A concentração de populações em grandes cidades, que ocasiona mais insegurança e insatisfação é uma das maiores aflições da sociedade contemporânea. Por outro lado, essa mesma situação incrementa ainda mais a crescente demanda por lazer e viagens, na busca do bem-estar dificilmente encontrado no cotidiano urbano. De acordo com o censo de 2010, 81,2% da população brasileira reside em áreas urbanas (IBGE, 2010).

Como tendência, Gouveia (1999) ressalta que o atual processo de urbanização mundial não possui precedentes na história da humanidade, indicando que o futuro é urbano, e neste contexto sobressaem às implicações ao bem-estar populacional e a qualidade de vida.

Forattini (2000), ao se referir ao comportamento do homem, lembra que diferente de qualquer outro ser vivo, este foi capaz de construir o ambiente no qual pudesse viver, também estabelecendo práticas para a vida em conjunto e desenvolvendo técnicas para extrair e utilizar recursos que a natureza lhe oferece. No ambiente urbano, Sobral (1996) aponta que ao edificar as cidades, o ser humano mudou drasticamente a interação dos elementos dos ecossistemas naturais, rompendo o equilíbrio anteriormente estabelecido.

Ao dissertar sobre o grau de artificialidade do meio urbano, é ainda Forattini (1991) que indica, em decorrência da intensa e profunda manipulação do ambiente, que as modificações recaem sobre a paisagem, a comunidade, o estado psicológico e fisiológico dos habitantes, além de também influenciar a qualidade de vida devido à origem de novos fatores culturais, econômicos e políticos resultantes dessas mudanças no meio. Segundo esse autor, as características do ambiente urbano podem ser assim enumeradas: “(1) afastamento e ausência de contato com o meio natural; (2) concentração e elevada densidade populacional, em espaço limitado; (3) predominância de atividade industrial e prestação de serviço” (FORATTINI, 1991, p. 45).

O descontentamento humano com a qualidade de vida no ambiente urbano fica muito conspícuo quando se observam nos finais de semana e feriados prolongados os enormes contingentes humanos que fogem dos grandes centros urbanos para visitar locais de veraneio.

Certamente, uma das razões que acarretam essa migração relâmpago é a busca por melhores condições ambientais e maior contato com a natureza.²

Segundo Ruschmann (1997, p. 7):

o turismo contemporâneo é um grande consumidor de natureza e sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu em consequência da busca do verde e da “fuga” dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer.

Esses elementos fazem progredir uma política de desenvolvimento turístico com intuito de valorizar o bem-estar; fator que acaba por incorporar a conservação dos recursos naturais e culturais. Dessa mesma maneira, a busca do contato com a natureza tem sido uma das principais características da demanda turística na contemporaneidade (RABAHY, 2003).

Ressalta-se que o sucesso ou o fracasso da maioria dos empreendimentos turísticos será determinado, em sentido amplo, de acordo com os recursos naturais a estes relacionados. Para tanto, basta notar que a promoção de muitos centros turísticos está vinculada a eventuais cenários paradisíacos. De fato, difícil seria obter sucesso de algum empreendimento turístico se situado às margens de um rio poluído por exemplo. Contudo, observa-se também que diversos centros turísticos estão com potencial ecológico sob ameaça, mas mesmo assim, devido à publicidade ilusória, atraem grande contingente de visitantes por meio da sublimação de produtos turísticos que não correspondem à categoria em que realmente está enquadrado, isto como decorrência do grau de impactos ambientais em que se encontram. Este é o caso observado em diversas praias como: Copacabana (Rio de Janeiro, Brasil), Pocitos (Montevideu, Uruguai), Vinã Del Mar (Chile), Bristol (Mar Del Plata, Argentina), El Callao (Lima, Peru), Salinas (Equador), Putarenas (Costa Rica) e Acapulco (México), (MOLINA, 2001).

2.1.1 Turismo e Turista: origem dos conceitos

Para Theobald (2002, p. 42), é extremamente difícil conceituar com precisão os termos turista e turismo, porque têm significados diferentes para povos diferentes, e, além disso, ainda não foi adotada uma conceituação universal. Por exemplo, o *Webster's New University Dictionary* conceitua o turismo como “viajar por prazer”; a atividade comercial que proporciona viagens e serviços aos turistas”, e um turista como “aquele que viaja por prazer”.

² Sabe-se que o debate sobre o ser humano e a natureza é bastante complexo e denso. A ruptura que o capitalismo faz entre ser humano e natureza é debatida em diversas teorias clássicas como as teorias marxistas. Entretanto apesar de ser um debate clássico não será aprofundado neste trabalho por se considerar não ser o tema central do mesmo.

Conforme observam Figueiredo (1999) e Theobald (2002), etimologicamente, a palavra *tour* deriva do latim *tornare* e do grego *tornos*, significando “uma volta ou círculo; o movimento ao redor de um ponto central ou eixo”. Esse significado mudou no inglês moderno, passando a indicar o “movimento em círculo de uma pessoa”. O sufixo *-ismo* é definido como “ação ou processo; comportamento ou qualidade típico”, enquanto que o sufixo *-ista* denota “aquele que realiza determinada ação”. A combinação da palavra *tour* e dos sufixos *-ismo* e *-ista* sugere a ação de um movimento em círculo. Nessa lógica, pode-se argumentar que um círculo representa uma linha que, partindo de um ponto, retorna ao ponto inicial. Portanto, assim como um círculo, um *tour* representa uma viagem circular, ou seja, o ato de partir para posteriormente regressar ao ponto inicial, e quem empreende essa jornada pode ser definido como turista (THEOBALD, 2002).

Indo mais além, Theobald (2002, p. 31) alerta para a existência de certa divergência a respeito da primeira vez em que a palavra turista apareceu em um texto impresso. Smith (1989, p. 17) sugere que “Samuel Pegge (1800) registrou o emprego do termo ‘turista’ como uma palavra nova significando viajante por volta de 1800; a *Sporting Magazine* da Inglaterra introduziu a palavra ‘turismo’ em 1911. Feifer (1912) afirma que o termo turista “foi cunhado por Standhal (1838) no início do século XIX [1838]”. Por outro lado, Mieczkowski (1876) diz que a primeira definição de turistas aparece no *Dictionnaire Universal du XIX siècle* em 1876”, sendo definido como “as pessoas que viajam por curiosidade e ócio”. Entretanto, Kaul (1985) argumenta que, muito embora a palavra turista seja de origem comparativamente recente, os invasores eram comumente denominados de turistas na esperança de que algum dia partissem. Além disso, Kaul ressalta:

No século XVII e início do século XVIII, ingleses, alemães e outros que empreendiam longas viagens por todo o continente passaram a ser conhecidos como “turistas” [...] Em 1824, Scott afirmou em San Roman’s, “provocou a imaginação de todo turista que por ali passava” (KAUL, 1985, p. 2).

Para Leiper (1979), a palavra turismo foi aparentemente usada pela primeira vez na Inglaterra relacionada aos jovens aristocratas britânicos que eram preparados para uma carreira na política, no governo e no serviço diplomático. A fim de aperfeiçoar seus estudos, eles empreendiam uma grande viagem pelo continente europeu, em geral com três anos de duração, regressando somente depois de completar sua educação cultural. Segundo Inskip (1991), o primeiro guia para esse tipo de viagens foi *The Grand Tour*, de Thomas Nugent, publicado em 1778, e por isso essas viagens eram conhecidas como *Grand Tour*. Ao contrário dos viajantes de 1778, o termo turista atualmente tende a denotar uma imagem particularmente negativa, a

de caçador de pechinchas que viaja em massa, e, segundo Eliot, é aquele que por sua vez é procurado pelo dinheiro que tem para gastar, mas é desprezado por ser um desconhecedor em matéria de cultura.

Além disso, como aponta Theobald (2002),

o turismo foi definido ou redefinido de modos variados por órgãos governamentais e por acadêmicos como uma área relacionada à economia, sociologia, antropologia cultural e geografia. Os economistas estão interessados nas contribuições do turismo para a economia e o desenvolvimento econômico da área de destino, e estudam particularmente sua oferta e demanda, o câmbio e o balanço de pagamentos, o emprego e outros fatores monetários. Sociólogos e Antropólogos culturais estudam o comportamento dos indivíduos e de grupos de pessoas nas viagens, e se interessam pelos costumes, hábitos, tradições e estilos de vida tanto das populações locais quanto de seus hóspedes. Os geógrafos cuidam dos aspectos espaciais do turismo, e estudam os fluxos das viagens e as locações, a dispersão do desenvolvimento, o uso da terra e as modificações do ambiente físico (THEOBALD, 2002, p. 32).

Yázigi (1996, p. 32) conceitua turismo “como um fenômeno social pelo qual as pessoas ou grupos se deslocam com várias finalidades, necessitando de um meio geográfico motivador, equipamentos técnicos e culturais”. De acordo com De la Torre (1992, p. 19):

turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento temporário de indivíduos ou grupos de pessoas fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa, nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Geralmente existe o consenso sobre a existência de dois tipos diferentes de se conceituar o turismo, sendo cada um com uma justificativa lógica própria e emprego específico. No caso de Burkart e Medlick (1971), os autores sugerem que existem conceitos que pretendem fornecer um arcabouço teórico para identificar as características essenciais do turismo e o que o distingue de uma atividade semelhante, por vezes relacionada, mas diferente. Geralmente conceituadas com base na demanda ou baseadas na oferta.

Pode-se observar que os exemplos desta categorização incluiriam aquela proposta por Jafari (1977, p. 15), o qual afirma que “turismo é o estudo do homem que está longe do seu hábitat, do setor que atende as suas necessidades, e dos efeitos que ele e este setor exercem sobre os ambientes socioculturais, econômicos e físicos para os quais se dirigem”. Além disso, Mathieson e Wall (1982, p. 28) consideram que “turismo é o deslocamento temporário de pessoas de seus locais normais de trabalho e residência para determinados destinos, as atividades empreendidas suas estadas em tais destinos e as instalações criadas para atender às suas necessidades”.

Além disso, há também as definições técnicas que oferecem informações sobre turismo para fins estatísticos ou legislativos. As várias definições técnicas do turismo fornecem um

significado ou um esclarecimento que podem ser aplicados em contextos internacionais e nacionais. Esse último enfoque, ou seja, as definições técnicas podem ser constatadas nas medidas utilizadas na padronização da coleta de dados comparativos sobre turismo internacional.

Finalmente, Leiper (1979) postulou que existem três enfoques para se conceituar o turismo: econômico, técnico e holístico. Para o autor, as conceituações técnicas identificam o turista de forma a oferecer uma base comum para a coleta de dados. Holísticas tentam incluir toda a essência do tema, e a econômica aborda o lado comercial e econômico.

O Ministério do Turismo – MTUR (2005, p. 3), em uma versão preliminar, não revisada, do documento intitulado “Segmentação do Turismo: conceitos” fundamenta-se na definição de turismo estabelecida pela Organização Mundial do Turismo (OMT), adotada oficialmente pelo Brasil: “O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual, geralmente por prazer”. (ONU/OMT – turismo – IRTS, 2008, p. 5).

Também apresenta uma tipologia do turismo, entendendo como segmentação “uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento e gestão e, principalmente, mercadológico” (MTUR, 2005, p. 7). Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir de elementos da identidade da oferta e das características e variáveis da demanda.

Conforme o documento, a segmentação da oferta define tipos de turismo, cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de

atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé); Aspectos e características territoriais e geográficas, históricas, (arquitetônicas, urbanísticas, sociais); determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer) (MTUR, 2005, p. 3).

A segmentação da demanda é definida pela identificação de certos grupos de consumidores caracterizados a partir das suas especificidades em relação a alguns fatores que determinam suas decisões, preferências e motivações, ou seja, a partir das características e das variáveis da demanda.

Os produtos e roteiros turísticos, de modo geral, são definidos em função da oferta (em relação à demanda), de modo a caracterizar segmentos turísticos específicos. Assim, as características dos segmentos de oferta é que determinam as especificidades do roteiro, ou seja, a sua identidade, e embasam a estruturação dos produtos potenciais. Esta identidade principal, no entanto, não significa que o roteiro só pode apresentar e oferecer produtos relacionados a apenas um segmento – de oferta ou de demanda.

Diante desta base conceitual, o Ministério do Turismo dividiu o turismo em: Ecoturismo, Turismo Rural, Turismo de Aventura, Turismo Cultural, Turismo de Pesca, Turismo Náutico, Turismo Social, Turismo de Sol e Mar, Turismo de Negócios e Eventos, e Turismo de Estudos e Intercâmbio.

O Ministério do Turismo, com a definição da segmentação do turismo, confirma a tese de Boullón (2002) de que este esclarecimento conceitual deve ser feito pelas instituições governamentais e não governamentais para melhor planejá-lo e direcioná-lo.

Entretanto, todas as definições e, principalmente, a de turismo, propostas pelo Ministério do Turismo (2005) apontam para um único caminho, o do mercado. Tudo é definido a partir da oferta, consumo, mercado e demanda. O Turismo é conceituado como atividade econômica e não mais como uma atividade social, como definiu Boullón (2002). Nessa perspectiva, De La Torre e Yáziqi (1998), chamam a atenção para o fato de que essa lógica pode ocasionar ainda mais a comercialidade da cultura e impactos indesejáveis quando desenvolvidos em comunidades tradicionais e áreas de proteção ambiental, cuja preocupação com os recursos naturais, culturais e a tradição é fundamental.

2.1.2 Ecoturismo: histórico e aspectos conceituais

O ecoturismo é um fenômeno próprio do final do século XX e do rápido desenvolvimento que se alavanca fortemente no início do século XXI. Suas origens deparam-se na admiração da natureza, no turismo ao ar livre e no esforço de conseguir um padrão sustentável de desenvolvimento, sem desgaste ambiental. Não se pode deixar de atentar que os princípios e as diretrizes que norteiam a realização do turismo sustentável apareceram e, de certa forma, consolidaram-se ainda no auge do turismo de massa no final dos anos 1970. Colaborou, para tanto, a insatisfação por esse tipo de turismo, impactando um grande número de turistas (RIBEIRO; NASCIMENTO, 2016).

O termo ecoturismo está sujeito a vários conceitos e interpretações. Assim, com o objetivo de facilitar o entendimento da exploração da atividade de ecoturismo na Amazônia buscou-se primeiramente caracterizar o fenômeno do turismo, que tem seu significado ligado à prática de viagem para lazer. Em detrimento das formas anteriores da prática da viagem e mesmo em diferentes sociedades, o turismo aparece como uma forma especial de viagem, bem particular da sociedade industrial pós-moderna, e que emerge com as transformações ocorridas nos séculos XVIII e XIX, ou seja, com o apogeu do capitalismo (FIGUEIREDO, 1999).

Com o incremento da atividade turística e de interesses distintos em sua prática, ela passou a apresentar diversos segmentos, em diferentes áreas de atuação, como turismo de ou na natureza, turismo ecológico ou ecoturismo³ como sendo o tipo de turismo que utiliza os patrimônios cultural e natural, como rios, fauna, flora, montanhas, vales etc., como atrativo principal e nem sempre de forma sustentável. Pode ser ecológico, quando utiliza o patrimônio natural e/ou a paisagem natural de forma racional, para ser admirado com vistas à educação ambiental, sem priorizar o envolvimento da comunidade local.

Todavia, dentre as nomenclaturas com as quais se depara, referentes a estes segmentos, pode-se destacar aquelas cujos conceitos se aproximam dos apresentados ao termo ecoturismo, por poderem ter ligação intrínseca com o ambiente natural e cultural.

Muitas confusões pairam sobre a origem do termo e sobre o próprio conceito de ecoturismo. Até os anos 1970 a palavra ecoturismo não existia e muito menos os princípios que hoje ela representa, apesar da existência de vários viajantes naturalistas como Humboldt e Darwin, cujas experiências foram esporádicas e não produziram benefícios socioeconômicos e sim científicos. Somente com o advento da viagem aérea a jato e dos documentários televisivos sobre a natureza e com as questões ligadas à conservação do ambiente e a revalorização da natureza, diante das tragédias ambientais promovidas pela industrialização ambientalmente degradante, é que passou a ser um fenômeno característico do final do século XX.

Alguns estudiosos como Hvenegaard (1994) e Orams (1995) afirmam que remonta ao final dos anos 1980, enquanto Higgins (1996) sugere que remonta aos anos 1970, por meio do trabalho sobre eco desenvolvimento de Miller (1989).

No entendimento de Pires (2002), o termo ecoturismo foi instituído em 1983 e constitui uma forma de expressar conjuntamente a ideia de turismo associada com a de ecologia. Em sua fase inicial, na década de 1970, foi à figura dos mochileiros que possibilitou a emergência dessa então considerada categoria de turismo alternativo. Estes jovens viajantes, geralmente provenientes de países desenvolvidos, realizavam viagens para regiões longínquas do mundo abrindo mão do conforto e procurando por novas descobertas e experiências inéditas. Na verdade, por meio de conceitos como “nova ética no turismo” esta atividade preconiza o respeito às populações tradicionais, valorização do ambiente natural e cultural e a busca de experiências multidimensionais e multissensoriais (PIRES, 2002).

³ No Brasil, em 1994, com a publicação das Diretrizes para uma política Nacional de Ecoturismo, o segmento do turismo até então considerado turismo ecológico ou ecoturismo passou a ser conceituado e denominado apenas como ecoturismo.

No entendimento de Boo (1992) a ideia de ecoturismo surgiu da convergência de duas tendências independentes, uma delas é a da conservação da natureza e a outra da “indústria” do turismo. Com referência a tendência da conservação de recursos naturais e culturais, destaca-se a importância do turismo como fonte de recursos necessários ao manejo de áreas protegidas, além de gerar empregos e oportunidades que estarão vinculados à conservação. No tocante à tendência da indústria do turismo, ressalta-se a mudança de demanda de mercado e o crescente interesse por meio ambiente e aventura, e o desejo de obter conhecimento sobre os ecossistemas, espécies ameaçadas e demais características dos locais visitados. Assim, o ecoturismo deve desempenhar um papel importante na conservação de áreas naturais ameaçadas pela adoção anterior de modelo turístico depredador.

Vertentes da literatura pertinente ao tema apontam Ceballos-Lascuráin como o primeiro a usar o termo no início dos anos 1980, o qual definiu ecoturismo como “viajar para áreas naturais relativamente calmas e sem contaminação com o objetivo específico de estudar e admirar o cenário, seus animais e plantas selvagens, assim como quaisquer manifestações culturais (passadas e presentes) encontradas nestas áreas” (Boo, 1990, p. 34).

Outra ideia é apresentada por Fennel (2002), acenando que Hetzer, em 1965, utilizou o termo ecoturismo para explicar a relação entre turistas, meio ambiente e culturas em um processo de interação. Identificou quatro pilares para a realização de uma forma mais responsável de turismo, como: impacto ambiental mínimo; impacto mínimo em – e respeito máximo às – culturas anfitriãs; máximos benefícios econômicos às comunidades de base do país anfitrião; participação recreacional máxima para os turistas participantes; e acrescenta que o desenvolvimento do conceito de ecoturismo cresceu na convergência da insatisfação com o enfoque negativo de governos e sociedade ao desenvolvimento de um ponto de vista ecológico.

Na conceituação de Wallace e Pierce (1996, p. 848), o ecoturismo é

A viagem a áreas naturais relativamente intocadas, para o estudo, o divertimento, ou a assistência voluntária. É a viagem em que há preocupação com a flora, a fauna, a geologia e os ecossistemas de uma área, assim como com as pessoas (guardiãs) que vivem nas vizinhanças, suas necessidades, sua cultura e seu relacionamento com a terra. [...] encara as áreas naturais como “a casa de todos nós” num sentido global (“eco” significando “casa”), mas também especificamente a “casa dos habitantes das vizinhanças”. Ele é visto como uma ferramenta para a conservação e o desenvolvimento sustentável – especialmente nas áreas onde a população local é solicitada a abrir mão do uso predatório dos recursos naturais em favor de outros tipos de uso.

Os autores acima sugerem que esse turismo pode ser considerado o “verdadeiro” ecoturismo se forem observados os seguintes princípios:

- a) Vincula-se a um tipo de uso que minimiza os impactos negativos no meio ambiente e na população local;
- b) Aumenta a consciência e a compreensão em relação aos sistemas culturais e naturais da área e o conseqüente envolvimento dos visitantes nas questões que afetam esses sistemas;
- c) Contribui para a conservação e a gestão de áreas legalmente protegidas e outras áreas naturais;
- d) Maximiza a participação prévia e em longo prazo da população local nas decisões que determinam o tipo e a quantidade de turismo a ser implantado;
- e) Direciona os benefícios econômicos e outros tipos de benefício à população local, que pode assim complementar a renda decorrente das práticas tradicionais em vez de eliminar ou substituí-las (a agricultura, a pesca, os sistemas sociais, etc.);
- f) Oferece oportunidades especiais para a população local e os envolvidos no turismo na natureza de utilizarem e visitarem as áreas naturais e aprenderem mais sobre aquelas maravilhas que os outros visitantes vêm conhecer.

Na interpretação de Crosby e Moneda (1996), o ecoturismo é

O segmento turístico em que a paisagem é a principal variável como ponto de confluência dos fatores ambientais e antrópicos. O objetivo é a integração do visitante com o meio natural e humano, e a população local participa dos serviços prestados aos turistas. O ecoturismo prioriza a preservação do espaço natural em que é realizado e seu projeto contempla a conservação antes de qualquer outra atividade. O termo “ecoturismo” está estritamente vinculado ao conceito de turismo verde, não sendo incorreta a identificação. A diferença, mais que conceitual, é histórica, no sentido de que turismo verde é uma terminologia anterior ao ecoturismo e atualmente muito menos utilizada.

Embora se discuta ainda o emprego do termo ecoturismo, há consenso quanto aos princípios desse segmento, dentre os quais podem ser citados: visitação em ambiente natural relativamente conservado; utilização sustentável do patrimônio cultural e natural; exploração econômica não destrutiva de recursos naturais; interpretação do ambiente; sensibilização e educação ambiental (ALLEGRINI, 1999).

2.1.3 Ecoturismo no Brasil

O termo ecoturismo surge no Brasil no final dos anos 1980, seguindo a tendência mundial de valorização dos espaços naturais e, oficialmente, em 1994, com o lançamento do documento “Diretrizes para uma política Nacional de Ecoturismo”, por meio de um núcleo

formado pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e pelo Ministério do Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA). Tal documento incorpora os efeitos do ecoturismo, ressaltando seus impactos positivos e negativos, maximizando os benéficos. E conceitua o ecoturismo como:

Segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente promovendo o bem-estar das populações envolvidas (MICT/MMA, 1994, p. 17).

Esta conceituação é referência para o Ministério do Turismo e para o país atualmente. Na visão governamental, esta definição parte da preocupação em zelar por todas as manifestações culturais e possibilita a integração dos processos de efetivação do ecoturismo, gerando melhorias às condições de vida de todos os envolvidos que não são somente os turistas, mas, principalmente, os receptores dos lugares, as comunidades.

Analisando esta última conceituação de ecoturismo, Barros (2000) salienta a costura de três elementos básicos de grande relevância para o Brasil atual: a) atividade econômica que promove conservação e valorização dos patrimônios natural e cultural; b) um mecanismo de educação ambiental capaz de conscientizar, sobretudo, os turistas; e c) atividade capaz de gerar benefícios para comunidades locais.

No sentido educativo, Berry (1991 apud OLIVEIRA, 2000, p.27) afirma:

Na natureza, sempre que deixar terreno conhecido e adentrar um novo lugar, haverá junto a sentimentos de curiosidade e excitação, a presença do medo. É o medo ancestral do desconhecido, e também o seu primeiro laço com o mundo selvagem que penetra. O que estarás fazendo é explorando.

Desse modo, Oliveira (2000) declara que atividades ao ar livre, por meio de vivências e experiências, têm o poder de tornar pessoas equilibradas e responsáveis, estimulando o exercício da consciência e do autocontrole diante de situações adversas, colocando aventura e aprendizagem como elementos protagonistas.

Reiterando, Cascino (1998) afirma que em atividades de contato com a natureza o medo de altura, do horizonte, de profundidade, do frio, do mato fechado, do barulho de animais, da nocividade dos insetos, assim como os receios da precariedade e do desconforto, representa sensações que favorecem rupturas. Portanto, romper significa a possibilidade de introduzir ou construir novas leituras e discursos sobre o que somos, sobre nossos gostos e crenças.

Essa gama de oportunidades de aprendizado reflete-se nos aspectos comportamentais dos consumidores de viagens. A propósito, Molina (2001) relata que pesquisas de opinião pública indicam que turistas de importantes centros emissores, como Estados Unidos e

Alemanha, consideram-se “majoritariamente ambientalistas”, interessados na qualidade ambiental dos lugares que visitam, constituindo esta, a condição decisiva para visitar ou não determinado destino turístico.

Mais ainda do que conhecer certamente o contato com a natureza possibilita sensibilizar o ser humano, este que cada vez mais daquela se isola, imerso no ambiente urbano profundamente modificado. No contato com ambientes naturais preservados experimentam-se as belezas, a paz proporcionada, o sentimento de retorno às origens e o restabelecimento do equilíbrio psicológico. Essas sensações favorecem a conscientização da necessidade de conservar os recursos naturais e culturais. É difícil, por exemplo, imaginar um cidadão vivendo em um grande centro urbano no sudeste do Brasil importar-se com as espécies ameaçadas de extinção na Amazônia, sem que este jamais tenha convivido e se sensibilizado com a natureza.

Barros (2000) enfoca com ênfase o sentido educacional, afirmando que a possibilidade de vivenciar relações experimentais com o ambiente é essencial para o desenvolvimento de um processo educativo capaz de ampliar horizontes de compreensão e provocar mudanças comportamentais. Nesse sentido, as áreas naturais protegidas oferecem grande oportunidade para a educação ao ar livre, cumprindo importante papel na formação da consciência ambiental.

Na busca de locais adequados para o ecoturismo e para a educação, as unidades de conservação oferecem opções diversas aos visitantes. Nos Parques Municipais, Estaduais e Federais, por exemplo, é permitida a visita para fins científicos, de educação e de lazer (SÃO PAULO, 1999).

Em menção as possibilidades de uso das unidades de conservação, Kinker (2002, p. 55) sugere “que o ecoturismo é o segmento da atividade turística mais apropriada para ser desenvolvido em áreas naturais protegidas, porque deve ser guiado pelos princípios da conservação”.

Mesmo assim, para designar ecoturismo, aparecem denominações as mais diversas possíveis, como turismo ecológico, turismo sustentável, turismo responsável, turismo alternativo e mesmo, turismo ecológico, e todas as conceituações supracitadas das mais variadas vertentes apontam para um denominador comum: o ecoturismo como sendo de natureza cujo principal atrativo são os patrimônios natural e o cultural como atrativos.

Nessa lógica, o ecoturismo parece ser o segmento mais próximo do conceito de utilização sustentável dos recursos turísticos naturais e culturais. No entanto, devido às tendências de crescimento, a extrema valorização dos aspectos econômicos e educativos do segmento negligencia o planejamento de longo prazo, propiciando situações de turismo de

massa que é o deslocamento de grande número de pessoas para os mesmos lugares podendo, em determinadas localidades, ocasionar efeitos negativos ao meio ambiente natural e à cultura das comunidades receptoras, suscitando problemática contraditória à sustentabilidade (RUSCHMANN, 1997; SWARBROOKE, 2000).

Dessa forma, apesar de todos os aspectos positivos inicialmente apresentados e de devaneios publicitários, é necessário enfatizar que em muitas situações o termo ecoturismo pode estar à frente de atividades ambientalmente degradantes, causadoras de impactos ambientais e sociais, acarretando prejuízos, principalmente às comunidades tradicionais residentes nas proximidades dos atrativos que a natureza oferece.

De acordo com Figueiredo (1999, p. 100) o ecoturismo pode promover alterações problemáticas ao meio ambiente e às sociedades receptoras, dentre as quais:

Degradação ambiental - as conseqüências do turismo sobre o meio ambiente natural se relacionam principalmente com a instalação e funcionamento de infraestrutura e equipamentos turísticos, como hotéis, restaurantes, bares e clubes; construção de prédios nas orlas de praias, construção de casas e estradas nas encostas de montanhas ou sobre o manguezal; fossas e esgotos desviados para os rios e lagos; desvios nos cursos d'água, pelo desmatamento e modificações visuais da paisagem transformando o aspecto físico dos lugares, exatamente, porque as construções são na sua maioria inadequadas (edificações espontâneas, mistura de estilos arquitetônicos, tecnologia não adequada). Uma outra forma de degradação ambiental provocada pelo ecoturismo é o acúmulo do lixo deixado pelos turistas desatentos que podem gerar poluição de águas de praias e lagos e na areia, ou em uma trilha na floresta, modificando o meio, descaracterizando-o e poluindo-o; instabilidade e dependência econômica – se o ecoturismo for utilizado enquanto monocultura, a economia local ficará muito dependente da atividade, correndo o risco de que, ao menor sinal de problemas com a região, a demanda se retraia e evite o núcleo, causando a decadência da localidade e portanto o desemprego; transformações sócio culturais – como etnocentrismo exacerbado, descaracterização do artesanato, espetacularização da cultura tradicional, etc. (FIGUEIREDO, 1999, p. 100)

Wearing e Neil (2001) afirmam que os efeitos negativos do turismo ocorrem, de maneira significativa, em decorrência de a atividade crescer precedendo a administração e planejamento efetivos e desejáveis. Faz-se necessário considerar a expansão futura do turismo indicada pelas tendências de mercado, e assim, planejar o crescimento dessa atividade com base em princípios de desenvolvimento sustentável.

Para aqueles que visitam a região Oeste do Pará, mais especificamente Belterra e APA de Aramanaí, em busca de contato com a natureza, bem como aos que observam com olhar restrito, certamente associa-se a qualidade das atividades de ecoturismo, pura e simplesmente, à qualidade e conservação dos recursos naturais e culturais. Entretanto, outros aspectos podem apresentar relevância quanto a impactos ambientais, não sendo tão evidentes para simples observadores. Alguns desses aspectos não tão notórios, tais como: a poluição por esgotos

domésticos oriunda da concentração populacional nas praias e o passível acréscimo de efluentes em decorrência de elevados fluxos turísticos; o aumento da geração de resíduos sólidos associável à flutuação populacional e o manejo desses dejetos até a disposição final; as implicações de problemas ambientais à saúde pública, principalmente, quanto à população local estão sujeitas a constante exposição à degradação ambiental; e finalmente, questões inerentes à inclusão da população local no processo de desenvolvimento do ecoturismo, fator condicionante de nova postura frente ao meio ambiente considerando a tradicional ocupação humana regional vinculada à exploração de recursos naturais.

No contexto em que se insere, o ecoturismo praticado na região de Belterra e nas comunidades de Aramanaí e Pindobal, tendo como principal atrativo o patrimônio natural e o patrimônio cultural e que estão sujeitos a diversas ameaças, algumas das quais evidentes: tais como o crescimento desordenado da atividade, a sazonalidade da visitação, a inadequação de serviços e infraestrutura e as práticas destoantes dos visitantes.

2.1.3.1 *Aspectos e contradições do ecoturismo*

O ecoturismo como várias atividades humanas, oferece grandes possibilidades de desenvolvimento nas localidades onde ocorre, mas também envolve riscos caso seja implementado de forma não planejada impactando nos aspectos ambientais, econômicos e socioculturais, conforme analisado pelo (MMA, 2002).

Quando bem planejado e monitorado a atividade gera diversos aspectos positivos. Quando ocorre sem o devido planejamento e monitoramento podem ocorrer impactos negativos. No quadro 1 a seguir, podemos verificar uma comparação dos aspectos positivos e negativos desse ramo de atividades.

Quadro 1 - Aspectos e contradições do ecoturismo

ASPECTOS AMBIENTAIS		ASPECTOS ECONÔMICOS		ASPECTOS SOCIOCULTURAIS	
Positivos (desejáveis)	Negativos (indesejáveis)	Positivos (desejáveis)	Negativos (indesejáveis)	Positivos (desejáveis)	Negativos (indesejáveis)
Destina recursos financeiros para a conservação e incentiva a recuperação de áreas degradadas	Alterações nos comportamentos, hábitos alimentares e na reprodução dos animais silvestres pelo excesso de visitação e/ou presença de lixo	Geração de empregos e oportunidades	Inflação	Contribui para educação	Gera antipatia pelo excesso de visitantes
Estimula levantamentos de fauna e flora e incentiva a pesquisa científica	Mudanças numéricas nas populações silvestres	Pode utilizar a infraestrutura já existente, melhorá-la e/ou implementar novas	Na baixa temporada muita gente pode ficar sem emprego, as atividades dependem das estações do ano	Estimula o entendimento e a paz	Descaracterização da autenticidade das manifestações culturais locais (entre elas, artes, músicas, danças, artesanatos) com objetivo de comercialização
Promove a educação ambiental e maior consciência ambiental nas populações	Comércio ilegal de espécies silvestres e de artesanatos que utilizam órgãos penas ou couro de animais	Desenvolve-se com produtos locais	Pode haver prejuízos econômicos como consequência de boatos, problemas com doenças, mudanças no setor financeiro	Reduz barreiras entre as pessoas, em razão da raça, cor, gênero, origem cultural, política ou religiosa	Desentendimentos entre a comunidade local e novos moradores
Viabiliza tecnologias ambientalmente sustentáveis	Degradação ambiental (poluição da água, ar, sonora, visual e desmatamento)	Complementa outras atividades econômicas	A economia pode ficar dependendo do ecoturismo como única fonte de renda	Conservação do patrimônio cultural (material e imaterial) e natural	Estimula aumento da criminalidade
Estimula a implantação e a melhoria de infraestrutura básica, saúde, comunicação, segurança, educação e comércio	Abertura de estradas, trilhas e atalhos	Diversificação da economia	Transformação das ocupações profissionais/des.-territorialização	Reafirmação e valorização da identidade cultural local	Má prestação de serviços em função da desqualificação da mão de obra
Valoriza áreas naturais e cria condições de unir desenvolvimento e conservação	Compactação e erosão do solo	Desenvolvimento regional	Impactos sobre a estrutura e distribuição da renda (concentração de renda-turismo somente para	Intercâmbio cultural	Transformação da identidade cultural mediante influência de outras culturas no estilo de vida tradicional

			grandes empresários) e desvio dos benefícios econômicos.		
Conservação e proteção de áreas naturais importantes	Problemas com saneamento básico	Melhor distribuição da renda	-	Qualificação e valorização da mão de obra local	Degradação do patrimônio cultural arqueológico, histórico e arquitetônico
Criação de áreas protegidas (unidades de conservação)	Problemas relativos ao uso e à ocupação do solo – ocupação desordenada	Aumento da renda tributária	-	-	Modificações no padrão de consumo da população local, despertando necessidades econômicas até então desconhecidas
Conservação de sítios arqueológicos e históricos	-	Promove a qualidade devida dos envolvidos com a atividade	-	-	Aumento da população residente e sazonal
-	-	-	-	-	Aumento de problemas sociais, como drogas, prostituição e criminalidade

Fonte: Costa (2018) a partir do MMA (2002) e Ecotourism Society (1993).

Apesar de todas essas visões que foram apresentadas, além dos estudos, leituras da literatura nacional e internacional e, principalmente, por meio de observações e análises de experiências, se entende que o ecoturismo não poderia ser classificado apenas como de natureza ou na natureza, pois o interesse do ecoturista e o principal atrativo que o motiva à viagem não é somente o natural.

O ecoturista quer conhecer a cultura dos povos do lugar, quer saber mais sobre a interação destes com a natureza e não se contenta apenas em admirar a bela paisagem. Quer também certificar que este patrimônio, seja cultural ou natural, está sendo utilizado de maneira sustentável, quer conservá-lo para gerações futuras ao mesmo tempo em que se preocupa com os impactos desejáveis e indesejáveis que esta atividade pode exercer sobre as comunidades locais, principalmente as tradicionais. Pode-se afirmar que o ecoturista tem um perfil diferente do turista convencional. É um turista responsável que respeita o ambiente e a cultura. Para ele, o ecoturismo representa, antes de tudo, um intercâmbio de conhecimentos, uma vez que acredita viver na era da sociedade do conhecimento.

Assim, o ecoturismo não pode ser denominado como turismo de natureza e nem cultural porque, na verdade, é a convergência dos dois e com caráter comunitário pautado no planejamento participativo. Diante disso, com base nos ensinamentos de Faria (2000), nesse trabalho entende-se o ecoturismo como o turismo planejado que promove a interação entre natureza e comunidade com vistas a uma utilização sustentável e conservacionista dos patrimônios cultural e natural, proporcionando melhoria das condições de vida da população envolvida sem causar impactos indesejáveis à mesma.

Dessa forma, compreende-se como envolvimento das comunidades a participação efetiva em todo o processo de planejamento, gestão e execução do segmento ecoturismo por meio da capacitação e formação, permitindo assim a melhoria em suas condições de vida e exercício de sua autonomia sobre sua realidade cultural e natural.

2.1.3.2 Ecoturismo e Estado: o discurso da sustentabilidade

Considerando os aspectos peculiares que o caracterizam e lhe conferem identidade os patrimônios cultural e natural, o ecoturismo exige referenciais teóricos e práticos e suporte legal que orientem processos e ações para seu desenvolvimento, sob os princípios da sustentabilidade.

No discurso da modernidade no final do século XX, a Amazônia tornou-se alvo de um intenso debate nacional e internacional, altamente emotivo, sendo compreendida como um

santuário ecológico, um refúgio da diversidade cultural e biotecnológica. Surge uma Amazônia romântica ao lado de uma hiper-real que nada difere de qualquer outro espaço moderno do planeta, com suas redes e fluxos ligados ao sistema global.

A Amazônia brasileira aparece como palco privilegiado das atenções e intenções dessa tendência mundializada, visto que se está referindo a um dos maiores bancos biogenéticos do planeta devido a sua biodiversidade e sócio diversidade.

Diante da necessidade de implementação de políticas públicas para um melhor gerenciamento dos recursos naturais da Amazônia, o Governo Federal discutiu, no início da década de 1990, diretrizes para o turismo com o intuito de incentivar a implantação dessa atividade na região, surgindo daí o Plano de Turismo da Amazônia (PTA), que objetivava, dentre suas diretrizes gerais, promover o desenvolvimento turístico de forma sustentável, melhorar o aproveitamento dos recursos naturais para o turismo receptivo, revigorar a imagem da Amazônia como destino das correntes turísticas.

No Ministério do Meio Ambiente, as ações para a criação de uma política de fomento ao desenvolvimento dos povos indígenas foram implementadas principalmente no âmbito da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA). De um lado, há a Coordenadoria de Agro extrativismo, que prepara o “projeto Gestão Ambiental em terras Indígenas na Amazônia”; de outro, o “Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil” (PPG7), que inclui o “Subprograma projetos Demonstrativos”, no qual estão localizados o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) e os Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI).

O processo de elaboração do PDA teve início em agosto de 1992, com a primeira “missão” do Banco Mundial, sendo concluído no início de 1995, quando o “Projeto” foi aprovado e os trâmites administrativos, terminados. O PDA apoiava financeiramente iniciativas ou experimentos (projetos) comunitários de proteção das áreas de florestas tropicais na Amazônia e na Mata Atlântica e ecossistemas associados a ações destinadas à recuperação e ao manejo de espécies da fauna e flora dessas regiões (SUDAM, 1993, p.5).

Fruto da pressão das entidades não governamentais e movimentos sociais e ambientalistas que atuam nessas regiões, foi concebido de acordo com uma das características mais marcantes do novo discurso desenvolvimentista e etno desenvolvimentista: a de estar voltado para a valorização da participação e para o apoio às iniciativas das comunidades locais e suas organizações (associações, cooperativas, sindicatos) e das ONG’s (VERDUM, 2002, p. 93).

O PDA tem na sua essência a visão de que “o eco desenvolvimento com alta tecnologia e elevada qualidade de vida, sintetiza o modelo de sociedade que se quer ver implantado na

Amazônia” (SUDAM, 1993, p. 5). Este programa pretendia, entre suas diretrizes mais importantes, promover o crescimento econômico regional; assegurar a conservação do meio ambiente; estimular o desenvolvimento científico e tecnológico.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), hoje extinto, tinha por objetivo capacitar municípios para a gestão local do turismo e o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal (PROECOTUR) que visava criar infraestrutura básicas e turísticas para a implementação de polos ecos turísticos em todos os estados da região. A respeito do PRODETUR, verificou-se pouca informação sobre sua inserção nos Estados amazônicos e no município de Belterra a única ação foi um curso de capacitação.

De acordo com Cruz (2003), os dois últimos programas se completam na medida em que um deles cria a materialidade requerida por um uso turístico dos lugares e o outro trata de aspectos intangíveis da atividade (como é o caso de sua gestão); ambos deveriam ter sido fundamentais para o desenvolvimento de um turismo organizado.

A estratégia do desenvolvimento regional via polos adotada pelo PROECOTUR, que promove a concentração espacial de estruturas e de fluxos de visitantes aparece não apenas como uma opção do planejamento físico-territorial do turismo; ela é a opção política, orientadora de um planejamento espacialmente segregador de turistas e de residentes (CRUZ, 2003).

A maioria das experiências realizadas ou em curso é sustentada financeiramente por agências de cooperação internacional, privadas e públicas e, internamente, esses recursos provêm de instâncias governamentais como o PDA, Fundo Nacional do Meio Ambiente FNMA e o PDPI no âmbito do PPG7.

2.2 O Turismo nas Políticas de desenvolvimento na Amazônia Legal

O turismo ocupa hoje um lugar de destaque na economia mundial. Seus benefícios, gerados a partir da utilização do espaço, dos recursos culturais e naturais, acabaram despertando o interesse não só da iniciativa privada, mas também da administração pública; pois a atividade é capaz de modificar lugares, proporcionando um dinamismo econômico, envolvendo as questões econômica, social, cultural e ambiental, porque, se entendido como setor prioritário, se torna um fator de promoção do crescimento econômico, um meio que favorece a modernização das infraestruturas internas, um setor que requer o aumento e a diversificação dos conhecimentos, da qualificação da mão de obra, gerando a criação de novos postos de trabalho com aperfeiçoamento das práticas, quando bem planejado um

mecanismo de valorização das potencialidades naturais e culturais, reduzindo os efeitos da degradação e da destruição decorrentes da exploração não controlada (BRITO, 2004).

Há pelo menos três décadas, observa-se um esforço do poder público, em conjunto com os fornecedores de serviços turísticos, em fomentar esse setor, mais especificamente o segmento ecoturismo no polo Tapajós, Oeste do Pará. As ações representaram um aumento significativo de melhorias econômicas quanto à infraestrutura que de alguma forma, são a base para o desenvolvimento social.

Nesse sentido, verificou-se que a primeira iniciativa do Governo Federal para promover o turismo na Amazônia legal data de 1974, quando a SUDAM e a EMBRATUR preparam o Termo de Referência do processo licitatório para empresa de consultoria a ser encarregada da elaboração do Primeiro Plano de Turismo da Amazônia (I PTA).

O I PTA foi lançado em 1978 e, apesar de sua execução parcial, inaugurou o uso do modelo de delimitação de polos de crescimento para planejar o desenvolvimento do turismo na região, aplicando o termo “polos de Turismo”, seguindo o modelo do Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais (POLOAMAZÔNIA).

A partir do I PTA, os demais planos públicos federais de turismo para a região passaram a utilizar a nomenclatura “polos de turismo”, que de acordo com Figueiredo e Nóbrega (2015, p. 15) “Os polos turísticos seriam formados por um conjunto de unidades motrizes indutoras de consumo, em agregados de atividades produtivas, multiplicadores e aceleradores do crescimento harmonioso”. Mesmo que a seleção dos espaços alvos desses planos não tenha se fundamentado em critérios claros e bem definidos, nem mesmo em uma teoria específica de polos de crescimento. Nota-se, porém, a cada plano de turismo para a Amazônia Legal, a ampliação das áreas dos “polos de turismo” e muito pouco a consolidação dos mesmos, fato que comprova que esses projetos e programas não são monitorados e avaliados.

Como observado por Figueiredo e Nobrega:

Na Amazônia, após a criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) como incentivadora do desenvolvimento, com políticas públicas e financiamentos, encampou o tema do turismo e começou a elaborar planos, programas e projetos e a pensar de forma mais intensa a promoção da atividade com o argumento forte de associação entre o desenvolvimento (FIGUEIREDO; NOBREGA, 2015, p. 18).

De acordo com os autores acima, na direção do desenvolvimento gerado pelo turismo como distribuidor de renda, concebeu-se o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR). Nesse cenário, o Proecotur configurou-se como o maior programa de turismo para a Amazônia Legal, tendo em vista que delimitou 15 “polos de ecoturismo”, abarcando 32,5% do território regional. Para o planejamento desses polos, ou seja,

para definir os problemas a serem remediados, as “vantagens locais” a serem exploradas, as ações estratégicas a serem adotadas, as metas a serem atingidas, e a definição do montante de recurso a ser investido, foram contratadas empresas de consultoria.

2.2.1 Planejamento e Gestão do Ecoturismo na Amazônia

Como estratégia para o planejamento e desenvolvimento do turismo no Brasil em 1994, um grupo de trabalho constituído por representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT), Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) definiram o conceito de ecoturismo tendo por objetivo propor uma Política e um Programa Nacional de Ecoturismo. Contaram ainda com a participação de representantes do Ministério da Educação e Cultura (MEC), organizações não governamentais, empresários e consultores. Das discussões realizadas por este grupo, resultou o documento intitulado “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”. Em 1995, o MICT delegou ao MMA, por intermédio da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) a tarefa de estruturar o ecoturismo no Brasil.

Priorizando a Amazônia como início dos trabalhos, o MMA instituiu o Grupo Técnico de Coordenação do Ecoturismo para a Amazônia Legal (GTC) Amazônia, com a participação do setor público e privado. Com o apoio do Programa de Ações Estratégicas para a Amazônia Brasileira (Prodeam), foram elaboradas estratégias para desenvolver e dinamizar os Polos de Ecoturismo – zonas prioritárias nas quais o poder público implantaria projetos e normas visando à atração de empreendimentos eco turísticos particulares. Os polos foram selecionados levando em consideração o critério de complementaridade, na perspectiva de se promover a região amazônica como um todo, e não cada Estado individualmente, possibilitando o desenho de roteiros integrados entre os diversos Estados (Embratur – Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo, 1994).

2.2.1.1 *Caracterização do Polo Tapajós*

O Polo Tapajós é uma das 6 (seis) regiões turísticas do Pará, que congrega 19 Municípios (Tabela 1) que compõem a Região do Baixo Amazonas e a Região Tapajós.

Tabela 1 - Municípios que compõem o Polo Tapajós

POLO TAPAJÓS	
Região Baixo Amazonas	Região Tapajós
Alenquer	Aveiro
Almeirim	Itaituba
Belterra	Jacareacanga
Curuá	Novo Progresso
Faro	Rurópolis
Juruti	Trairão
Mojuí dos Campos	
Monte Alegre	
Óbidos	
Oriximiná	
Prainha	
Santarém	
Terra Santa	

Fonte: Elaborado por Costa (2018), a partir PRODETUR/PA (2010).

Conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável dos Polos Belém, Tapajós e Marajó - PDITS⁴ (2010) a região do Tapajós tem sido arena de diversos experimentos para implantação de modelos de desenvolvimento sustentável apoiados por financiamentos nacionais e internacionais. Paradoxalmente, a conservação e exploração dos recursos naturais quase sempre têm gerado conflitos com as condições de vida difícil das populações tradicionais. Mesmo no apogeu da economia, ocorrido durante o “ciclo da borracha”, nunca houve modelo de distribuição de renda nas áreas florestais e rurais que permitisse suprir as necessidades mínimas de assistência educacional, acesso à moradia e saúde pública.

O turismo em áreas naturais tem sido considerado como uma das alternativas de desenvolvimento sustentável para a região. Esta atividade iniciou a sua expansão durante a década de 1980, conduzido pela reflexão mundial sobre a importância da conservação do último grande patrimônio natural das florestas tropicais. Na tentativa de suprir uma crescente demanda espontânea, foram cometidos muitos erros de planejamento e operação turística, produzida principalmente pelo aumento excessivo da oferta de produtos pouco qualificados para fazer frente à demanda do mercado global.

O aprimoramento das oportunidades de negócios turísticos no território precisa ser pautado na multiplicidade de ofertas de serviços geradas a partir da segmentação de mercado.

⁴ O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS, se constitui no orientador básico dos futuros investimentos na atividade turística nos estados, tanto no que se refere ao poder público, quanto em relação a possíveis parcerias e investimentos do setor privado. O PDITS tem como objetivo principal o desenvolvimento do turismo de forma integrada e sustentável, associado à valorização cultural, à preservação ambiental e a participação comunitária, tendo como resultado final a geração de emprego e renda.

Neste sentido, abre-se uma enorme janela de possibilidades, apoiadas quase que em sua totalidade na urgência em planejar um turismo sustentável em bases consolidadas na eficiência econômica, equidade social e equilíbrio ambiental.

De grande relevância no cenário amazônico, o Polo Tapajós localizado na porção oeste do Estado do Pará, sendo a região mais antiga ocupada pelos portugueses, nesta área, com a presença de construções desta época. Também se observa a influência da cultura indígena e africana nas festas tradicionais, na culinária e no artesanato local.

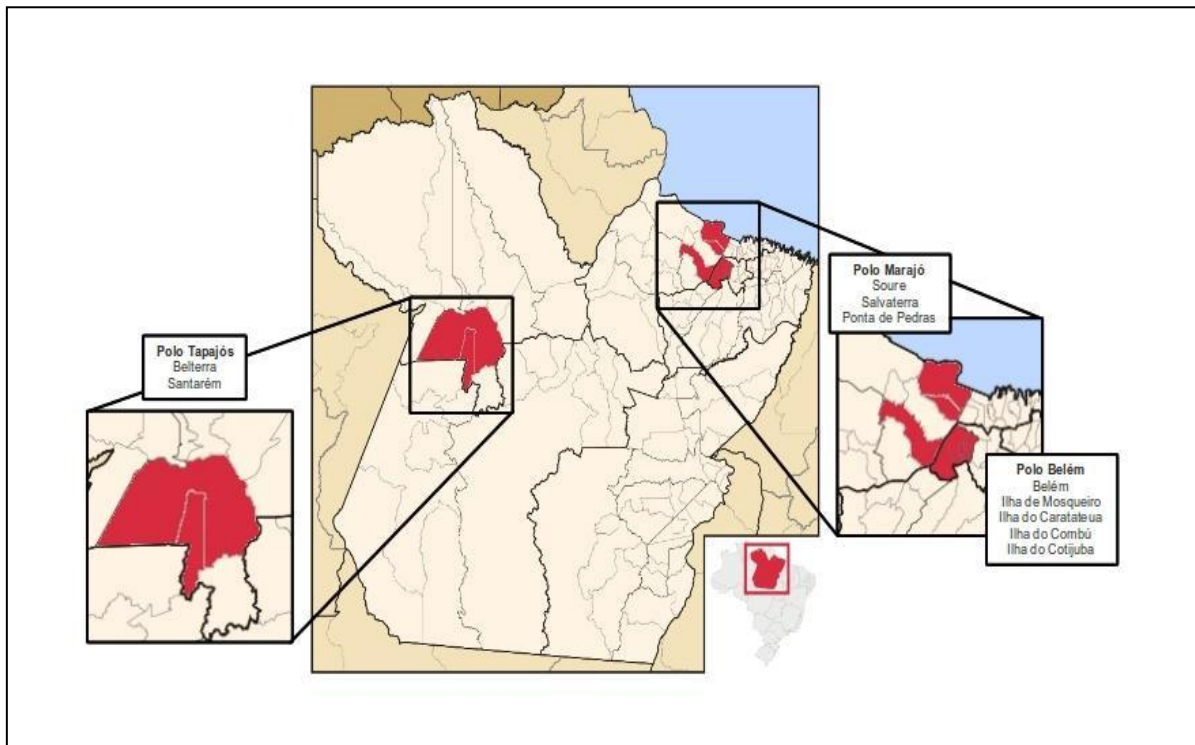
O Polo Tapajós está estrategicamente posicionado na porção central do Rio Amazonas entre as capitais Belém, no Estado do Pará e Manaus, no Estado do Amazonas, é uma área em processo de grandes transformações socioeconômicas, impulsionada pela abertura de novas fronteiras agrícolas e por ser a porta de implantação de novos terminais portuários para o escoamento de grãos da região Centro-Oeste e de produtos industrializados da Zona Franca de Manaus.

A consolidação do turismo nesta região deve ter um papel relevante na criação de alternativas de ocupação e renda às comunidades tradicionais localizadas em áreas de potencial turístico, ou próximas das Unidades de Conservação no território ao oeste do Pará. É uma das regiões mais ricas do país em recursos naturais e potencial econômico, marcada pela presença de importantes biomas brasileiros, como a Floresta Amazônica e o Cerrado e áreas de transição entre eles, além de bacias hidrográficas importantes, como a do Amazonas, do Xingu e Teles Pires-Tapajós.

Nesse sentido a formatação de produtos turísticos precisa orientar-se no desenvolvimento da imagem estruturada no tripé – floresta tropical, praia de água-doce e comunidade tradicional. Embora possua uma ampla área geográfica, na construção do PDITS, o Polo Tapajós, os municípios selecionados para se trabalhar foram os municípios de Santarém e Belterra, por apresentarem uma enorme oferta de atrativos eco turísticos com várias Unidades de Conservação com grandes possibilidades de desenvolvimento do segmento ecoturismo.

De acordo com a Empresa Paraense de Turismo (PARATUR) o Polo Tapajós foi selecionado como área de abrangência do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - PROECOTUR, devido ao fato de possuir atrativos naturais, históricos, culturais, artesanato, folclore e manifestações culturais de grande relevância sendo criado três polos no estado conforme figura 1 (PARATUR, 2009).

Figura 1 - Polos de Ecoturismo no Pará



Fonte: PROECOTUR (2003).

2.3 A dinâmica dos patrimônios cultural e natural

A globalização e o incremento de novas tecnologias de transporte e de comunicação possibilitam a aproximação entre pessoas e entre cidades. A divulgação do turismo por meio da mídia e dos canais de comunicação faz com que cresça o interesse por viagens em busca de novas culturas, de novas paisagens ou, simplesmente, de descanso distante do local de moradia e de trabalho.

Como observa Dias (2009) devido ao crescimento desse interesse, os patrimônios cultural e natural tornaram-se elementos valiosos para as destinações oferecerem como atrativos no mercado turístico. Quer sob a forma de manifestações materiais (monumentos, esculturas etc.) quer sob a forma de manifestações imateriais (festas, danças, manifestações religiosas etc.).

Dessa forma, na contemporaneidade o patrimônio constitui um diferencial para atrair visitantes. As singularidades, as peculiaridades dos patrimônios dos locais é que promoverão o deslocamento das pessoas.

Através de várias manifestações, surgiu aos poucos uma nova ordem ética na área do turismo e do lazer expresso naquilo que veio a ser conhecido inicialmente, de maneira vaga, como turismo alternativo. Esse tipo de turismo traz ao segmento eco turístico a preocupação

com os recursos culturais e naturais, com a preservação da localidade, a participação social e estratégias que tenham como objetivo aumentar os impactos positivos da atividade.

Acredita-se ser pertinente uma breve abordagem acerca da cultura, para posteriormente abordar a categoria patrimônio. O termo cultura, como conceito amplo e genérico, aplica-se a várias e distintas formas, desde a literatura às artes performativas (teatro, ballet, canto etc.), passando pelos monumentos e paisagens humanizadas, ou simplesmente no termo patrimônio. Correntemente, este termo aplica-se a diversos campos: histórico, ambiental, arquitetônico, arqueológico, citando apenas alguns exemplos.

Produto da atividade do homem, a cultura constitui-se como uma forma de expressão da mente humana exteriorizada através do seu sentido material – ex. os monumentos –, ou imaterial – ex. música, literatura –, fornecendo um contexto e prazer de fruição, assumindo-se como estrutura do presente, do passado e do futuro.

Tal como outros produtos turísticos, a cultura possui duas vertentes, a da produção e a do consumo. As suas externalidades escapam ao âmbito do sistema convencional de mercado, devendo os produtos culturais ser distinguidos dos chamados produtos e serviços comuns e de primeira necessidade. Inclusive quando das dificuldades econômicas a cultura surge como um dos primeiros setores a ser alvo de cortes orçamentários (COCCOSSIS; NIJIKAMP, 1995).

Por outro lado, o conteúdo do conceito de cultura pode ser interpretado de várias formas. Jorge (2000), por exemplo, numa análise à perspectiva de Foucault, refere que este considerou a cultura de uma época como “um conjunto de possíveis pensáveis baseados em todas as realizações do tempo” (...) em outra perspectiva, a cultura é um campo de reflexo, ela espelha a sociedade, e, portanto, só é entendível à luz desta última.

A cultura como componente importante do conceito de patrimônio cultural, pode ser definida de inúmeras maneiras para o nosso propósito inicial e, em termos genéricos, deve ser entendida como tudo aquilo que foi criado pelo longo de sua existência, tanto do ponto de vista material quanto não material. Assim, pertencem à cultura bens tangíveis e intangíveis que representam valores materiais e não materiais produzidos pela ação humana (DIAS, 2006, p. 17).

2.3.2 Discussões acerca dos patrimônios cultural e natural: reflexão sobre os conceitos

2.3.2.1 *Concepções de patrimônio*

Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava na origem ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo.

Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito “nômade”, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante (CHOAY, 2006, p. 11).

O conceito de patrimônio conhece, atualmente, uma popularidade espetacular, associada aos investimentos de toda ordem (político, financeiro, etc.) suscitados por ele. A investigação a seu respeito oscila entre a evocação de algo inefável – os valores da civilização - e a atenção exclusiva prestada às instituições e aos estudiosos da temática. Uma dificuldade particular refere-se ao fato de que o próprio patrimônio determina as condições concretas de sua abordagem comunicação e controle (POULOT, 2009).

O patrimônio define-se, ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético e, na maioria das vezes documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico, legal ou administrativo. Ele depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião publicam; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades. Para se impor, de acordo com a espécie de evidencia que é a sua atualmente, a noção teve de passar por um processo complexo, de longa duração e profundamente cultural; ela é o resultado de uma dialética da conservação e da destruição no âmbito da sucessão das formas ou dos estilos de heranças históricas que haviam sido adotados pelas sociedades ocidentais (POULOT, 2009, p. 14).

Os desafios ideológicos, econômicos e sociais extrapolam amplamente as fronteiras disciplinares (entre história, estética ou história da arte, folclore ou antropologia), como pode ser notado no decorrer das décadas de 1970-1980, pelo reconhecimento de novos patrimônios, que abrange uma profusão de esforços públicos e privados em favor de múltiplas comunidades.

Conforme observa Poulot

O patrimônio e sua defesa nunca foram tão populares mundo afora quanto nesta última geração. Mas caso ele queira testemunhar a autenticidade de monumentos e lembranças, seu sucesso se alimenta, segundo seus críticos, sobretudo de tradições inventadas ou valores oportunistas. O patrimônio parece então se confundir com um pensamento ao sabor de modismos ou até com bens de consumo (POULOT, 2009, p. 1).

Nesse sentido a discussão sobre patrimônio passa necessariamente, por uma reflexão acerca das noções que lhes são atribuídas. O significado do termo pode variar de acordo com a visão de diferentes indivíduos, organizações, instituições sociais e culturas, em um mesmo período histórico ou em momentos diferentes. Podendo ser compreendido de diferentes formas e sentidos, correspondentes a diferentes percepções e posicionamento por parte de agentes que compõem determinada sociedade.

Derivado do latim *patrimonium*, o termo patrimônio pode ser segundo a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, entendido de vários modos, sendo pertinente destacar:

Herança paterna; Bens de família; Bens indispensáveis para a ordenação de qualquer eclesiástico; Qualquer espécie de bens, materiais ou morais pertencentes a alguém ou a alguma instituição ou coletividade; Grupo de bens e direitos pecuniários, mais ou menos extenso, mormente quando tais bens e direitos são destinados a um fim; Conceito complexo, extensível a um campo econômico e jurídico, para não dizer ideal ou filosófico; Direitos pessoais, não econômicos, inalienáveis e impenhoráveis, e, sobretudo estritamente ligados à personalidade (GRANDE ENCICLOPEDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, 2005, p. 20) .

Dessa forma, inicialmente, o termo esteve mais relacionado à herança familiar e aos bens materiais. Nessa mesma lógica, Funari (2006, p. 8) indica que a palavra patrimônio vem da palavra romana – pater, patrimonium, família: “patrimônio é uma palavra de origem latina que se referia, entre os antigos romanos, a tudo que pertencia ao pai, pater ou pater famílias, pai de família”. Nessa perspectiva, patrimônio pode ser considerado, assim, herança familiar e aos bens materiais, mas, com o passar do tempo, atingiu outros significados mais amplos para a sociedade.

No século XVIII, “quando na França, o poder público começou a tomar as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a história das nações, o uso do termo “patrimônio” estendeu-se para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação (RODRIGUES, 2001, p. 16)

Durante o século XIX, a criação de patrimônios nacionais intensificou-se e “serviu para criar referências culturais comuns a todos que habitavam um mesmo território, unificá-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns” (Rodrigues, 2001, p. 16), a despeito das diferenças socioculturais e memórias particulares locais e regionais existentes em um mesmo território Rodrigues (2001, p. 16).

O patrimônio, enquanto legado que se recebe do passado se vive no presente e se transmite as futuras gerações, está ligado à memória e se constitui em ponto de referência do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva. Nesse sentido além de servir ao conhecimento do passado, o patrimônio permite aos indivíduos relembrar experiências vividas, podendo reforçar o sentimento de pertença e compartilhamento de determinados elementos culturais que alimentam o sentido de grupo e identidade coletiva (RODRIGUES, 2001 p. 16).

De acordo com Poulot (2009, p. 22), “a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como a sociedade constrói seu patrimônio”, ou seja, está relacionada às concepções de patrimônio e aos critérios de definição do mesmo em uma sociedade, especificamente, à condição de escolha desse patrimônio. Trazendo à tona o caso francês, Poulot (2009) afirma que naquela sociedade, essa história confunde-se com sua história sócio administrativa. Ressalta, ainda, que o estatuto legal do patrimônio atua como “suporte para uma representação da civilização” (POULOT, 2009, p. 54) e na construção de identidades. Encarna a construção

nacional e, no sentido legal, surgiu com as legislações nacionais do Século XIX, quando sua preservação se confundia com o dever patriótico.

Esse patrimônio, para Poulot (2009, p. 53), “evoca um conjunto de valores que, à semelhança da memória, dependem de um enraizamento mais ou menos profundo na dimensão ‘sensível’ das identidades pessoais e sociais”. O patrimônio considerado como monumento nacional é estabelecido por critérios estéticos ou históricos, que são caracterizados como obra ou objeto de arte, e tem por parte um significado da história.

É importante ressaltar que, nessa conjuntura, a diversidade de objetos e de agentes históricos possibilita uma assimilação do patrimônio na corroboração da historicidade desses bens, que muitas vezes, não encontram uma materialidade considerada relevante e que, com o passar do tempo, adquire um significado cultural que responde às demandas históricas das comunidades que os guardam. Nesse sentido, vale destacar os deslocamentos conceituais observados nas últimas décadas do Século XX, quando passou a ser utilizado também o termo bens cultural pela amplitude em relação ao entendimento do que se configura como patrimônio cultural brasileiro:

Bem cultural, em seu sentido amplo, compreende todo testemunho do homem e seu meio, apreciado em si mesmo, sem estabelecer limitações derivadas de sua propriedade, uso, antiguidade, ou valor econômico. Os bens culturais podem ser divididos em três grandes categorias: bens naturais (patrimônio natural); bens materiais (patrimônio arqueológico, urbanístico, paisagístico, artístico e arquitetônico) e bens imateriais (patrimônio intelectual e emocional). Entende-se por patrimônio cultural toda a produção humana, de ordem emocional, intelectual, material e imaterial, independentemente de sua origem, época natureza ou aspecto formal, que propicie o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia. Esse conceito se conjuga com o próprio conceito de cultura, entendida como um sistema interdependente e ordenado de atividade humanas na sua dinâmica, em que não se separam as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem, em que não se deve privilegiar o produto-habituação, templo, artefato, dança, canto, palavra – em detrimento das condições históricas, socioeconômicas, étnicas e ecológicas em que tal produto se encontra inserido (SECMG, 2013, p. 14).

A conceituação do que constitui o patrimônio e representa a cultura de uma determinada sociedade também vai depender das condições de cada contexto, das concepções que cada época tem a respeito do que, para quem e porque preservar e envolve escolhas e exclusões, que se dão a partir das disputas e negociações entre os diversos agentes sociais no campo do patrimônio. Assim, como a memória e a identidade, o patrimônio tem, portanto, uma dimensão política evidente.

Grupos e comunidades nem sempre se mostram da mesma forma, podendo omitir ou enfatizar certos aspectos do que julgam ser sua identidade, dependendo das circunstâncias e

intenções. Um grupo indígena, por exemplo, pode não lembrar de ou querer omitir aspectos ligados à sua identidade étnica no contexto de interação com outros grupos da população de determinada região por receio de sofrer discriminação e ao mesmo tempo ressaltar esses aspectos e essa identidade quando se trata de venda lucrativa de sua imagem a turistas. As identidades, portanto, são complexas, dinâmicas, podem ser múltiplas, manipuladas, construídas e reconstruídas de acordo com as perspectivas e intencionalidades envolvidas em cada contexto (VIEIRA FILHO, 1999).

No Brasil, a preservação do patrimônio é responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 13 de janeiro de 1937, com o intuito de proteger os bens representativos para a construção da identidade nacional. Após a promulgação legal, vários institutos, em nível estadual, também foram criados a fim de salvaguardar a memória e a identidade específica de seu povo. Essas discussões ajudaram a consolidar a formalização dos bens culturais como elemento de preservação da memória. Partindo da gênese da constituição legal das instituições responsáveis pela salvaguarda da memória, o IPHAN surgiu na década de 1930, com o intuito de resolver as questões referentes à identidade nacional, entretanto, a noção ainda estava assentada na perspectiva de pedra e cal, conforme salientado por Fonseca (2000).

A UNESCO considera o patrimônio cultural composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham valor histórico, estético, arqueológico científico, etnológico ou antropológico. O Patrimônio natural significa, assim, as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico de conservação e estético.

Conforme argumenta Poulot (2009) o patrimônio e sua defesa nunca foram tão populares mundo afora quanto nesta última geração. Mas para o autor, caso ele queira testemunhar autenticidade de monumentos e lembranças, seu sucesso se alimenta, segundo seus críticos, sobretudo de tradições inventadas ou valores oportunistas. O patrimônio parece então se confundir com um pensamento ao sabor de modismos ou até com bens de consumo principalmente pela atividade turística.

Em seu sentido mais geral, pode-se dizer que o patrimônio representa “o conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possuem” (BARRETO, 2000, p. 9), sendo frequentemente dividido em patrimônio cultural e natural, em linha com a clássica divisão entre natureza e cultura que marca o pensamento ocidental.

2.3.2.1.1 Patrimônio cultural

Com o decorrer dos anos, a noção de patrimônio cultural foi sendo cada vez mais ampliada. Na atualidade, ela configura-se como um marco legal brasileiro, principalmente com base na mudança de paradigmas sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, quais os valores, os interesses e os grupos sociais se reconhecem em determinados bens culturais.

Nas últimas décadas, o conceito de patrimônio cultural adquiriu um peso significativo no mundo ocidental. De um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização evoluiu-se para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente a identidades coletivas. Desta maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos, modos de vida passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional e internacional (ZANIRATO, 2006).

Como observa Brusadin (2015, p. 43), o significado de patrimônio cultural é muito amplo, incluindo outros produtos do sentir, do pensar e do agir humanos. Com o intuito de entender o patrimônio cultural nesse quadro que lhe é próprio, Meneses (1996) refere-se ao mesmo como fenômeno social, sempre vinculado a um espaço e tempo específicos, nos quais é preciso entender, historicamente, as formas de sociabilidade que são extremamente variáveis. Dessa forma, os conceitos, os sentidos e as práticas da vida privada e da vida pública, não são universais.

Não obstante, há menos de um século o patrimônio compreendia os monumentos nacionais, considerados por critérios estéticos ou históricos, que explicitavam a importância que uma obra ou um objeto adquiria diante do desenvolvimento da arte ou da história.

Tais alterações no entendimento do conceito nos incitam a refletir acerca dos caminhos trilhados nesse processo de mudanças conceituais, de forma a estabelecer relações entre as transformações a respeito do que se entende por cultura e as modificações na categoria patrimônio. Ademais, procuramos mostrar a aplicabilidade do conceito nas regulações produzidas em escala internacional, por organismos multilaterais, em especial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e pelo programa das Nações Unidas para o meio ambiente, no que diz respeito às políticas de proteção do que se convencionou como patrimônio cultural.

Por ocasião das reuniões da UNESCO, as cartas patrimoniais redigidas frequentemente fazem referência à necessidade de associar patrimônios culturais às políticas de desenvolvimento do turismo. Em 1969, a Carta de Quito, preocupada com a valorização do patrimônio cultural, discorreu sobre a importância de incorporar a um potencial econômico um valor atual; de pôr em produtividade uma riqueza inexplorada, mediante um processo de revalorização (CURY, 2000). Preocupada especificamente com a preservação dos patrimônios monumentais, a Carta de Quito conforme Cury argumenta que:

Se os bens do patrimônio cultural desempenham papel importante na promoção do turismo, é lógico que os investimentos exigidos para sua restauração e habilitação específicas devem ser feitos simultaneamente aos que reclama o equipamento turístico (CURY, 2000, p. 113).

Dessa forma, percebe-se que a Unesco revela a prioridade a ser dada nas escolhas para os projetos de restauro e habilitação: devem atender à demanda turística, uma vez que do ponto de vista exclusivamente turístico, os monumentos são parte do equipamento que se dispõe para operar numa região determinada (CURY, 2000, p. 115). Considerados como equipamentos da indústria do turismo, os patrimônios culturais edificados são a elas adaptados.

Em 4 de agosto de 2000, foi aprovado o Decreto nº 3.551, que estabeleceu o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial (intangíveis), ou seja, todo tipo de expressão, criação, saberes e fazeres que fazem referência à identidade, à ação e à memória dos grupos sociais. A Unesco define como patrimônio cultural imaterial as práticas, as representações, as expressões, os conhecimentos e as técnicas – junto com os instrumentos, os objetos, os artefatos e os lugares culturais que lhes são associados –, que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Os bens materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis que compreendem o patrimônio cultural são considerados manifestações ou testemunho significativo da cultura humana, (GONZALES-VARAS, 2003, p. 44) reputados como imprescindíveis para a conformação da identidade cultural de um povo.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu Art. 216, considera patrimônio cultural brasileiro, como:

Formado por bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

No entendimento de Carvalho (2013) patrimônio cultural são o conjunto de bens, processos, práticas e expressões tomadas como referências culturais pelos grupos sociais enfatizando a interface destes com o seu patrimônio natural.

Nessa perspectiva, o patrimônio Cultural é muito mais do que “pedras e ossos”. Envolve todos os aspectos do passado e presente de uma comunidade que devem ser valorizados pela mesma, a qual os deseja transmitir às gerações futuras. O termo inclui lugares, objetos e práticas com importância cultural. Engloba, portanto, “patrimônio tangível”, tal como edifícios, estruturas industriais e tecnologia, paisagens e artefatos, elementos de patrimônio não visíveis, como sítios arqueológicos enterrados e também patrimônio “intangível”, como sejam a língua, arte visual, música, representação, religião, crenças e modos de vida.

É, portanto, um conjunto de bens materiais e não materiais, que foram legados pelos antepassados e que, em uma perspectiva de sustentabilidade deverão ser transmitidos aos descendentes, acrescidos de novos conteúdos e de novos significados, os quais provavelmente deverão sofrer novas interpretações de acordo com novas realidades socioculturais.

Com essa abrangência, a preservação do patrimônio cultural assume uma nova perspectiva, na medida em que se compreende que:

Preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente àqueles sabidamente condenados ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária (LEMOS, 1987, p. 39).

O discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado é interpretado como um fato destacado de uma civilização que avançou como patrimônio, no conjunto dos bens culturais referente às identidades coletivas. Quando se fala em patrimônio cultural como discorrem alguns autores, “legado cultural” é importante esclarecer que este é composto não só pelo patrimônio arquitetônico, mas também pelos vários elementos simbólicos da cultura imaterial que representam a memória das sociedades, ou seja, todos os elementos capazes de transparecer a identidade de um povo e diferenciá-lo de qualquer outro (FIGUEIREDO et al, 2008).

Esses bens estão expressos nas paisagens, nas arquiteturas, na arte, nos documentos e nos sítios arqueológicos, reconhecidos e valorizados pelas comunidades e pelos órgãos governamentais tanto na esfera local, quanto na estadual, na nacional ou na internacional. Mas, para além da “pedra e cal”, conforme estudado por Fonseca (2003), os bens imateriais, intangíveis também passaram a lugar de destaque no cenário nacional, e as manifestações

culturais e os bens culturais imateriais, reconhecidos como constitutivos do patrimônio cultural da nação, considerados como testemunho significativo da cultura e imprescindíveis para a identidade cultural de um povo.

O patrimônio cultural se caracteriza por sua riqueza comum que se herda como cidadãos, transmitidos de geração em geração e que se constituem na soma de bens culturais de um povo. Para tanto, é necessário conservar a memória do que foi uma dada sociedade e do que é para conhecer e valorizar sua identidade. A amplitude da expressão patrimônio cultural nos faz acreditar na importância de um indivíduo inserido em uma comunidade reconhecer o espaço em que vive, proporcionando esse reconhecimento como fora estabelecido pelos valores, a partir de suas memórias, como ambiente social cultural.

Os bens materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, que compreendem o patrimônio cultural, são considerados manifestações ou testemunho significativo da cultura humana, (GONZALES-VARAS, 2003, p. 44) reputados como imprescindíveis para a conformação da identidade cultural de um povo.

É sabido que as ações direcionadas ao patrimônio cultural, principalmente, as políticas para a salvaguarda dos bens, teve origem na Revolução Francesa, quando se desenvolveu a necessidade de preservar os monumentos com o objetivo de que fossem inseridos na memória, para impedir o esquecimento dos feitos do passado.

No decorrer da história do patrimônio cultural, observa-se, no que tange ao conceito, uma transformação no que diz respeito à cultura e às modificações na categoria patrimônio. Essa ambiguidade se deu por meio da UNESCO e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no que se refere às políticas de proteção do que se convencionou chamar de patrimônio cultural.

2.3.2.1.2 Patrimônio natural

Scifoni (2006) analisando a trajetória da noção de patrimônio natural afirma que a ideia de um patrimônio natural é algo relativamente contemporâneo, consagrado internacionalmente na Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e observa que o patrimônio natural apareceu historicamente como produto de um universo de preocupações com a cultura.

Para a autora:

No plano da pesquisa científica ou na esfera institucional há um vácuo em relação ao patrimônio natural. No primeiro caso, é raro encontrar pesquisas que tratem do tema, sobretudo das questões que envolvem sua gestão pública. Já no que diz respeito à prática Institucional no Brasil, o patrimônio nos órgãos público aparece hoje como uma questão secundária e até mesmo marginal: com o passar dos anos, ele foi colocado à parte, como um setor de menor importância. Além disso, por integrar a

esfera institucional da cultura e não do meio ambiente, ficou de fora de um processo de unificação das diversas categorias de áreas protegidas em um único sistema de unidades de conservação. O patrimônio natural é considerado uma área especialmente protegida, porém não tem o status de uma unidade de conservação. É, portanto, um instrumento de proteção ambiental *sui generis*, gestado no âmbito das políticas culturais e fora da esfera do controle ambiental. **Longe dessa posição marginal a ele relegada, o patrimônio natural aparece como um tema de relevância para o Ecoturismo** (SCIFONI, 2006, p. 14 - grifo nosso).

Em 1972 foi realizada uma conferência em Paris sob os auspícios da UNESCO a Convenção de Patrimônio Mundial, Cultural e Natural tendo como resultado um documento enfocando o patrimônio natural como monumento e nesse momento o conceito de patrimônio natural foi formulado internacionalmente sendo definido como as formações físicas biológicas geológicas e fisiográficas, as zonas de habitat de espécies ameaçadas e, os lugares notáveis.

Segundo colocado pela Secretaria da Convenção do Patrimônio da UNESCO,

O caráter desta convenção é sumamente original e consagra novas e importantes ideias. Ela liga as noções de natureza e cultura, até agora como diferentes e, mais do que isso, antagônicas. De fato, durante muito tempo natureza e cultura se opunham: o homem devia conquistar uma natureza hostil, enquanto a cultura simbolizava os valores espirituais. Mas, na verdade natureza e cultura se complementam: a identidade cultural dos povos é forjada no meio em que vivem e, em geral, parte da beleza das mais belas obras criadas pelo homem provém exatamente da integração com o lugar em que se encontram (UNESCO, 1985, p. 1).

Conforme discute Scifoni (2006, p. 72),

Trata-se de uma visão que não concebe natureza e cultura como termos independentes e excludentes, mas como dimensões contraditórias e articuladas que demandam uma abordagem conjunta. A área natural protegida é assim tanto testemunho da evolução de processos ecológicos e do meio físico como resultado do processo histórico da apropriação social da natureza; apropriação que se dá de forma diferenciada, em maior ou menor intensidade e fornece um conteúdo social às áreas naturais. O patrimônio natural inscreve-se, assim, na memória dos diversos grupos que compõem a sociedade e leva em conta o vínculo destes com uma natureza transformada em objeto de ação cultural, em objeto de apropriação social.

Nesse sentido essa nova concepção, por um lado, manifesta-se como influência e contribuição do debate acadêmico que possibilitou a compreensão de um patrimônio natural indissociável da vida humana, e por outro, é produto igualmente, de uma nova demanda social que se criou a partir das novas condições políticas do país nos anos 1980. Essa abertura política possibilitou a atuação dos movimentos sociais e, dentre estes, consolidaram-se novas esferas, como a luta pela preservação do patrimônio e do meio ambiente.

Como nos diz Scifoni (2006, p. 75)

O patrimônio natural não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, ou ecossistemas pouco transformados pelo homem. Na medida em que faz parte da memória social, ele incorpora, sobretudo paisagens que são objetos de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e reproduz.

Dessa forma o patrimônio natural aparece com duplo caráter. Para subsidiar essa discussão Palu (1996) acrescenta que o patrimônio natural aparece como um paradoxo, pois além de a natureza existir em si mesma, como realidade exterior ao homem, ela também é culturalmente integrada ao mundo que as sociedades humanas são capazes de conceber, de perceber e de organizar.

Em se tratando do patrimônio natural, a salvaguarda dos recursos materiais e do conhecimento tradicional sobre os usos desses recursos é tida como essencial para a garantia de uma vida digna para a população humana. Apesar disso, outros interesses são identificados na conservação do patrimônio natural, em especial a intenção de reservar informação genética nas áreas protegidas para uso futuro.

De acordo com Scifoni (2006, p. 63):

Foi sob o enfoque do monumento, a partir de características como o valor estético e o caráter inviolável, que o conceito de patrimônio natural foi formulado e consagrado internacionalmente. Isso se deu por meio da convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, documento da Unesco resultante da realização de uma conferência em Paris, no ano de 1972.

Dessa forma, o monumento natural apareceu como antecessor e fundador da ideia de patrimônio natural, com a Convenção ele não caiu em desuso, ao contrário evoluiu e fortaleceu-se como uma categoria específica de área protegida. E em 1978, a *International Union for Conservation of Nature* (UICN) propôs e, em 1994, revisou e atualizou um sistema normativo de áreas protegidas, considerado um parâmetro para essa questão em nível mundial. Nesse documento o monumento natural recebeu uma conceituação que lhe garantiu um caráter mais limitado que o do anterior, pois foi definido como uma “área que contém uma ou mais características naturais/culturais específicas. (UICN, 1994, p. 198)

Como argumenta Scifoni (2006, p. 63):

É preciso destacar que o nascimento da ideia de um patrimônio universal fez parte de um contexto de mundialização de valores ocidentais que se iniciaram no período pós Segunda Grande Guerra. A Convenção do Patrimônio foi um dos principais veículos que se generalizaram para o mundo práticas conservacionistas gestadas na Europa e nos Estados Unidos, difundidas principalmente por meio dos critérios e da conceituação estabelecidos nesse documento internacional.

Segundo a convenção do Patrimônio Mundial, o patrimônio natural foi definido como as formações físicas, biológicas, geológicas e fisiográficas, as zonas de habitat de espécies ameaçadas e, novamente, os lugares notáveis. Os bens deveriam ser expressão de um valor universal excepcional do ponto de vista estético, científico e da conservação.

Patrimônio Natural de acordo com a Unesco, na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, ocorrida de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, em seu artigo 2º são considerados:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiografias e as zonas estritamente delimitadas que constituem o habitat de espécies animais e vegetais ameaçados, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; os lugares naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham um valor universal excepcional desde o ponto de vista científico, da conservação ou da beleza natural (UNESCO, 1972).

Assim, o patrimônio natural pode ser definido como uma área natural apresentando características singulares que registram eventos do passado e a ocorrência de espécies endêmicas. Nesse caso, a sua manutenção é relevante por permitir o reconhecimento da história natural e, também, para que se possam analisar as consequências que o estilo de vida hegemônico pode causar na dinâmica natural do planeta. Uma área natural protegida é um laboratório de pesquisa que possibilita estudar reações da dinâmica da natureza em si. Além disso, a singularidade que faz a área merecer sua elevação à condição de patrimônio natural pode apresentar beleza cênica ou, ainda, ser fundamental para o desenvolvimento de processos naturais, como ocorre com o mangue, responsável pela produção de micro-organismos que servem de base da cadeia alimentar.

Em se tratando do patrimônio natural a salvaguarda dos recursos materiais e do conhecimento tradicional sobre os usos desses recursos é tida como essencial para a garantia de uma vida digna para a população humana. Apesar disso, outros interesses são identificados na conservação do patrimônio natural, em especial a intenção de reservar informação genética nas áreas protegidas para uso futuro.

Isso somente ocorreu porque foi possível ampliar o espectro dos valores reconhecidos nesses objetos. Em diversas ocasiões, Meneses (1992, 1996) alertou para o fato de que os valores não são nem permanentes e invariáveis e nem inerentes aos objetos, mas, ao contrário, resultam de uma construção que se faz em determinados contextos sociais e históricos. Valores são atribuídos a partir de qualidades que são reconhecidas nos objetos, mas que variam conforme os diferentes grupos os concebem. Segundo o autor, o “[...] valor cultural não está nas coisas, mas é produzido no jogo concreto das relações sociais”. Portanto, o “[...] que chamamos de bens culturais não tem em si sua própria identidade, mas a identidade que os grupos sociais lhe impõem” (MENESES, 1996, p. 93).

De um lado o patrimônio natural representa a “memória” da natureza — como diz Rodrigues (2000) —, os testemunhos dos processos naturais e das relações estabelecidas entre seus elementos. De outro, passa a ser também parte da memória humana, pois adquire significado e sentido para os diversos grupos sociais, tornando-se uma referência histórica e é inserido na memória social.

O patrimônio natural não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, ou ecossistemas pouco transformados pelo homem. Na medida em que faz parte da memória social, ele incorpora, sobretudo, paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e se reproduz.

Trata-se de uma concepção de natureza que não nega a contradição central existente no fato de que mesmo sendo objeto de transformações efetuadas pelo trabalho humano, não se retira a sua dimensão de natureza. A natureza de que se trata hoje é, antes de tudo, histórica e social, uma vez que as transformações que o homem lhe impõe se inscrevem no curso de um processo histórico de constituição da sua humanidade. Mas ela guarda uma dimensão natural, pois os mecanismos que regulam sua dinâmica são dados por condições próprias e leis naturais. Marx e Engels (1975), afirmavam essa unidade entre homem-natureza no século XIX, ao criticarem a filosofia alemã que tratava de forma dissociada as contradições na natureza e as contradições na história. Para os autores, não há como negar que sempre estamos diante de uma natureza que é histórica, mas, mesmo assim, é “[...] evidente que o primado da natureza exterior não deixa por isso de subsistir [...]” (MARX; ENGELS, 1975, p. 35).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

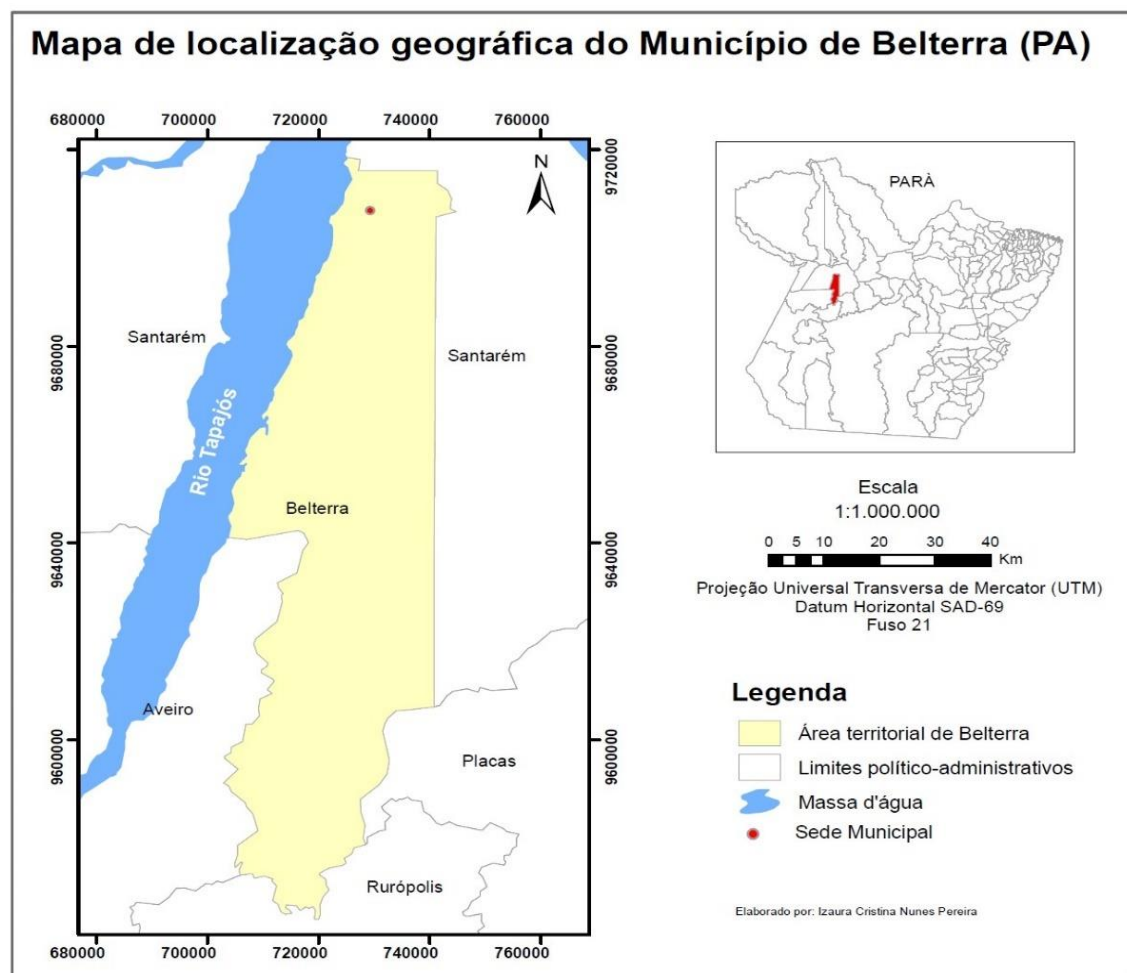
Neste capítulo será apresentado o caminho metodológico percorrido no intuito de alcançar os objetivos da pesquisa, assim como os procedimentos utilizados para a obtenção das respostas demandadas a partir do objeto do estudo.

3.1 Área de Estudo

O estudo foi realizado no núcleo urbano do município de Belterra e nas suas comunidades de Aramanaí e Pindobal inseridas na Área de Proteção Ambiental Aramanaí.

O município de Belterra com uma área territorial de 4.398,407Km², localiza-se na região Oeste do Pará, pertence à microrregião de Santarém e a mesorregião do Baixo Amazonas, situa-se entre as seguintes coordenadas geográficas 02° 38' 11" de latitude sul 54° 56' 14" de longitude oeste (Mapa 1)

Mapa 1 - Mapa da localização geográfica de Belterra, PA.



3.1.1 Origem e formação do município de Belterra

A cidade de Belterra área de referência deste estudo tem sua origem relacionada ao ciclo da borracha na Amazônia, iniciado no século XIX conforme observa Grandin (2010).

Em 1927, o Congresso paraense aprova lei cedendo um milhão de hectares à Ford Motor *Company*, maior indústria automobilística dos Estados Unidos na época e que, constituiu, em 10 de outubro de 1927, a Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB), cujo objetivo era plantar 1200 hectares de seringueiras, concedendo benefícios fiscais à empresa norte-americana.

Um ano depois, é criada a vila Fordlândia às margens do Rio Tapajós, entre os municípios de Itaituba e Aveiro. Em 1930, Fordlândia recebe a infraestrutura de cidade moderna ao estilo norte-americano, com calçadas, iluminação pública, hidrantes vermelhos, hospital, quadras de tênis e golfe, piscina e clubes de jardinagens (GRANDIN, 2010).

A primeira concessão entregue a Companhia Ford pelo governo do Pará, em Fordlândia, não atendera às expectativas dos seus técnicos e administradores, em decorrência de inúmeros problemas que se sucederam na área.

Segundo Pereira (2012, p. 64) as análises de vários trabalhos feitos sobre o tema (SENA, 2008; CRULS, 1939) tem apontado os fatores que contribuíram para que, em Fordlândia, apesar de todos os investimentos, o projeto tenha fracassado; dentre eles, o autor cita: o atraso nas operações, a má escolha da localização do empreendimento, o mal da folha (doença que atacou os seringais), a forma acidentada do terreno para o cultivo das seringueiras, a distância do projeto em relação ao porto de Santarém (maior e mais desenvolvida cidade da região), e a dificuldade de navegação dos navios maiores durante o período da estiagem.

E acrescenta:

A companhia concluiu, então que as plantações em Fordlândia não davam retorno econômico. E, mesmo tendo investido US\$ 7 milhões de dólares e seis anos de trabalho, depois de consultar especialistas sobre o assunto, optou em 1934, pelo deslocamento para Belterra, onde desenvolveria a nova plantação e construiria uma nova cidade (PEREIRA, 2012, p. 64).

O novo núcleo urbano foi construído a partir de uma proposta feita pela CFIB ao governo do estado do Pará de trocar um quadrilátero de 281.500 hectares, ao fundo da concessão, por uma nova área situada a 25 milhas ao sul de Santarém e a 576,6 pés, acima do Rio Tapajós. “O Estado do Pará concordou e, em 4 de maio de 1934, foi assinado o termo de permuta. A nova localidade passou a ser chamada de Belterra, objeto principal de investimentos da Companhia após meados de 1934” (COSTA, 2012, p. 87).

Pereira (2012) explica os objetivos da CFIB ao se deslocar para Belterra.

O deslocamento do projeto para Belterra constituiu uma tentativa da Companhia de superar o fracasso experimentado em Fordlândia. Com este objetivo, a CFIB realizou a plantação em áreas mais plana, importou um novo tipo de seringueira e usou enxerto nas mudas para torna-las mais resistentes às pragas. Construiu um porto em águas mais profundas e se localizou mais próxima de Santarém para facilitar o recrutamento da mão de obra. Por fim, permitiu que terceiros pudessem explorar a oferta de serviços, como bar, sapataria e barbearia, por exemplo, mas também montou uma comissária (pequeno comércio) para oferecer produtos alimentícios mais baratos para seus funcionários. Além disso, permitiu que eles pudessem desenvolver, em seus lotes de moradia atividades ligadas à agricultura e criação de animais de pequeno porte [...] (PEREIRA, 2012, p. 65).

A cidade empresa de Belterra começou no Porto Novo, que fica a 12 km da implantação do núcleo urbano, e era onde acontecia a chegada dos trabalhadores ao Projeto; esses trabalhadores eram recrutados por uma embarcação da empresa que saía pelas comunidades ribeirinhas da região procurando quem quisesse trabalhar.

Em 1935, outro porto ficou pronto. Foi construído na localidade de Pindobal, estruturado para operar o ano inteiro, mesmo na época de águas rasas, como explica em seu relatório, o Diretor-chefe da CFIB em Belterra, Mr. Johnston.

Dessa forma Belterra nasce como uma tentativa do Projeto Ford de salvar os investimentos feitos no Oeste Paraense.

A instalação da nova vila em Belterra foi finalizada em 1936. Nas palavras de Grandin (2010, p. 319):

Os trabalhadores haviam construído um centro de cidadania e residência e limpo e plantado milhares de hectares com seringueiras. Assim, foi tomada a decisão de transferir o grosso das operações para o novo local, com a Fordlândia convertida em centro de pesquisa, escola de enxertos e viveiros para clones híbridos a serem plantados no novo local[...].
[...] O terreno de Belterra era plano, o que era bom não apenas para o plantio de seringueiras, mas para projetar ruas planas e simétricas [...] (GRANDIN, 2010, p. 321).

Assim, Belterra foi dotada de moderna infraestrutura com praça, igreja, salão de recreação, cinema ao ar livre, campo de golfe, caixa d'água, consultório dentário, piscinas, geradores de eletricidade, além de escola e de um moderno hospital, com equipamentos de raios X e transfusão de sangue, apelidado de “Clínica Mayo da Amazônia”, que prestava atendimento à força de trabalho da Companhia Ford da região e aos habitantes locais (GRANDIN, 2010). Todo esse aparato deu a Belterra o rótulo de “a cidade americana no coração da Amazônia”

Dessa forma:

[...] Belterra parecia uma cidade do Meio-Oeste com uma praça. Modelos T e A rodavam em suas ruas retas, ladeadas por hidrantes anti incêndios, calçadas, postes de iluminação pública e bangalôs verdes e brancos de trabalhadores, com quintais e jardins bem cuidados (GRANDIN, 2010, p. 321).

Até hoje, o município mantém sua herança do passado, facilmente observado no padrão arquitetônico das casas e de alguns órgãos municipais, como o “Palácio das Seringueiras”, sede da Prefeitura Municipal de Belterra. Construídas bem ao estilo norte-americano, com detalhes em verde, modelo *Cap Cod*, com telhados muito inclinados e cumeeiras. No mesmo estilo implantado por Ford em Alberta, uma vila de sua jurisdição, situada na Península Superior de Michigan, Estados Unidos.

O terreno plano da cidade permitiu a mecanização do plantio e colheita da seringa. Os solos, com uma subcamada bastante fértil da terra preta, decorrente do uso por populações indígenas pré-colombianas, também contribuiu para a implementação do projeto. A produção de látex obteve seu rendimento máximo entre 1938 e 1940. Nesse período, Belterra foi o maior exportador individual de borracha do mundo, propiciando à cidade o melhor período de desenvolvimento de sua história (CASTRO, 2008).

De 1938 a 1940, Belterra viveu o seu período áureo e foi considerado o maior produtor individual de seringa do mundo. Estima-se que nesta época oito mil hectares de floresta tenham sido derrubados no município para a formação de seringais, utilizando-se unicamente de machados e foices (COHENCA, 2005). No entanto, o final da 2ª Grande Guerra, a morte do filho de Henry Ford, a grande incidência de doenças nos seringais e, principalmente, o início da produção de borracha plantada na Ásia foram culminantes para a decadência do projeto. Em 1945, tendo o mesmo fracassado, apesar dos inúmeros esforços em tentar implantar o cultivo racional de seringueiras na Amazônia, a Companhia Ford entregou a área de volta ao governo brasileiro (GRANDIN, 2010).

Durante 39 anos, Belterra ficou no esquecimento e a "cidade americana" foi transformada, entre outras denominações, em Estabelecimento Rural do Tapajós (ERT), ficando sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, situação essa que perdurou até a década de 90 do século XX, quando foi elevado à categoria de município em 28 de dezembro de 1995, por meio da lei estadual nº 5.928, desmembrado do município de Santarém, sendo instalado apenas em 01 de janeiro 1997, com a posse do prefeito Oti Silva Santos, do vice- prefeito e vereadores eleitos no pleito municipal de 3 de outubro de 1996.

Segundo a Prefeitura Municipal de Belterra (PARÁ, 2012), a área urbana, considerando o perímetro urbano e a zona de expansão urbana juntas, detém 1% do território municipal. A área rural detém 86%, além da área de massa d'água que corresponde a 13%. A porcentagem

rural está dividida da seguinte forma: 59% é Floresta Nacional do Tapajós (FNT), 3% é Área de Proteção Ambiental Aramaná (APA) e 24% correspondem às áreas situadas no eixo da BR-163 e a área situada imediatamente no entorno da área urbana e de expansão.

Na tabela abaixo se pode observar a dinâmica populacional neste município entre os anos de 2000 a 2017 (tabela 01). A mesma sugere que Belterra segue uma tendência inversa a do estado, que desde a década de 1970 demonstrou um crescimento expressivo da população nas áreas urbanas.

Tabela 2 - População, Área e Densidade Demográfica 2000-2017

ANO	População (Hab.)	Área (km ²)	Densidade (Hab./km ²)
2000***	14.594	2.628,90	5,53
2001*	15.083	2.628,90	5,74
2002*	15.467	2.628,90	5,88
2003*	15.872	2.628,90	6,04
2004*	16.790	2.628,90	6,39
2005*	17.192	2.628,90	6,54
2006*	17.659	2.628,90	6,72
2007*	12.707	2.628,90	4,83
2008*	12.861	2.628,90	4,89
2009*	12.671	2.628,90	4,82
2010***	16.318	4.398,41	3,71
2011**	16.450	4.398,41	3,74
2012**	16.579	4.398,40	3,77
2013**	16.808	4.398,40	3,82
2014**	16.924	2.628,90	6,44
2015**	17.036	2.628,90	6,48
2016**	17.145	4.398,42	3,90
2017*	17.249	4.398,42	-

* (Estimativa)**(Contagem)*** (Censo2000\2010)

Fonte: IBGE, 2017. FAPESPA/SEPLAN (1) População Estimada.

O atual núcleo urbano de Belterra data na década de 1930, ainda quando pertencia ao município de Santarém. De acordo com Castro (2008), o clima da região é do tipo AM, segundo a classificação Koppen. Caracteriza-se por ser quente e úmido, peculiaridades de regiões tropicais. O clima não está sujeito a mudanças significativas de temperatura devido a sua proximidade da linha do Equador, porém apresenta sazonalidade marcada por períodos chuvosos e secos com duração média de seis meses cada. A temperatura média varia de 25 a 28°C, com umidade relativa média do ar de 86 % durante quase todos os meses do ano e amplitude térmica de 5°C. (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2011; IBGE, 2010; PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA, 2007).

3.1.1.1 Principais atividades econômicas

Quanto à economia, as principais atividades são voltadas predominantemente para atividade agrícola, constituída de agricultores da produção familiar de pequeno e médio porte e de grandes produtores e pecuaristas. Sendo que, muitas iniciativas empreendedoras ocorrem na zona urbana (1,3%), porém, com a atividade na zona rural predominando em até 98,7%. Neste contexto, ressalta-se que as atividades econômicas são basicamente voltadas as culturas temporárias (83,2%), seguido da pecuária (11,3%), culturas permanentes (3,8%) e extrativismo (0,4%). Ficando na zona urbana o destaque para o mercado de bens e serviços (1,3%). Assim é que o Índice de Renda Média – IDHM é de 0,473, considerado uma população de baixa situação econômica, destacando o alto índice de desemprego, ocasionado pela falta de fontes geradoras de empregos formais e, portanto, fazendo com que cresça cada vez mais os trabalhos informais. Contudo, é importante que se registre que apesar de toda esta situação acima referida, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH municipal é de 0,647, sendo considerado um médio índice social. No que tange ao seu ordenamento territorial municipal, este foi influenciado diretamente por migrações intra e intermunicipais características básica de diversos Limites Territorial do Município.

Na (tabela 3) pode-se visualizar a distribuição do estoque de emprego por setor de atividade no município entre 2007/2015 e o crescimento dos postos de trabalho ao longo desses anos no setor agropecuário.

Tabela 3 - Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade Econômica 2007/2015

SETOR DE ATIVIDADE	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indúst. de Transformação	38	53	14	16	16	11	54	76	7
Serv. Indust. Utilid. Públic.	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Construção Civil	4	4	3	3	1	1	2	-	-
Comércio	21	23	26	35	26	35	32	42	44
Serviços	8	9	6	7	9	15	12	18	26
Administração Pública	657	816	-	740	823	5	653	751	839
Agropecuária	79	159	106	140	308	328	340	323	356
Outros\ Ignorados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	807	1.064	155	941	1183	396	1.093	1.210	1.272

Fonte: TEM/RAIS-Elaboração FAPESPA/SEPLAN

De acordo com Pereira (2012) a expansão da atividade agrícola mecanizada implica, mesmo que indiretamente, na redução da mancha florestada, pois essa prática correlaciona-se diretamente com outras atividades produtivas, que tem a derrubada da floresta por conta da exploração ilegal da madeira, que é a fase inicial do processo:

[...]. Não raramente o ciclo de atividades produtivas que culmina com a implementação da agricultura mecanizada inicia-se por um processo de apropriação ilegal de áreas para a extração madeireira. Com a exaustão destes recursos, as florestas dão lugar aos pastos para a pecuária de corte ou, caso o relevo permita, diretamente ao plantio de milho e arroz. Só após algumas safras dessas duas culturas, é que a soja se torna viável economicamente (PUTY, 2006, p. 237).

Desse modo, a relação entre a expansão da agricultura mecanizada e o desmatamento não ocorre de forma direta, já que a mecanização exige áreas totalmente antropizadas, pois o contrário tornaria a atividade economicamente inviável (ARAÚJO et al., 2008).

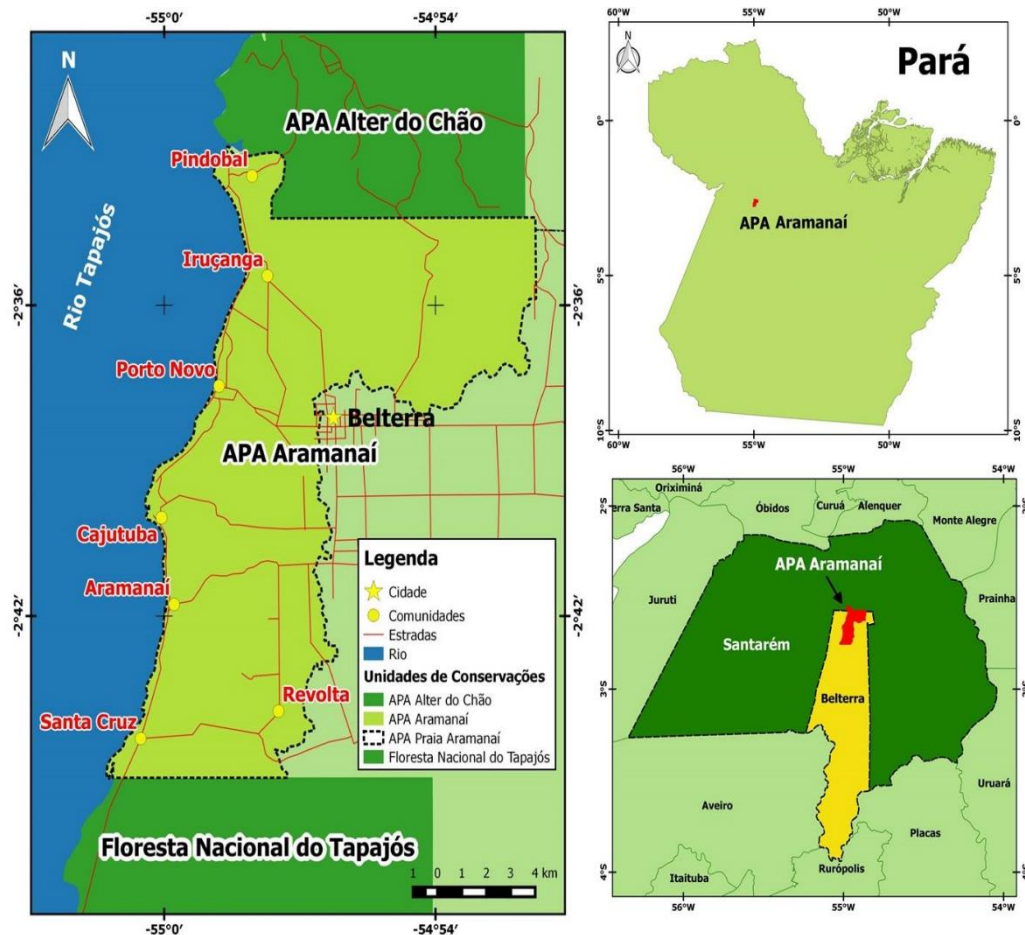
3.1.2 Área de Proteção Ambiental Aramanáí

A preocupação com o bioma amazônico por parte do governo se intensificou a partir da década de 1970 com as mudanças que começaram a surgir devido às construções de rodovias, portos, e assentamentos de colonos em áreas de floresta na Região Amazônica. Então, para que o progresso ou mesmo as invasões não degradassem as áreas florestais, medidas de proteção ambiental precisavam ser tomadas. Com este intuito, o poder público nas três esferas por meio

de projetos e programas ambientais criou Unidades de Conservação com o objetivo de proteger e conservar o meio ambiente. (IMAZON, 2008).

A Área de Proteção Ambiental (APA) Aramaná foi instituída como Área de Proteção Ambiental municipal pela Lei 097/2003 de 30 de maio de 2003, no Município de Belterra (PA), às margens do Rio Tapajós estendendo-se por uma área de 10.985 hectares. Abrange considerável área ribeirinha à margem direita do Rio Tapajós desde o limite da APA de Alter do Chão até o limite da Floresta Nacional do Tapajós (Flona). A mesma está localizada na gleba da antiga concessão de Belterra, em terras pertencentes à União, totalmente inserida nos assentamentos de Reforma Agrária Federais, Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Aramaná e PAE Pindobal e, em parte na zona de amortecimento da Floresta Nacional do Tapajós, fazendo divisa ao norte com a APA Alter-do-Chão e ao Sul com a FLONA Tapajós (Mapa 2).

Mapa 2 - Limites da APA Aramaná



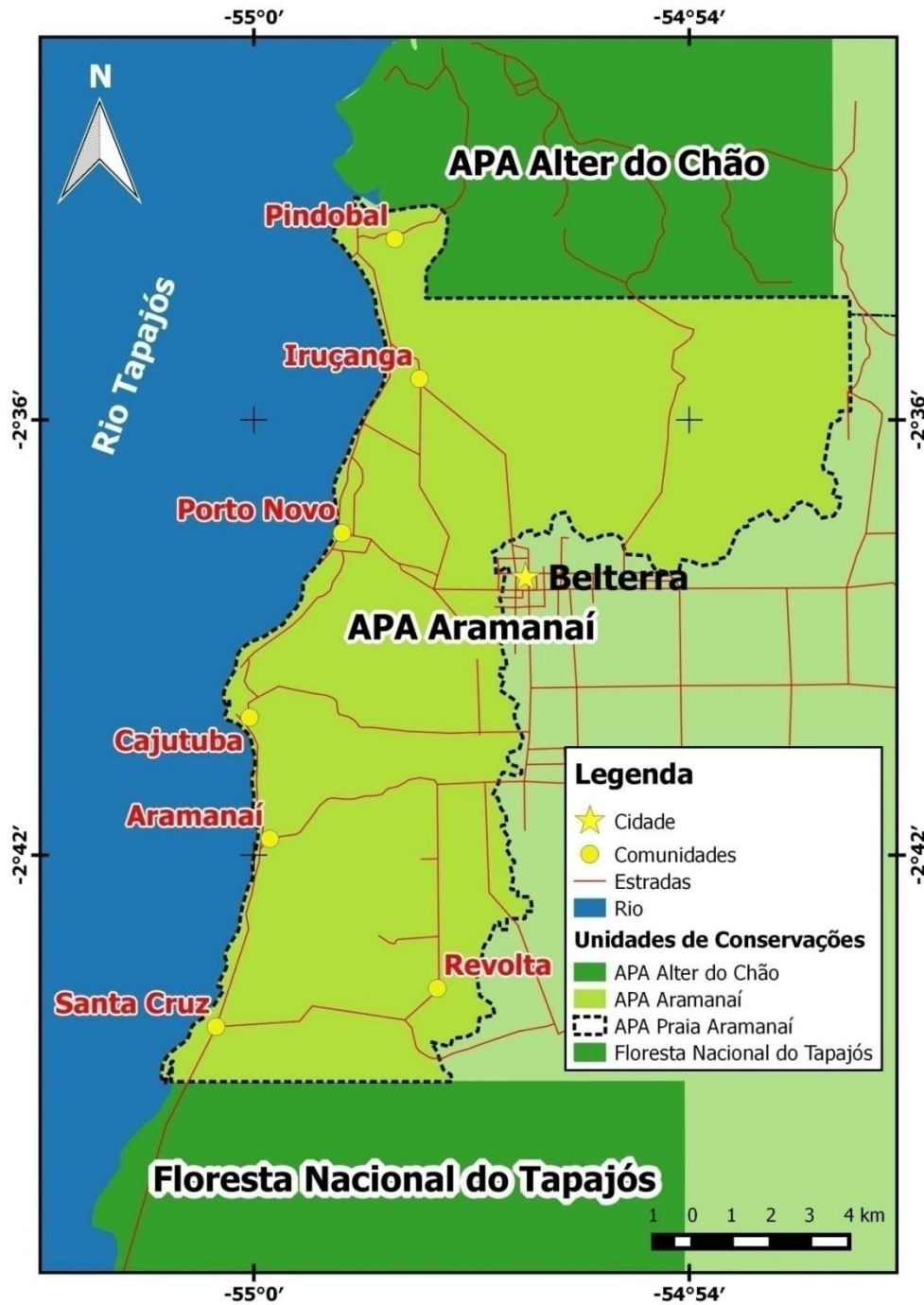
Fonte: Elaborado por Santos (2016).

O Plano Diretor do Município de Belterra, Lei Municipal nº 131/2007, também estabeleceu essa área como Unidade de conservação. A região da APA de Aramanaí, localizada na beira do Rio Tapajós, próxima às cidades de Belterra e Santarém e da Vila de Alter-do-Chão, é de notável interesse turístico e imobiliário exatamente por seus atrativos ecológicos e de recursos naturais, contando com uma extensa área balneária, cortadas por dezenas de igarapés, presença de vegetação nativa, além da existência de comunidades locais há gerações.

Em seu interior residem 1.192 pessoas, exercendo atividades de pesca, agricultura familiar e barraqueiros que prestam serviço aos visitantes e turistas (Pereira, 2008) e que, segundo Folhes, Magalhães e Marianelli (2007), vêm sofrendo os impactos do agronegócio, com destaque para a monocultura da soja, que chegou na região em 1999, do desmatamento e da expansão de estradas.

De acordo com Pereira (2008), a APA de Aramanaí é habitada por sete comunidades (mapa 3): Aramanaí, Pindobal, Santa Cruz, Cajutuba, Porto Novo, Iruçanga e Revolta, que são cortadas por mananciais e igarapés.

Mapa 3 - Localização das comunidades da APA de Aramanáí



Fonte: Elaborado por Santos (2016).

De acordo com estudos feitos por Viana e Fonseca (2009), em 1986, a região que hoje compreende a APA Aramanáí apresentava 37,93 km de estradas, o que corresponde a uma densidade ($3361 \text{ km}/10^4 \text{ Km}^2$) expressivamente superior à densidade média encontrada ($591 \text{ km}/10^4 \text{ Km}^2$) por Brandão Jr. e Souza Jr. (2006) em 40% do estado do Pará. Considerando que em 1986 a APA ainda não tinha sido criada, esses valores são coerentes com o histórico de uso

e ocupação dessa região, que se iniciou com o projeto de produção de borracha da Companhia Ford no final da década de 30.

O ritmo anual de crescimento de estradas dobrou entre os períodos de 1986 a 1991 e 1991 a 1996 (tabela 4). De 1996 a 2001 foi verificado o maior incremento das estradas na região que hoje compreende a APA Aramanaí. A emancipação do Município de Belterra, em 1995, pode ter contribuído para esse índice. De acordo com dados da Secretaria Executiva do Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF, 2007) para o mesmo período (1996 a 2001), a população de Belterra aumentou em 45,25%, passando de 10.384 habitantes para 15.083 habitantes. Ao analisar esses dados, levando em consideração a taxa de variação da densidade demográfica para as áreas urbanas e rurais do município, é observado que as áreas urbanas tiveram uma redução de sua população, que passou de 7.102 para 5.289 habitantes, enquanto as áreas rurais apresentaram um crescimento populacional vertiginoso, passando de 3.282 para 9.785 habitantes (VIANA; FONSECA, 2009, p. 1573-1579)

No período de 2001 a 2007, houve uma clara redução no ritmo de expansão das estradas na área da APA, correspondendo ao menor valor entre todos os períodos analisados (Tabela 4). Dessa forma, é provável que a criação da APA em 2003 tenha ocasionado à diminuição do incremento de estradas não oficiais na área estudada. Ao final do período estudado, em 2007, a região apresentou um total de 57,85 km de estradas.

Tabela 4 - Incremento absoluto (km) e relativo ($\text{km}/10^4 \text{ km}^2/\text{ano}$) de estradas nas unidades de conservação do município de Belterra (PA) em cada período estudado

Período	APA Aramanaí		Flona do Tapajós	
	Absoluto (km)	Relativo ($\text{km}/10^4 \text{ km}^2/\text{ano}$)	Absoluto (km)	Relativo ($\text{km}/10^4 \text{ km}^2/\text{ano}$)
1986 - 1991	2,7	47,6	9,4	7,2
1991 - 1996	5,2	92,6	19,4	14,8
1996 - 2001	9,7	171,2	26,1	20
2001 - 2007	2,3	34,5	28,3	18

Fonte: Viana e Fonseca (2009).

O desmatamento acumulado até 2007 na APA Aramanaí foi 2.121,05 ha, que corresponde aproximadamente a 19% da unidade. Na faixa de 1 km para cada lado da estrada se concentra 77,4% (1.641,78 ha) do desmatamento total da unidade e as demais áreas desmatadas se encontram a até 3 km das estradas. No mapeamento participativo da APA Aramanaí liderado por folhes et al. (2007), foi identificada a ocorrência de desmatamentos e o avanço das áreas de pastagem e agricultura mecanizada em mapas de conflitos socioambientais elaborados pelas comunidades residentes.

Tabela 5 - Desmatamento acumulado até 2007 em Belterra e em unidades de conservação do município

	Belterra		FLONA Tapajós		APA Aramanaí	
	h	%	h	%	ha	%
Desmatamento total	59225,76	13,45	10495,08	4,03	2121,05	18,80
Desmatamento até 1 km da estrada	52137,30	88,03	8546,14	81,43	1641,78	77,40
Desmatamento de 1 a 2 km da Estrada	6300,46	10,64	1340,10	12,77	428,23	20,19
Desmatamento de 2 a 3 km da	521,12	0,88	293,05	2,79	54,54	2,57

Fonte: Pereira, 2012

Na perspectiva de proteger as riquezas naturais e promover a ordenação da ocupação humana, a Lei Municipal nº 097/03 indicou como objetivos da APA Aramanaí (art. 3º):

- I. Ordenar a ocupação das terras e promover a proteção dos recursos abióticos e bióticos dentro de seus limites, de modo a assegurar o bem-estar das populações ecológicas locais e manter paisagens e atributos culturais relevantes.
- II. Fiscalizar a prática de atividades esportivas, culturais, científica e de turismo ecológico, bem como as atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental;
- III. Dar ênfase às atividades de controle e monitoramento ambiental, de modo a permitir, acompanhar e disciplinar, ao longo do tempo, as interferências no meio ambiente;
- IV. Fomentar a educação ambiental, a pesquisa científica e a conservação dos valores culturais, históricos e arqueológicos;
- V. Proteger a diversidade biológica, os recursos hídricos e o patrimônio natural, assegurando o caráter sustentável da ação antrópica na região, com particular ênfase na melhoria das condições de sobrevivência e qualidade de vida dos habitantes da APA e entorno.

Para cumprir tais objetivos, a Lei Municipal nº 097/03 designou a Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Belterra (SEMAT) a supervisão, administração e fiscalização da APA Aramanaí, com a colaboração de entidades públicas e privadas, além da criação do Conselho Gestor da APA e de grupos técnicos, para apoiar a implantação do Plano Diretor de Gestão Ambiental, contemplando o Plano de Manejo e o Zoneamento Ecológico-Econômico, como instrumentos de gestão desta Unidade de Conservação (art. 2º).

A região que hoje compreende a APA do Aramaná apresenta uma ocupação antiga e intensa em comparação com o município de Belterra como um todo e com os dados disponíveis na literatura para o estado do Pará. No entanto, no período que corresponde à criação da unidade (2003) percebe-se uma tendência de redução do avanço das estradas, o que pode significar redução na taxa do desmatamento, uma vez que todo o desmatamento observado na unidade se distribui em até 3 km das margens das estradas.

3.2 Os caminhos metodológicos percorridos

Minayo (2001) entende por metodologia o caminho e a prática exercida na abordagem da realidade e para Galliano (1979) a metodologia constitui-se em um conjunto de etapas, de forma ordenada para se alcançar determinado fim, enquanto o método, conforme dizia Lênin (1965, p. 148), é “a alma da teoria”, ou seja, é o caminho a ser percorrido na busca do conhecimento.

Ao longo da pesquisa um caminho foi sendo trilhado para realização de análise mais detalhada e para melhor entendimento acerca da conjuntura do turismo, do ecoturismo e da sua relação com os patrimônios cultural e natural no município de Belterra e nas comunidades de Aramaná e Pindobal.

De modo a estabelecer um quadro referencial teórico, efetuou-se uma pesquisa bibliográfica com vista a sistematizar distintos conceitos: turismo, ecoturismo e patrimônios culturais e naturais.

A revisão da literatura é importante para o aprofundamento do tema e o embasamento teórico-metodológico. Dessa forma, buscaram-se trabalhos acadêmicos, teses, dissertações e artigos científicos em periódicos e anais de eventos relacionados ao turismo, ecoturismo, patrimônio cultural e natural, Políticas Públicas, e à região Norte.

A realização de pesquisa *online* foi de suma importância para aquisição dos dados e acompanhamento dos resultados das políticas para o desenvolvimento do ecoturismo e sua relação com os patrimônios cultural e natural no local estudado, e foi realizada em sítios de órgãos oficiais, como o MTUR; Iphan; Embratur; Secretarias Estaduais e Municipais de Turismo, do Meio Ambiente e de Infraestrutura; Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) *eScientific Electronic Library Online* (SciELO) e serviram como fontes de pesquisa fundamentais, aliados a jornais e revistas eletrônicas.

Como opção teórico-metodológica e forma de compreensão do panorama da realidade encontrada, foram seguidas as orientações propostas por Pierre Bourdieu, explorando seu referencial teórico-metodológico nas investigações do Campo de Relações do Ecoturismo em Belterra e nas Comunidades de Aramanaí e Pindobal, doravante referido somente como Campo Relacional. Para tanto, foram utilizados os conceitos de campo e de *habitus*.

A teoria do campo social de Bourdieu (2010, 2004, 1980) é discutida e vem sendo desenvolvido estudos nessa perspectiva, cabendo citar: o de Figueiredo e Nóbrega (2015) Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro; nos estudos de Thiago Pimentel (2014) na pesquisa: Bourdieu, campo turístico e suas implicações para a governança de destinos turísticos; por Marutschka Moesch e Juliane Noschang (2012) em cujo estudo Transposição das Noções Operatórias de Bourdieu: *habitus*, Campo, Poder Simbólico para o estudo da memória turística do território com o objetivo de percorrer a construção de sentido em torno do campo turístico.

Cabe citar também Fábio Meira e Monica Meira (2007) no estudo: Considerações sobre um campo científico em formação: Bourdieu e a “nova ciência” do turismo; e no de Sinval Araújo (2005) *Habitus* turísticos, identidade e distinção: uma análise do turismo a luz de Pierre Bourdieu. Além desses, a teoria de Bourdieu também vem sendo aplicada em estudos acerca do patrimônio como o trabalho de Marla Prado (2011) A teoria de campo e o patrimônio cultural bem como na pesquisa de Márcia Dropa e Rita Oliveira: Bourdieu e o Campo Patrimonial.

Conforme observado por Montagner (2011),

A gênese do conceito do campo de Bourdieu pode ser pensada como o resultado de uma necessidade de situar os agentes portadores de um *habitus* dentro do espaço no qual esse mesmo *habitus* havia sido engendrado sob o pecado original da dominação e que, para tanto, pressupôs um arcabouço estável no qual essa dominação se reproduziria (MONTAGNER, 2011, p. 259).

Bourdieu (2007) define que um campo deve ter leis de funcionamento que o caracterizam como relativamente autônomo e que regulem suas transformações e limites, e que:

Compreender a gênese social de um campo e aprender a necessidade específica da crença que o sustenta, o jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair o absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU, 1989, p. 69)

Assim, a noção de campo substitui a de sociedade, um campo é um sistema ou um espaço estruturado de posições dentro de uma estrutura regional ou global, marcado por lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições do jogo estabelecido.

Em seu texto as possibilidades analíticas da noção de campo social Catani (2011) cita que Lahire (2002) em texto dedicado ao pensamento de Bourdieu extrai os elementos fundamentais

e relativamente invariantes da conceituação de campo a partir dos artigos “*Quelques propriétés des champs*” (*Questions de sociologie*, 1980) e “*Le champ littéraire*” (1991). Tais elementos são os seguintes:

- a) Um campo é um microcosmo incluído no macrocosmo constituído pelo espaço social (nacional) global;
- b) Cada campo possui regras do jogo e desafios específicos, irreduzíveis às regras do jogo ou aos desafios de outros campos (o que faz “correr” um matemático – e a maneira como “corre” – nada tem a ver com o que faz “correr” – e a maneira como “corre” – um industrial ou um grande costureiro);
- c) Um campo é um “sistema” ou um “espaço” estruturado de posições;
- d) Esse espaço é um espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas
- e) Posições;
- f) As lutas dão-se em torno da apropriação de um capital específico do campo (o monopólio do capital específico legítimo) e/ou da redefinição daquele capital;
- g) O capital é desigualmente distribuído dentro do campo e existem, portanto, dominantes e dominados
- h) A distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo, que é, portanto, definida pelo estado de uma relação de força histórica entre as forças (agentes, instituições) em presença no campo
- i) As estratégias dos agentes são entendidas se as relacionarmos com suas posições no
- j) Campo;
- k) Entre as estratégias invariantes, pode-se ressaltar a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão (o estado da relação de força existente). As primeiras são mais frequentemente as dos dominantes e as segundas, as dos dominados (e, entre estes, mais particularmente, dos “últimos a chegar”). Essa oposição pode tomar a forma de um conflito entre ‘antigos’ e ‘modernos’, ‘ortodoxos’ e ‘heterodoxos’ (...);
- l) Em luta uns contra os outros, os agentes de um campo têm pelo menos interesse em que o campo exista e, portanto, mantêm uma “cumplicidade objetiva” para além das lutas que os opõem;
- m) Logo, os interesses sociais são sempre específicos de cada campo e não se reduzem ao interesse de tipo econômico.

Bourdieu (1983) chama atenção para a indissociabilidade da relação entre o campo e o habitus. O habitus retomando o conceito segundo uma ótica original o define como “[...] sistemas de disposições duráveis que integrando as experiências passadas se manifesta como a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade [...]” (BOURDIEU, 1983, p. 65.)

De acordo com essa lógica, o *habitus* é a maneira de agir apreendido por cada indivíduo na sua inserção em determinado campo, ou seja, é conforme observa Bahia (2012) um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos ao longo de sua vida, os quais permitem que possa perceber e agir em um determinado universo social. Portanto, as “estruturas” (os jogos, as nuances, as disputas) desse campo em que está inserido são importantes na formação de seu *habitus*, porém, a ação dos agentes não é completamente determinada por tais estruturas.

Na perspectiva de entender como a atividade turística e mais especificamente o ecoturismo como produto, as instituições se entrelaçam formando o habitus, tomamos como viés de análise o conceito de Pierre Bourdieu, pois se acredita que o indivíduo está contido na sociedade, assim como a sociedade não existe sem eles.

Para o autor o habitus é a ação social nas relações entre as estruturas incorporadas de ação. E as estruturas objetivas são as regras de ação, educação formal, gostos e relação de produção de cada espaço social (BOURDIEU, 1974, p. 47). Assim se entende que o habitus produz modos ou estilos de vida determinado por cada indivíduo.

Como dizem Figueiredo e Nóbrega (2015)

A sociedade de consumo propulsiona o turismo, e ele é motor dessa mesma sociedade de consumo. A quantidade de elementos que fazem parte dessas práxis diz respeito à elaboração de um *organum* constante, que relaciona o fenômeno/atividade às possibilidades de mudança social de um campo. O campo do turismo diz respeito a todos os agentes que o compõem e seu estudo depende de igual forma de um campo científico do fenômeno turístico, em consolidação e em luta pelo monopólio da competência e da expertise (FIGUEIREDO E NÓBREGA, 2015, p. 13)

Os agentes em campo praticam o jogo das relações sociais e de poder a partir da habilidade para manter-se no campo, pelos *habitus* produzidos que dão possibilidade aos mesmos de concorrerem aos poderes no campo (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015)

Como aportes teóricos foram utilizados estudos de Figueiredo e Nóbrega (2015) Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro; Figueiredo (1999) O ecoturismo e desenvolvimento sustentável: alternativa para o desenvolvimento da Amazônia; Figueiredo, Nóbrega (2012) *Planificación Y gestión de las visitas al patrimonio natural e cultural y a los atractivos turísticos*; Nóbrega (2012) Turismo e políticas públicas na Amazônia

brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará; Brusadin (2015) História, turismo e patrimônio Cultural o poder simbólico do Museu da Inconfidência no imaginário social; Scifoni (2006) A construção do patrimônio natural.

Este estudo é caracterizado como interdisciplinar, por conta da importância de produzir saberes críticos, e por entender que nem sempre a realidade está atrelada aos paradigmas disciplinares (Alvarenga et al. 2011) pois conforme analisado por Brusadin (2015):

A interdisciplinaridade é percebida por Dencker (1998) como ferramenta de ajuste ou melhoria de distorções ocasionadas pela especialização e pela disciplinaridade fragmentada. A crítica direcionada à separação entre disciplinas é próxima a crítica da fragmentação do trabalho no sistema capitalista, no qual a produção intelectual e manual, teoria e prática não se misturam. O paradigma do desenvolvimento econômico financeiro visa à transformação do processo industrial sem preocupações diretas em repassar os danos produzidos nos diversos segmentos da sociedade, seja na dimensão social, ambiental, cultural ou política (BRUSADIN, 2015, p. 26).

Alicerça-se em uma perspectiva de natureza qualitativa. Segundo Strauss e Corbin (1990), pesquisa qualitativa é definida como sendo aquela que resultados obtidos não são provenientes de resultados estatísticos ou outros de quantificação. Para Triviños (1994), muitas pesquisas de natureza qualitativa não precisam apoiar-se na informação estatística, o que não significam que sejam especulativas. Essas pesquisas têm um tipo de objetividade e de validade conceitual, que contribui decisivamente para o desenvolvimento do conhecimento científico, haja vista que trata de abordagens com significados simbólicos e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois respondem a noções muito particulares, devendo-se considerar os seguintes fatores:

- a) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;
- b) Os dados coletados são predominantemente descritivos;
- c) A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;
- d) O significado que as pessoas dão as coisas e a sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador.

Esta pesquisa foi realizada com base em estudos exploratórios, por meio da combinação entre pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo (SEVERINO, 2000). São essas as premissas que orientaram o trabalho.

Seguiu-se uma série de procedimentos, dentre estes, pode-se citar, o levantamento bibliográfico do estado da arte referente ao tema, o qual levou em conta o estabelecimento de um marco teórico e teve como objetivo principal realizar uma busca nas fontes bibliográficas

relevantes da área em questão. O levantamento e análise documental teve como pressuposto básico a exploração de materiais como os documentos oficiais das secretarias, tais como programas, relatórios de atividades, propostas, projetos, planos de ação e outros documentos jurídicos, como lei e decretos.

O processo de levantamento bibliográfico perdurou por todo o período da construção da tese, que foi de quatro anos. O levantamento documental, as observações e a realização das entrevistas aconteceram durante o período abril 2017 a abril 2018.

As técnicas usadas foram a observação de campo, as entrevistas, as conversas informais, o levantamento bibliográfico, documental e fotográfico acrescido da construção de mapas. As entrevistas também foram gravadas na forma digital e posteriormente, transcritas. Também se utilizou de caderno de anotações no qual foram feitos os diários de campo, que depois foram sistematizados. Esse procedimento foi importante, uma vez que se recorreu a ele por várias vezes enquanto se escrevia a tese.

Antes do início da pesquisa, o projeto de tese foi apresentado à coordenação da divisão de turismo do município de Belterra e ao Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Aramanaí, obtendo parecer favorável e disponibilidade dos mesmos em colaborar com a pesquisa conforme carta apresentação projeto (Anexo A). Contudo, para atender aos objetivos da pesquisa, estruturar o trabalho e operacionalizar, foram estabelecidas três fases conforme apresentadas a seguir:

Primeira fase: esta fase teve como objetivo a realização de uma pesquisa bibliográfica buscando elementos teóricos que explicitassem o problema a ser investigado com base na documentação existente em órgãos do governo (federal, estadual e municipal), os quais têm como competência a elaboração de políticas públicas para o setor de turismo e patrimônio.

A análise dos textos documentais se deu a partir da análise de conteúdo, nos parâmetros apresentados por Bardin (2006), que afirma se tratar de uma técnica que permite exames metódicos, sistemáticos e objetivos do conteúdo de certos textos, a fim de classificar e de interpretar os elementos constitutivos que não estão totalmente acessíveis em uma leitura superficial. Seria a construção de uma aproximação, tão rigorosa quanto possível, do conteúdo de diversas formas de comunicação verbal, esforçando-se para revelar tendências, essencialmente por atividades de categorização e classificação, a partir de uma interpretação argumentada.

A Segunda fase trata-se da pesquisa de campo, que teve como objetivo a realização de observação simples e da realização de entrevistas não diretivas, esclarecendo-se que a observação simples é caracterizada como uma observação:

[...] dirigida ao conhecimento de fatos ou situações que tenham certo caráter público, ou que pelo menos não se situem estreitamente no âmbito das condutas privadas [...] condutas mais manifestas das pessoas na vida social, tais como: hábitos de compra, de vestuário, de conveniência social, de frequência a lugares públicos etc. (GIL, 1994, p. 112).

Nesta fase, o objetivo foi o de observar a frequência das pessoas nas áreas escolhidas para estudo, caracterizando-se por serem locais que ocorrem interações com os patrimônios cultural e natural, como meio de verificar como estas vivenciam o ecoturismo nos referidos lugares, como forma de confrontar tais dados aos pressupostos bibliográficos, aos dados documentais e as entrevistas.

Na terceira fase: foram aplicadas as entrevistas do tipo “não diretivas” com gestores públicos, empreendedores/barraqueiros, com moradores e turistas, com as perguntas sendo respondidas por meio de uma conversação informal.

[...] a entrevista não-diretiva, contrariamente a entrevista dirigida, não propõe ao entrevistado uma completa estruturação do campo de investigação: “é o entrevistado que detém a atitude de exploração”. A partir de instrução (consigne) transmitida pelo pesquisador, por exemplo: “pode me dizer o que a política e os partidos políticos representam para você?”, o entrevistado define como quiser o “campo a explorar” sem se submeter a uma estruturação predeterminada. G. Michelat enfatiza que a entrevista não diretiva favorece a captação de uma informação mais “profunda” ou menos “censurada” do que no caso de outros procedimentos (THIOLLENT, 1987, p. 85).

A escolha pela realização desse tipo de entrevista se deu pelo fato de que a profundidade alcançada pela não diretividade está ligada à sua capacidade de facilitar a produção de significações carregada de afetividade, mesmo quando se apresentam como estereótipos. “O que nós procuramos pôr a luz, de fato, é a lógica subjacente às associações que, a partir da instrução inicial, irão levar o entrevistado a abordar tal ou qual tema, a voltar atrás ou progredir para outros temas” (THIOLLENT, 1987, p. 85). O autor apresenta a proposta de G. Michelat, de se seguir três fases nas entrevistas não diretivas:

Escolha de um pequeno número de pessoas diversificadas representativas do assunto estudado. Não se trata de amostragem, mas sim de seleção dos indivíduos em função dos critérios do investigador. A seleção deve incluir representantes das posições as mais diversas; por exemplo, para estudar o fenômeno religioso, serão selecionadas pessoas religiosas e ateias; para problemas raciais, seriam escolhidas racistas e antirracistas. 2) Gravação de entrevistas conduzidas sem imposição de problemática. O ponto de partida é dado pela instrução do pesquisador. No decorrer da entrevista, o entrevistador permanece numa situação de “atenção flutuante” que, permite estimular o entrevistado a explorar o seu universo cultural sem questionamento forçado. 3) A análise do conjunto das entrevistas selecionadas (*corpus*) levanta as verbalizações assim como as hesitações, os silêncios, os risos, os lapsos, etc., que são considerados reveladores de significação latente (THIOLLENT, 1987, p. 86).

Tudo deve ser analisado com referência aos dados básicos das pessoas: idade, sexo, profissão, nível de instrução, entre outros fatores. O *corpus* não é um texto único, pois cada

entrevista deve ser analisada com base na tentativa de se encontrar os sintomas relativos ao “sistema de representações, de valorizações afetivas, de regras sociais, de códigos simbólicos interiorizados pelo indivíduo, no decorrer de sua socialização e sua relação, eventualmente conflitiva, com as diversas dimensões de uma experiência atual que ele partilha com muitos outros” (THIOLLENT, 1987, p. 86).

Na entrevista não diretiva deve-se estimular a liberdade, a fim de permitir ao entrevistado a emissão do maior conjunto de sinais possíveis. O pesquisador poderá se encontrar em condições mais satisfatórias para atribuir uma significação ao discurso captado nas entrevistas e, após várias leituras, “dar uma satisfatória categorização de seus diversos elementos. Isto corresponde ao retardamento da categorização que sempre é relativo” (THIOLLENT, 1987, p. 96).

Desta forma, é necessário que o entrevistador se mantenha atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa, direcionando perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo,

Bourdieu (1987) aconselha, na medida do possível, falar em uma mesma linguagem do pesquisado, para que seja entendido e o diálogo não seja prejudicado, ou seja, o pesquisador deve descer de seu “pedestal cultural” e deixar de lado momentaneamente seu capital cultural para que ambos, pesquisador e pesquisado, possam se entender, diminuindo assim a violência simbólica que é exercida por ele mesmo. Também aponta algumas sugestões para a realização da transcrição das entrevistas, alertando para que o pesquisador acrescente em sua escrita os silêncios, os gestos, os risos, a entonação de voz do informante durante a entrevista. Esses “sentimentos”, que não passam pela fita do gravador, são muito importantes na hora da análise, pois eles mostram muita coisa do informante.

O pesquisador tem o dever de ter fidelidade quando transcrever tudo o que o pesquisado falou e sentiu durante a entrevista. Ao realizar o relatório da pesquisa, é dever do pesquisador se esforçar, ao máximo, para situar o leitor de que lugar o entrevistado fala, qual o seu espaço social, sua condição social e quais os condicionamentos dos quais o pesquisado é produto. Tem que ficar claro para o leitor a tomada de posição do pesquisado.

A seleção de indivíduos conforme a ilustração do (tabela 6) foi do tipo não probabilística, por acessibilidade ou por conveniência. Este tipo de seleção se caracteriza pelo fato do pesquisador selecionar “os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma

forma, representar o universo” (GIL, 1994, p. 104).

Tabela 6 - Representa os agentes sociais entrevistados em cada localidade

Agentes entrevistados e local	Legenda	Total entrevistados
Entidades Públicas	EP	04
Moradores do núcleo urbano Belterra	MNUB	60
Turistas de Belterra	TB	60
Moradores de Aramanaí	MA	15
Empreendedores de Aramanaí	EA	05
Turistas de Aramanaí	TA	25
Moradores de Pindobal	MP	10
Barraqueiros de Pindobal	BP	09
Turistas de Pindobal	TP	30

Fonte: Org. por Costa (2018).

Em termos gerais, apesar de uma disponibilidade bastante positiva em relação à coleta de todos os dados da pesquisa, houve alguns entraves, especialmente em relação à falta de disponibilidade de informações (até por desconhecimento) e de concessão de entrevista por parte de alguns gestores públicos, mesmo tendo sido cumpridas todas as exigências burocráticas para este acesso, com o envio de ofício entregues pessoalmente por meio de protocolos e de e-mails solicitando as informações necessárias a esta pesquisa que, em âmbito legal, devem ser públicas e transparentes.

4 A DINÂMICA DO ECOTURISMO NO MUNICÍPIO DE BELTERRA E SUAS COMUNIDADES, DE ARAMANÁI E PINDOBAL, E SUA RELAÇÃO COM OS PATRIMONIOS CULTURAL E NATURAL

Este capítulo traz as discussões sobre o tema central do trabalho e seus resultados com base no conhecimento adquirido durante a pesquisa. Pontos importantes serão abordados como, consolidação da interpretação dos resultados em confronto com o que descreve a literatura, de modo a serem destacadas e analisadas relações sociais que ocorrem no campo relacional, enfatizando-se as formas como ocorrem, seus efeitos no planejamento e gestão do ecoturismo, e na mobilização dos patrimônios cultural e natural das localidades pesquisadas.

Para realizar essas análises e desenvolver as discussões, foram identificados, por meio do conjunto, agentes sociais que atuam no campo relacional do ecoturismo e do patrimônio, caracterizando-os e identificando as atividades que executam neste espaço social.

A partir deste quadro foi elaborada a representação gráfica do campo relacional. Nessa ilustração gráfica, percebem-se os agentes sociais que concernem o campo estudado, como estão distribuídos e suas posições no campo, destacando-se as principais relações sociais que mantêm entre si, com os barraqueiros/empreendedores ocupando posição de centralidade, uma vez que foram a partir da atuação desses agentes que as análises foram desenvolvidas e a partir das relações que eles desenvolvem que o campo foi se projetando.

Bourdieu (1984) evidencia as posições sociais no campo como reais e ajustadas, e que existe um complexo arranjo de competição a partir das quais empregam capitais (sociais, culturais, simbólicos) para validar essa competição no confronto intrínseco ao campo, na oposição e no acordo mesmo que utópico.

Para Figueiredo e Nobrega (2015):

Os agentes estão em posições que podem representar dominação, subordinação, homologia etc. sendo possível identificar, portanto uma série de campos, muitos analisados pelo próprio Bourdieu, do campo científico ao jurídico (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015, p. 14)

Contudo, é importante ressaltar que nem todas as afinidades que se manifestam no campo de relações foram averiguadas, devido à abrangência que certamente as caracteriza, tornando necessário o foco naquelas que se compuseram como mais relevantes no aporte para a elucidação das relações com os interlocutores, o que faz com que algumas destas disponham caráter implícito no texto, mas sendo absolutamente possíveis de serem recuperadas e investigadas em outros trabalhos.

O quadro 2 representa os agentes sociais do campo de relações do ecoturismo e do patrimônio em Belterra e suas comunidades de Aramanaí e Pindobal.

Quadro 2 – Agentes do campo das relações

AGENTES DO CAMPO	DESCRIÇÃO FUNÇÃO	INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS NO CAMPO
PODER PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> - Instituições Públicas que institucionalizam as Políticas Públicas, por meio de Diretrizes, Programas, Projetos e Ações. Ocorrem em nível Federal, Estadual e Municipal; - Abordagem específica deste campo: instituições que atuam, especificamente, com políticas públicas de ecoturismo e patrimônio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério do Turismo (MTUR); - Ministério do Meio Ambiente(MMA); - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); - Secretaria de Estado de Turismo(SETUR); - Secretaria Municipal de Meio ambiente e turismo (SEMAT);
CONDUTORES DE TURISTAS/LANCHEIROS	<ul style="list-style-type: none"> - Profissionais que atuam na área com a condução e guiamento dos turistas; - Abordagem específica deste campo: profissionais que atuam prioritariamente com guiamento e condução dos turistas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissionais vinculados às Instituições que desenvolvem programas, projetos e ações de turismo nas áreas de estudo dessa pesquisa (Núcleo urbano de Belterra e suas comunidades de Aramanaí e Pindobal); Profissionais autônomos, vinculados ao setor privado ou ao terceiro setor que desenvolvem atividades nas áreas de interesse dessa pesquisa.
SETOR PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> - Barraqueiros; - Empreendedores formais; - Autônomos e informais; - Empresas que possuem como foco de atuação a venda de produtos e serviços turísticos; - Abordagem específica deste campo: venda de produtos e serviços de turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> . Empresas de turismo (ecoturismo, turismo de aventura); bares restaurantes e similares projetos e ações de ecoturismo nas áreas de interesse dessa pesquisa.
TURISTAS	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas que utilizam os produtos e serviços turísticos. É o consumidor dos produtos turísticos - Abordagem específica deste campo: Pessoas que utilizam, prioritariamente, as localidades estudadas para a prática do turismo/ecoturismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas que frequentam, praticam atividades de turismo e/ou visitam as áreas de interesse dessa pesquisa.
TERCEIRO SETOR	<ul style="list-style-type: none"> - Associações, Organizações Não Governamentais (ONGs) e/ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) que atuam sem fins lucrativos e sem a dependência direta do poder público; - Abordagem específica deste campo: Associações, ONGs e/ou OSCIPs que tenham atuação diretamente relacionadas à ações de ecoturismo e patrimônio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Associações, ONGs e/ou OSCIPs que desenvolvam atividades relacionadas ao ecoturismo e aos patrimônios nas áreas de interesse dessa pesquisa; - Associações de moradores e/ou de frequentadores das áreas de interesse dessa pesquisa.

Fonte: BAHIA, 2012. Elaboração COSTA (2018) adaptado para a tese.

O Poder Público está representado pelas políticas públicas e pelo planejamento do ecoturismo e dos patrimônios, traduzidos em planos, programas, projetos e relatórios, bem como pela fala de gestores das instituições que atuam com as políticas públicas de ecoturismo e patrimônio. Em relação à atuação das instituições públicas relacionadas, a partir de análise documental e entrevistas, foi possível verificar o cenário a seguir:

O Ministério do Turismo (MTUR) exerce significativa influência, em nível federal, nas políticas públicas de turismo, subsidiando e orientando a estruturação das mesmas nos estados e municípios por meio da Secretaria de Estado e Turismo do Pará e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Belterra.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma Empresa Pública Federal, cujo principal objetivo é financiar a longo prazo a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, de âmbito social, regional e ambiental. Exerce significativa influência, pois aportou recursos de concessão financeira não reembolsável para o Projeto Cultural para restauro e revitalização do centro histórico do Município de Belterra e construção do Museu de Ciências da Amazônia (MuCA) com o intuito de resgatar a história do município, fomentar a educação ambiental, pesquisas científicas e o turismo.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma Instituição Federal de Promoção e Coordenação do Processo de Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, responsável por Pesquisas no campo do patrimônio; publicações; concessão de Bolsas de pesquisa; realização de Prêmios; realização de exposições; realização de oficinas, palestras e cursos; parceria, realização ou apoio a eventos; realização de ações de salvaguarda.

O Ministério Público Estadual do Pará (MPPA) é uma instituição pública permanente e independente, que não pertence ao Poder Judiciário nem aos Poderes Executivo, legislativo ou ao Tribunal de Contas. Tem orçamento, carreira e administração próprios. Atua na defesa dos interesses sociais e indisponíveis, como o direito à vida, à saúde, à moradia, à liberdade, à educação, ao trabalho, à cidadania, dentre outros; fiscaliza as leis, atua na defesa da ordem jurídica e do regime democrático; defende o patrimônio cultural, meio ambiente e aos direitos dos interesses da coletividade, em Belterra.

Os Políticos são pessoas que ocupam cargos políticos eletivos (Vereadores e Prefeito). Principais tomadores de decisões reverberando na vida da população local. No caso de Belterra, é formado de uma câmara de vereadores com 8 eleitos no pleito de 2016 e o prefeito, cujo partido é o Democratas (DEM) de orientação política menos conservadora e mais centrista, sendo um partido de centro-direita cuja ideologia política é o Liberalismo.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) é o agente que deveria

fomentar as políticas públicas. A ela compete o planejamento de atividades do meio ambiente e do turismo, coordenação e gerenciamento dos projetos e atividades do meio ambiente e do turismo, administração e/ou supervisão dos serviços de abastecimento de água, administração e/ou supervisão dos serviços de esgotos e efluentes em geral, administração e/ou supervisão de parques naturais, horto florestal, reservas biológicas e outras áreas de preservação ambiental e fiscalização de ações de preservação ambiental. Voltada para o planejamento e execução de políticas públicas para o meio ambiente e o turismo em Belterra. Coordena as ações relacionadas ao Turismo e meio ambiente e está estruturada com duas divisões: Divisão de turismo e Divisão de Meio Ambiente. No decorrer da pesquisa de campo verificou-se que este agente exerce pouca ou nenhuma influência no ecoturismo e no patrimônio natural. Atuando apenas com ações incipientes no que se refere ao meio ambiente.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SEMED) tem como competência traçar políticas e diretrizes, estabelecer metas e normas, executar planos, programas, projetos e ações relativas à educação, cultura e desportos. É o agente que fomenta as políticas públicas. Voltado para o planejamento e execução de políticas públicas para Educação, Cultura e Desporto em Belterra. Coordena as ações relacionadas à cultura. No decorrer da pesquisa de campo, verificou-se que este agente exerce pouca ou nenhuma influência no ecoturismo e no patrimônio cultural.

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFPA) é uma Instituição de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, que exerce pouca influência. Quando procurado disponibiliza mão de obra por meio da oferta de estagiários do curso Técnico em Guia Turístico.

O Setor Privado está representado pelos agentes do mercado (Trade turístico local) que são os responsáveis pela oferta de produtos e serviços turísticos para os turistas/consumidores. Esses produtores da atividade turística podem se apropriar dos espaços para desenvolverem suas atividades turísticas de uma maneira previamente direcionada (destinos turísticos inventados) ou a partir da incorporação dos destinos turísticos descobertos pelos turistas. É composto por barraqueiros, empreendedores e empresas que prestam serviços, ofertam produtos e serviços na área de turismo.

Os Barraqueiros são proprietários de empreendimentos ligados à atividade turística, ofertando alimentos e bebidas para os turistas e visitantes. Os Donos de pousadas ofertam hospedagem e alimentação para os turistas e visitantes. Os Proprietários de bares, restaurantes e similares ofertam alimentos e bebidas aos turistas e frequentadores dessas localidades, proporcionando lazer e entretenimento.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) é uma

entidade privada sem fins lucrativos. É um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país; realização de programas para capacitação técnica profissionalização da cadeia produtiva e manejo dos recursos naturais; oferta de cursos, encontros, oficinas e palestras voltadas ao empreendedorismo e ao fortalecimento da gestão e organização; oferecimento de oportunidades de empreender, e apoio à comercialização e distribuição. Atualmente exerce pouca ou nenhuma influência no campo, de acordo com os entrevistados

O Condutor de turistas e lancheiros, representados pelos guias de turismo e proprietários de pequenas embarcações (lancheiros) que transportam e orientam os turistas acerca dos atrativos e locais de interesse turístico

Os Turistas são representados pelos consumidores (turistas) dos produtos turísticos, que busca atender às suas necessidades e demandas no tempo de lazer e de ócio

O terceiro setor está representado por Associações, ONGs e OSCIPs que atuam diretamente relacionadas às áreas do estudo e às práticas da atividade eco turística e conservação dos patrimônios nessas localidades

A Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental (AMA-BRASIL) é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como organização da sociedade Civil de Interesses Público. Exerce grande influência no campo do turismo e do patrimônio, pois atua em colaboração com o BNDES, Governo do Estado e Governo Municipal para revitalização do Centro Histórico de Belterra por meio do restauro de edificações históricas e implantação de equipamentos culturais e científicos com o objetivo de regatar a história do município, incentivar educação ambiental, pesquisa científica e o ecoturismo, além de despertar o interesse dos moradores por meio do sentimento de pertencimento à conservação dos patrimônios.

A Associação Comunitária de Aramanaí (ASCA), associação que congrega os comunitários de Aramanaí. A associação de moradores é uma entidade voltada e direcionada para ações sociais. Sua função é, exclusivamente, pleitear perante os órgãos públicos, melhorias para a comunidade a qual representa. Exerce pouca ou nenhuma influência no campo.

A Associação Cultural e Esportiva Natureza Encantada do Aramanaí (ACENEA), associação que congrega os comunitários interessados nas manifestações Culturais. Sua atividade dentre outras também está direcionada ao incentivo à arte e à cultura. No momento da pesquisa de campo não estava com nenhuma ação em execução, desempenhando, portanto, nenhuma influência no campo

A Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (AMABELA) é uma entidade que congrega Mulheres trabalhadoras rurais do município, a finalidade é disseminar e fortalecer as práticas agroecológicas e o feminismo como forma de garantir a autonomia econômica, a liberdade e o empoderamento das associadas. Prioriza a venda de produtos direto aos consumidores e consumidoras, busca proporcionar discussões acerca do empoderamento das mulheres no que tange ao conhecimento dos seus direitos e ao seu autoconhecimento como sujeitas de direitos e protagonistas de suas próprias histórias. Além disso, deve possibilitar a captação de recursos por meio de projetos para fomentar a autonomia econômica das mulheres, apoiando atividades produtivas rentáveis e sustentáveis do ponto de vista social, econômico e ambiental.

A Associação dos Moradores da Comunidade de Pindobal (ASMACOPIN) é uma associação que congrega os comunitários de Pindobal cuja finalidade, de acordo com o seu estatuto é I - prestar ações de auxílio em transporte rodoviário e fluvial; II – orientar nas áreas social, esportiva/lazer, cultural, saúde, meio ambiente e desenvolvimento na subsistência da economia familiar; III – promover ações voltadas a defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico, bem como promoção do voluntariado; IV – promover ações voltadas à ética, a paz, a cidadania, direitos humanos, a democracia, e outros valores universais; V – auxiliar na execução e implantação das ações propostas no estatuto da ASMACOPIN. A influência maior é em tentar resolver problemas e conflitos na comunidade.

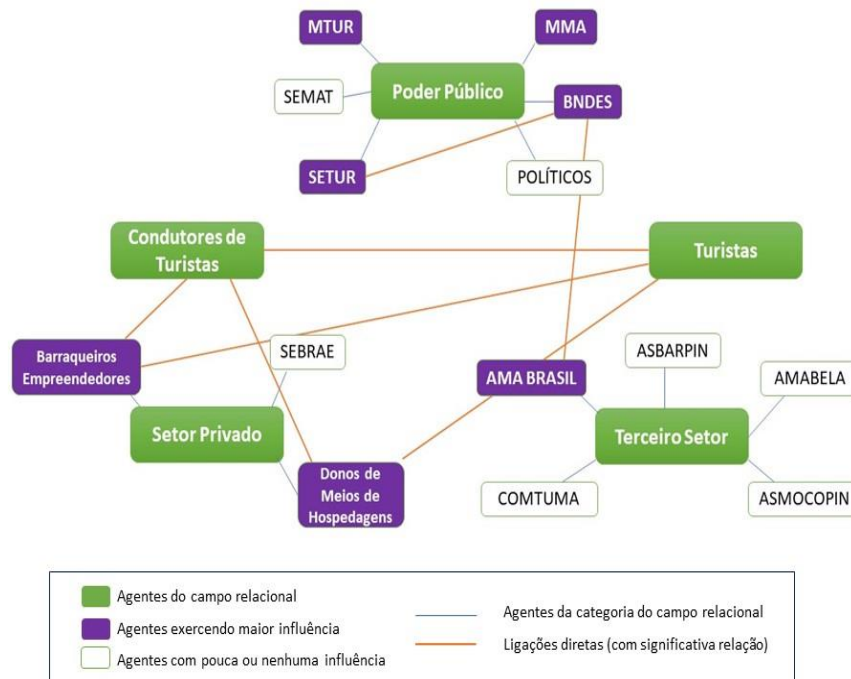
A Associação dos Barraqueiros de Pindobal (ASBARPIN) é uma entidade que congrega os barraqueiros de Pindobal. No momento da pesquisa de campo não estava exercendo nenhuma influência no campo.

Os Moradores do centro urbano de Belterra e das comunidades de Aramanaí e Pindobal, residentes locais, que forneceram dados primários para o desenvolvimento do trabalho. Como discorre Bahia (2012) a partir da descrição dos agentes e da análise sobre o campo de relações no núcleo urbano de Belterra e nas suas comunidades de Aramanaí e Pindobal, são demonstradas essas relações em forma de representação gráfica (Diagrama 1), considerando-se que alguns desses agentes mantêm relações indiretas, ou seja, pouca ou nenhuma relação entre estes. Outros agentes demonstram relações diretas e significativas entre si.

À priori, o que podemos destacar com base nesta síntese é a posição marcante de um conjunto de agentes sociais e instituições mais próximas dos eixos prioritários nas políticas nacionais de desenvolvimento do turismo. Neste sentido, a centralidade localizada no Governo Federal na concepção e decisão sobre políticas consideradas estratégicas, imprime um esforço

conjunto sobre as diretrizes, programas, projetos e ações e, conseqüentemente, sobre os órgãos responsáveis por ele.

Diagrama 1 - Campo das relações do ecoturismo e do patrimônio no local estudado



Fonte: Pesquisa direta. Elaboração Costa, 2018.

4.1 Experiências, Programas e Projetos para fomento e desenvolvimento do Segmento Ecoturismo para Belterra no período de 2000 a 2017

Como apontado no Plano Estratégico de Turismo (Ver-o-Pará)⁵ no âmbito do Estado, fazer do Pará um destino turístico forte é meta prioritária do Governo do Estado. Um objetivo da política econômica definida para o Estado, que tem nitidamente uma forte vertente orientada na sustentabilidade. De acordo com o relatório executivo, o plano é o mais completo e abrangente planejamento do setor turístico jamais realizado no Estado, instrumento

⁵ O Plano Ver-o-Pará é um Plano Estratégico de Turismo (2012-2020) elaborado para dar as novas diretrizes da política pública de investimentos no setor de turismo, reflete a essência de tudo o que foi pensado pelo Governo do Estado, por meio da Companhia Paraense de Turismo (Paratur) e da Secretaria de Estado de Turismo (Setur), para se colocar o Estado como destino prioritário nos mercados regional, nacional e internacional. Dessa forma, o Ver-o-Pará é a ferramenta básica desse trabalho, para que a política pública do turismo, desenvolvida pela Setur obtenha os resultados almejados.

fundamental e importante no conjunto das ações que se destinam a elevar a qualidade de vida e reduzir as desigualdades entre o povo paraense. Um plano que vai estimular a vocação natural do Pará de fazer da sua história, da sua cultura e do seu meio ambiente importantes insumos para o desenvolvimento econômico e social baseado na sustentabilidade.

De acordo com Nóbrega (2012), em estudo sobre as instâncias de governança do turismo no oeste do Pará:

Percebe-se uma grande atenção do Estado no desenvolvimento, por exemplo, do segmento eco turístico na área do Oeste do Pará (polo Tapajós). A escolha inicial do governo do Estado para o desenvolvimento do segmento no Polo Tapajós decorreu da grande diversidade de recursos naturais conservados e ali encontrados, o que facilitou a criação de Unidades de Conservação (UC's), um dos principais interesses do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) era trabalhar com áreas de conservação legalmente constituídas (NÓBREGA, 2012, p. 19).

Como estratégia e meios para garantir recursos financeiros, o governo estadual tem adotado a criação de UC, principalmente na Amazônia, na qual estão concentradas a maior biodiversidade do planeta e ao mesmo tempo dispõe de uma diversidade cultural muito rica.

No Polo Tapajós existem aproximadamente 6 (seis) UC's, conforme o (quadro3).

Quadro 3 - Unidades de Conservação existentes no Polo Tapajós

CATEGORIA DE MANEJO E DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	ÁREA NO ESTADO (ha)	ATO DE CRIAÇÃO	Plano de Manejo	LOCALIZAÇÃO
Floresta Nacional do Tapajós	ICMBio	545.000	Decreto nº. 73.684, de 02 de 1974	Sim	Belterra
Reserva Extrativista Tapajós – Arapiuns	ICMBio	647.617,74	Decreto s/n de 6 de novembro de 2008	Sim	Santarém e Aveiro
Reserva Florestal do Palhão	SEMA	1.172,735	Decreto Estadual nº. 6.063, de 03/05/68	Não	Santarém
Área de Proteção Ambiental de Alter do Chão-Aramanaí	SEMMA SEMAT	27.970	Lei nº 097, de 30/05/2003 e Lei nº 17.771, de 02; 07; 2003.	Não	Belterra
Área de Proteção Ambiental Aramanaí.	Prefeitura Municipal de Belterra	10.985	Lei nº 097, de 30/05/2003	Não	Belterra
Área de Proteção Ambiental Praia de Alter do Chão	Prefeitura Municipal de Santarém	16.180	Lei nº 17. 771, de 02/07/2003	Não	Santarém

Fonte: AAE (2012), PRODETUR.

Merecendo destaque o município de Belterra tem uma vasta biodiversidade, e por esse motivo, foi contemplado com programas de fomento ao turismo e ao segmento ecoturismo com ações provenientes das esferas federal, estadual e municipal (em governos anteriores), com

destaque para o Programa de desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), o PRODETUR/PA, o Plano Ver-o-Pará e o Plano Encontro, respectivamente.

Apesar de todos esses incentivos a atividade não tem sido prioridade não recebendo apoio da gestão municipal o que tem sido motivo para diversos conflitos, uma vez que, os moradores e empreendedores trabalham com a atividade turística há bastante tempo e as veem como uma alternativa de incremento da renda familiar e melhoria na qualidade de vida, conforme relatado por um desses agentes:

Antes eu trabalhava como empregado e vivia com muitas dificuldades né, depois eu tive a ideia de arrendar uma casa em Pindobal lá fazer meu próprio restaurante. Graças a Deus foi a melhor coisa que eu fiz na vida. Trabalhando aqui com o turismo encontrei meu porto seguro além, de sustentar minha família com melhor qualidade de vida, ter comprado minha casa própria ainda ajudo muita gente pois dou trabalho para 3 pessoas de forma fixa e em finais de semana ainda contrato até 20 horistas. O turismo mudou minha vida e a de minha família (narrativa oral de comunitário BP).

De acordo com Todesco (2013):

A fase de preparação do Proecotur abarcou os anos de 1996 a 2000. No quadro 5 destacou-se alguns planos, programas e estudos, elaborados no âmbito do governo federal, que influenciaram o desenho final do Proecotur, como também prepararam a arena política para que esse programa fosse produzido. (TODESCO, 2013, p. 65).

Quadro 4 - Planos, Programas e estudos que influenciaram a elaboração do Proecotur

Ano	Planos, Programas e Estudos	Instituições
1985	Projeto Turismo Ecológico	EMBRATUR
1987	Comissão Técnica Nacional do Projeto Turismo Ecológico	EMBRATUR, SEMA,
1991	Subsídios à Elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico da Amazônia	SUDAM
1991	Polos de Turismo do Brasil - Deliberação Normativa 290/91	EMBRATUR
1992	Polos de Turismo do Brasil - Deliberação Normativa 303/92	EMBRATUR
1992	Manual Operacional do Ecoturismo	EMBRATUR
1992	Plano Nacional de Turismo (PLANTUR)	EMBRATUR
1992	Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) – 1992-1995	SUDAM, BASA, SUFRAMA, PNUD
1992	Plano de Turismo da Amazônia (PTA) - 1992-1995	SUDAM, BASA, SUFRAMA, PNUD
1994	Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo	MICT,
1994	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7)	G7, ONGs, MMA
1994	Demanda Turística da Região Amazônica Brasileira	SUDAM, OEA
1994	Oferta Turística da Região Amazônica Brasileira	SUDAM, OEA
1995	Linhas Básicas para um Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Amazônica	SUDAM, OEA
1997	Estratégia para o Desenvolvimento Integrado do Ecoturismo na Amazônia Legal pelo Programa de Ações Estratégicas para a Amazônia Brasileira (PRODEAM)	SUDAM, OEA, MMA
1997	Programa Polos de Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil	EMBRATUR, IEB
1997	Programa Piloto de Ecoturismo em Áreas Indígenas	MMA, FUNAI
1997	Manual Indígena de Ecoturismo	MMA, FUNAI

Fonte: Todesco (2013).

Em 1985, como se pode observar, a Embratur criou o Projeto Turismo Ecológico, constituindo-se na primeira iniciativa do Governo Federal direcionada a ordenar o ecoturismo no país (TODESCO, 2013, p. 39). A autora evidencia ainda que, historicamente, a Embratur deu pouca importância ao segmento ecoturismo, sendo sua atenção focada, por décadas no desenvolvimento do segmento de turismo sol e praia, sobretudo nas regiões litorâneas do Nordeste e do Rio de Janeiro.

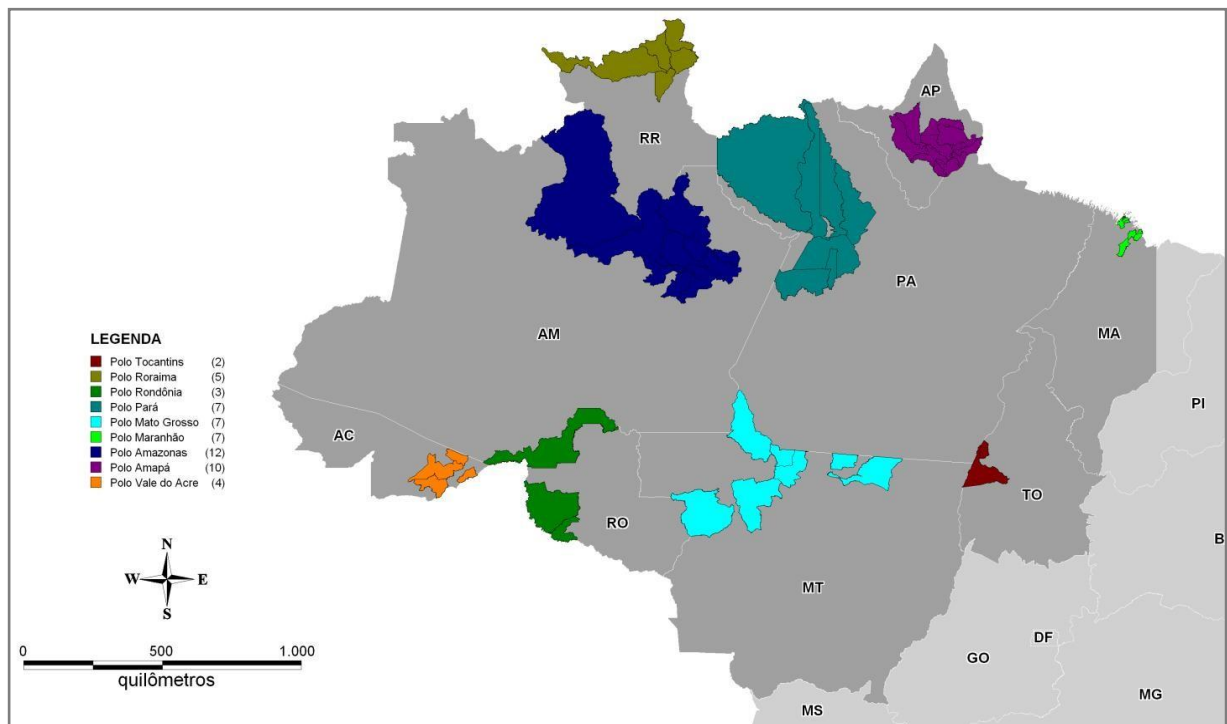
Conforme ressalta Todesco (2013, p. 45) em 1991 a Embratur, após se tornar uma autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, instituiu a deliberação normativa 290/91, definindo os polos turísticos consolidados, em desenvolvimento e potenciais do país, prioritários para o desenvolvimento do setor, de acordo com os critérios a seguir:

Podem ser considerados Polos Turísticos, municípios, localidades e trechos do território nacional, bem como ilhas, situadas nos limites das águas territoriais brasileiras, que por suas características físico geográficas, climáticas e histórico-culturais, abriguem um conjunto de equipamentos capazes de gerar demanda e motivar a permanência, por tempo determinado de fluxos turísticos. (EMBRATUR, 1991, p. 10)

Entretanto, em 1992, a Embratur e o Ibama lançam o Manual Operacional do Ecoturismo numa tentativa de reativar o projeto turismo ecológico.

Em 1997, a SUDAM e a OEA, juntamente com a secretaria de Coordenação da Amazônia do MMA, divulgam a Estratégia para o Desenvolvimento Integrado do Ecoturismo na Amazônia Legal, por meio Programa de Ações Estratégicas para a Amazônia brasileira (PRODEAM), que também teria como objetivo subsidiar o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur).

Conforme estudos realizados por Todesco (2013, p. 49) para análise da situação do ecoturismo nos respectivos estados e definição dos polos de ecoturismo e das orientações básicas necessárias foram realizadas reuniões nos nove Estados da Amazônia Legal, com representantes de órgãos públicos e entidades de turismo e de organizações da sociedade civil. Ao final, ficou definido 1 polo de ecoturismo para cada Estado da Amazônia Legal, abrangendo ao total 57 municípios distribuídos em 9 polos (mapa 4).

Mapa 4 - Polos de Ecoturismo 1997

Fonte: SUDAM; OEA (1997). Elaboração: Gustavo Fleury. Organização: Carolina Todesco.

Conforme analisado por Todesco (2013) essa delimitação deveria subsidiar as ações do Proecotur, mas no mesmo ano, 1997, a Embratur e o Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB) objetivando identificar as localidades em que a prática do ecoturismo vinha ocorrendo e inventariar as infraestruturas de apoio à atividade, iniciam o projeto Polos de Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil. Dessa forma o projeto selecionou 96 polos no país e incluiu os 9 polos de ecoturismo eleitos pela SUDAM, OEA e MMA, na Estratégia para o Desenvolvimento Integrado do Ecoturismo na Amazônia Legal, ampliando o polo do estado do Pará, criando o Polo Tapajós e abarcando dentre eles o município de Belterra.

Todesco (2013, p. 76) afirma que:

No decorrer da década de 1990, vários foram os programas emanados do governo federal que incentivaram o ecoturismo na Amazônia Legal, imersos nas políticas que visavam “modelos alternativos” de desenvolvimento para a região. Apesar da execução de todos terem sido parcial, sem atingir as metas e os objetivos propostos, esses programas valorizaram o uso turístico das áreas naturais, ampliaram os espaços alvos para inserção no mercado do turismo, instigaram os governos estaduais a produzirem políticas para o setor e criaram as condições institucionais para a elaboração do Proecotur (Todesco, 2013, p. 76)

As atividades mais atuais, fundamentadas nos planos plurianuais, evidenciam modificações no sentido da integração social e a atenuação de desigualdades, até mesmo

regionais a contar de 2003. Para a Amazônia, o Plano Amazônia Sustentável (PAS) foi introduzido em 2008 perante a ideia de desenvolvimento sustentável. Esse entendimento é evidente no plano e reflete uma evolução, pois identifica as nações indígenas, quilombolas, tradicionais que geram a região e dessa maneira aponta alterações, mesmo que ainda com desempenho afetado.

Para Figueiredo e Nóbrega (2015, p. 21), conforme observado em Brasil (2008)

A visão desenvolvimentista regional agora é pautada pela sustentabilidade, pela diversidade e pela redução da desigualdade. As políticas e ações em andamento na região sob orientação das diretrizes estratégicas do PAS são o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR 163; Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM); Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó(PA); Criação do mosaico de unidades de conservação no entorno da BR-163 e Terra do Meio; Programa Território da Cidadania. Assinam o Plano além da Presidência da República os governos dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (FIGUEIREDO E NÓBREGA, 2015, p.21).

4.1.1 Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR)

O Proecotur se configurou como a quarta iniciativa/programa mais expressivo do Governo Federal para promover o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal. O programa foi gestado no corpo institucional do Ministério do Meio Ambiente, criado em 1992, e que praticamente centralizou as ações referentes à Amazônia Legal por esta conter um dos principais biomas do planeta.

Como nos diz Todesco (2013, p. 76)

o Proecotur partiu, também, da estratégia espacial de delimitar “polos de ecoturismo”, abrangendo principalmente as unidades de conservação da Amazônia Legal, compreendidas como zonas prioritárias para investimentos nas quais o poder público implantaria projetos de infraestrutura e normas visando à atração de empreendimentos privados do segmento de ecoturismo.

À primeira vista, a delimitação dos polos, cuja responsabilidade foi dos governos dos nove estados participantes, tinha por objetivo: (i) maximizar a competitividade da região como destino receptor de ecoturismo internacional; (ii) maximizar a concorrência entre estados, mediante a identificação de nichos de mercado diferenciados para cada estado; (iii) maximizar a viabilidade econômica e; (iv) minimizar os riscos financeiros dos empreendimentos de ecoturismo a serem implantados em cada polo (MMA, 2004)

Todesco (2013) abordando a trajetória do Proecotur ressalta que o mesmo foi lançado oficialmente em 2000, como o principal programa de desenvolvimento do ecoturismo para a

Amazônia Legal, envolvendo o Ministério do Meio Ambiente, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os governos estaduais da Amazônia Legal.

Como observado pela autora,

O programa foi dividido em duas fases, sendo a Fase I denominada de pré investimentos e a Fase II de investimentos. Para a Fase I estava previsto um prazo de execução de 3 anos e recursos da ordem de 13,8 milhões de dólares a serem aplicados em estudos, planos e estratégias para o desenvolvimento do ecoturismo nos polos, plano de manejo de Unidades de Conservação(UCs), fortalecimento institucional dos governos estaduais na área de turismo e capacitação. Para a fase II foi estimado um orçamento de 200 milhões de dólares a serem aplicados em 3 anos, destinados às ações de infraestrutura, marketing, proteção de atrativos/patrimônios, capacitação e financiamento de empreendimentos identificados como necessários para gerar e/ou aumentar o fluxo de visitantes para a região. (MMA, 2009, p. 15).

Em 2003, foi criado o Ministério do Turismo (MTUR). Assim, o país passou a contar com um órgão da administração direta do poder central exclusivamente dedicado ao turismo, trazendo a atividade para outro patamar no cenário político nacional. Como consequência, tornou-se necessário a redefinição do espaço político e institucional do programa.

Como observa Todesco (2013) depois de firmado um Termo de Cooperação Técnica entre MMA e o MTUR, em agosto de 2004, ficou deliberado que a execução da Fase II seria de responsabilidade do MTUR e o MMA continuaria responsável pela Fase I, uma vez que a coordenação do Programa queria garantir a preservação dos recursos naturais e evitar os problemas ambientais ocorridos com o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-NE), que resultaram em grande impacto negativo sobre praias, dunas, costões rochosos, restingas, falésias, estuários e mangues do Nordeste brasileiro.

Dessa forma, ficou evidente a preocupação com a criação de unidades de conservação e de produção de planos de manejo, expresso nos objetivos do Proecotur, evidenciando a forma como o mesmo foi gestado como parte das estratégias de meio ambiente para a Amazônia Legal (MMA, 1998, p. 7), a saber:

- Proteger e desenvolver os atrativos turísticos da região, por meio de medidas como a criação de parques e reservas com manejo específico para o ecoturismo;
- Criar um ambiente de estabilidade para investimentos em empreendimentos de ecoturismo, mediante definição de políticas e normas de fortalecimento dos órgãos de gestão ambiental e desenvolvimento turísticos estaduais, regional e nacional;
- Viabilizar operacionalmente empreendimentos de ecoturismo por meio da realização de estudos de mercado, da identificação, desenvolvimento e adaptação à região de tecnologias para geração de energia, tratamento de efluentes etc., e da sua disponibilização dos resultados para investidores privados;
- Viabilizar financeiramente empreendimentos de ecoturismo mediante a ampliação de linhas de crédito específicas para o segmento; e

- Melhorar, ampliar ou implantar a infraestrutura básica necessária para viabilizar o aumento do fluxo turístico para a Amazônia Legal.

Para atingir os objetivos supracitados, o MMA tinha como meta executar o Proecotur em 6 anos, totalizando um investimento de US\$ 213,8 milhões. Porém, finalizado o contrato com o BID em junho de 2008, do total de US\$ 13,8 milhões previstos para serem investidos na primeira fase, durante 3 anos; foram investidos apenas US\$ 5,69 milhões em 9 anos, sem a fase de planejamento ter sido realizada por completo, uma vez que vários planos e estudos contratados de empresas de consultoria permaneciam inacabados ou estavam sendo reformulados (TODESCO, 2013).

Quadro 5 - Polos de ecoturismo da Amazônia Legal - Proecotur

Estados	Polos	Município	Área (km ²)
Acre	Polo Vale do Acre	Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Eptaciolândia, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco e Xapuri.	32.312
	Polo Vale do Juruá	Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves.	31.945
Amapá	Polo Amapá	(todos os municípios) – Amapá, Calçoene, Cutias do Araguari, Ferreira Gomes, Itaubal, Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuúba, Santana, Serra do Navio, Tartarugalzinho e Vitória do Jari.	142.827
Amazonas	Polo do Amazonas	Autazes, Barcelos, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Santa Izabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira e Silves.	413.419
	Polo do Sateré	Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins.	68.386
Maranhão	Polo da Floresta dos Guarás	Apicum-Açu, Bacuri, Cedral, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão,	5.356
Mato Grosso	Polo do Amazônia	Alta Floresta, Apiacás, Aripuanã, Guarantã do Norte, Juara, Juina, Juruena, Paranaíta, Peixoto	118.411
	Polo do Guaporé	Araputanga, Cáceres, Comodoro, Figueirópolis d'Oeste, Glória d'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, São José dos Quatro Marcos, Vila Bela da	91.683
Pará	Polo do Belém/Costa Atlântica	Abaetetuba, Augusto Corrêa, Barcarena, Belém, Bragança, Curuçá, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São João de Pirabas, Vigia e Viseu.	15.887
	Polo do Marajó	Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Melgaço, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Soure.	41.507
	Polo Tapajós	Alenquer, Aveiro, Belterra, Itaituba, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Santarém.	283.821

Rondônia	Polo de Rondônia	Costa Marques, Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Pimenteiras do Oeste, Porto Velho.	80.026
Roraima	Polo Roraima	(todos os municípios) - Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz, Uiramutã.	224.301
Tocantins	Polo do Cantão	Abreulândia, Araguacema, Barrolândia, Caseara, Chapada de Areia, Cristalândia, Divinópolis do Tocantins, Lagoa da Confusão, Marianópolis do Tocantins, Monte Santo do Tocantins, Nova Rosalândia, Paraíso do Tocantins, Pium, Pugmil, Santa Rita do	41.155
	Polo do Jalapão	Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins, São Feliz do	34.186
Número de Estados	Número de Polos	Número de Municípios	Área Total (km²)
9	15	153	1.625.222

Fonte: IBGE, Cidades, Área da Unidade Territorial; Fonte: MMA, 2009. Organização: Todesco (2013).

4.1.2 Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) no Pará

O Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) é um programa de investimento liderado pelo Ministério do Turismo (MTUR), que inclui ações nos âmbitos regional, estadual e municipal, tendo por objetivo contribuir para o fortalecimento da Política Nacional de Turismo, bem como consolidar a gestão turística cooperativa e descentralizada, avançando rumo a um modelo de desenvolvimento turístico a partir do qual os investimentos dos governos estaduais e municipais respondam tanto às especificidades próprias como a uma visão integral do turismo no Brasil.

O PRODETUR tem por requisito básico a elaboração de um instrumento de planejamento do turismo, denominado Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), que deverá subsidiar todas as fases do Programa. No Estado do Pará, o PDITS abrange as áreas selecionadas nos Polos Belém, Tapajós e Marajó, orientando desta forma o crescimento do setor turístico com bases sustentáveis em curto, médio e longo prazo. O PDITS estabelece, portanto, as bases para a definição de ações, as prioridades e a tomada de decisão, constituindo-se em instrumento técnico de gestão, coordenação e condução das decisões da política turística e de apoio ao setor privado, de modo a dirigir seus investimentos e melhorar a capacidade empresarial e o acesso ao mercado turístico.

Considerando os múltiplos agentes públicos e privados no desenvolvimento das atividades turísticas, o PDITS visa assegurar e orientar as autoridades governamentais quanto aos ajustes no marco legal e institucional necessários para facilitar o pleno desenvolvimento do turismo nas áreas prioritárias. Também oferece informações específicas para promover investimentos da iniciativa privada em empreendimentos e produtos turísticos que aproveitem os atrativos dessas áreas e, por fim, conscientizar as comunidades locais sobre o papel do turismo como indutor do desenvolvimento econômico e gerador de novas oportunidades de trabalho, melhorando a qualidade de vida da população local (RELATÓRIO PDITS, 2010).

No Estado do Pará, o programa tem como meta contribuir com o desenvolvimento social equilibrado e a melhoria das condições de vida do povo paraense, interiorizando as atividades turísticas e proporcionando às comunidades locais o incremento na renda, respeitando os preceitos do desenvolvimento sustentável. A implantação do PRODETUR, no Estado do Pará, foi autorizada em âmbito federal pelo Ministério do Planejamento - Secretaria de Assuntos Internacionais, por meio da Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX No. 1054/2008 e será executada por intermédio de recursos captados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O objetivo geral do Programa é contribuir com o aumento de emprego formal nos municípios beneficiados, graças à atividade turística. Os objetivos específicos são: fortalecer o turismo nos polos Marajó, Belém e Tapajós e promover o incremento do gasto turístico por meio de investimentos direcionados ao segmento do Ecoturismo.

Os projetos que compõem o PRODETUR-Pará serão desenvolvidos nos polos Belém (Belém continental e insular), Marajó (Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras) e Tapajós (Santarém e Belterra). A escolha dos municípios e seus respectivos polos observou como critérios: o fluxo de turistas nacionais e internacionais existentes nessas regiões, o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nas áreas insulares de Belém e no arquipélago do Marajó, e a indicação de Santarém e Belém, dentre as 65 cidades indutoras da atividade turística no Brasil, pelo Ministério do Turismo. Somado a isso, a escolha dos polos não pode pulverizar os recursos a ponto de não produzir resultados concretos e efetivos nas áreas selecionadas. Vale ressaltar que o município de Oriximiná, no Polo Tapajós, também será contemplado quando da execução do projeto indígena e quilombola no referido polo.

4.1.3 Plano Ver-o-Pará

Conforme o relatório executivo do plano:

O Plano Ver-o-Pará – Plano Estratégico de Turismo, como plano orgânico, em constante evolução, tem como pressuposto a necessidade de “fazer acontecer” e, para tanto gera programas e projetos para execução imediata. Não é um planejamento que substitui ou ignora as iniciativas anteriores, é um ponto de referência, que incorpora programas avançados em curso, sincronizando suas ações ao eixo estratégico do plano, de forma a garantir a coesão com as metas e objetivos formulados. A metodologia utilizada nesse plano se baseia em um modelo participativo (PLANO VER-O-PARA RELATÓRIO EXECUTIVO, 2011, p. 11)

O Plano Ver-o-Pará foi estruturado em 3 fases: Fase I - Planejamento integrado visando a mobilização, articulação e participação do Trade turístico⁶; Fase II - Revisão do Plano estratégico envolvendo a liderança técnica da Paratur e empresa de Consultoria; Fase III - Plano de ações urgentes e as ações imediatas.

O Referido plano, que foi elaborado entre junho e novembro de 2011, utilizou uma metodologia internacional de planejamento estratégico, aplicada com sucesso em vários destinos e países da América Latina e do Mundo, que contempla 3 fases: Fase I – a análise da situação atual; Fase II - o planejamento estratégico e Fase III - o plano operacional.

Na Fase I foi feita uma análise exaustiva da situação atual do turismo no Pará, no contexto nacional e internacional; na Fase II foi elaborada uma proposta de planejamento estratégico, decorrente das conclusões da análise da situação atual e na Fase III foram elaborados dois planos operacionais, que definem as atuações necessárias para pôr em prática as linhas estratégicas geradas durante a etapa anterior (PLANO VER-O-PARA RELATÓRIO EXECUTIVO, 2011, p. 12).

Com esse plano foi criada uma nova marca turística para o Pará, conforme ilustra a fotografia 1:

⁶ O Trade Turístico é o conjunto de equipamentos da superestrutura constituintes do produto turístico. Caracterizados com meios de hospedagem, bares e restaurantes, Centros de Convenções e Feiras de Negócios, agências de viagens e turismo, empresas de transporte, lojas de *suvenir's* e todas as atividades comerciais periféricas ligadas direta ou indiretamente a atividade turística.

Fotografia 1 - Logomarca do Plano Ver-o-Pará para a comercialização do turismo divulgada inclusive nas aeronaves da azul linhas aéreas



Fonte: SETUR (2011).

Esta marca representa o conceito de “obra-prima da Amazônia”, um Estado que se diferencia dos demais estados da região por sua cultura e sua história. O verde, com seus sobre tons, remete diretamente à natureza da Amazônia. O açaí remete especificamente à natureza amazônica no Pará. O elemento natureza toma forma no desenho da folha/flor, inspirada no mururé e na flor da vitória régia, e em inúmeros outros exemplares presentes no inesgotável repertório da região. O grafismo em verde é inspirado nas manifestações culturais ancestrais do Pará, pré-colombianas, e são representativas da força, originalidade e autenticidade da cultura paraense (SETUR, 2011).

4.1.4 Plano Encontro

O Plano Estratégico de Turismo de Santarém e Belterra ou também conhecido como Plano Encontro (Contrato 009/2014 - Prefeitura Municipal de Santarém e Belterra) e que está

em vigor, foi elaborado pela *Chias Marketing* que é uma referência em *marketing* Turístico em todo mundo com sede em Barcelona na Espanha. Este significa:

Um planejamento orgânico, dinâmico e em permanente evolução, que tem como pressuposto a necessidade de “fazer acontecer” e de promover o desenvolvimento sustentável do turismo na região. A elaboração do Plano Encontro utilizou uma metodologia participativa, aplicada com sucesso em vários destinos brasileiros e estrangeiros, que se baseia em uma liderança técnica especializada e em um criterioso trabalho de pesquisa e análise de dados, que inclui a recopilção de dados, documentos, estudos e a mobilização do setor de turismo local, dos canais de distribuição no mercado e o turista atual para ouvir suas opiniões, expectativas e incorporar suas contribuições (CHIAS MARKETING, 2014, p. 13).

Está estruturado em 3 fases distintas e complementares:

- a) Fase I: na qual se fez uma análise-diagnóstico detalhada da situação atual do turismo na região e no contexto estadual, nacional e internacional;
- b) Fase II: destinou-se a definir a estratégia baseada nas conclusões da análise da fase I; e
- c) Fase III: com a finalidade de estabelecer os planos operativos de desenvolvimento e *marketing* com os projetos e ações para alcançar as metas e objetivos previstos na Fase II.

Na fase I foi realizado um diagnóstico completo da situação atual do turismo nos municípios de Santarém e Belterra, como fundamento para identificar as oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos para o desenvolvimento do setor de turismo na região. Neste sentido, foram analisados os seguintes aspectos, conforme diagrama 2.

Diagrama 2 - Estrutura do Relatório Fase I



Fonte: *Chias Marketing* (2014).

Na fase II considera-se a estratégia: o que se quer ser como destino turístico? Estipulando a visão de futuro que se quer alcançar em 2025, tem-se:

- a) O Tapajós sendo a melhor experiência turística na Amazônia, reconhecido pela singularidade de seus patrimônios, pela excelência de suas ofertas de natureza e pelo conjunto diferenciado, diversificado e qualificado de atividades e serviços integrados ao ambiente e ao modo de vida amazônico.

No qual, o desenvolvimento sustentável do turismo é instrumento para a conservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural, inclusão das comunidades tradicionais, e de promoção da qualidade de vida de sua população.

O Plano Encontro tem como objetivos:

- a) Fomentar o desenvolvimento sustentável do turismo na região;
- b) Ampliar, diversificar e qualificar a oferta turística de forma coerente com o ecoturismo;
- c) Fomentar o desenvolvimento da oferta complementar e associada ao turismo;
- d) Implantar um sistema de monitoramento turístico;
- e) Criar e consolidar a nova identidade turística e específica para o Polo Tapajós;
- f) Efetivar o trabalho de promoção nos mercados selecionados; e
- g) Aumentar a presença do produto Tapajós na oferta do trade nacional e internacional.

Metas a serem alcançadas até o ano de 2025:

- a) Triplicar o volume total de turistas no Estado;
- b) Multiplicar por 13 o volume de turistas estrangeiros no Tapajós;
- c) Sextuplicar a receita turística;
- d) Ampliar em 150% a oferta hoteleira; e
- e) Aumentar a presença da oferta turística do Tapajós nos mercados nacionais e internacionais.

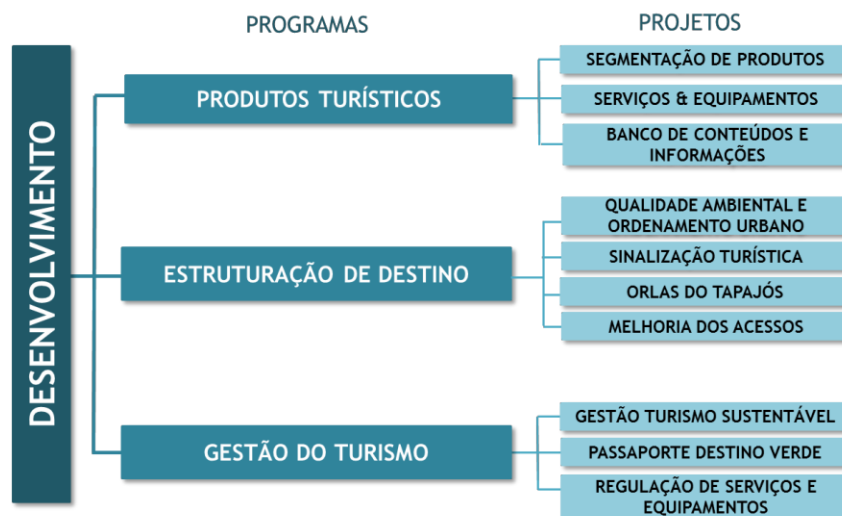
Cabe ressaltar que de acordo com a empresa de consultoria, este plano não substitui ou ignora as iniciativas anteriores, dever ser um instrumento de convergência, que integra ações e investimentos em curso no destino, que estabelece sinergia entre as diferentes esferas do poder público e da iniciativa privada, visando otimizar esforços e investimentos; estimula e, ao mesmo

tempo, se beneficia do ambiente favorável ao desenvolvimento do polo Tapajós (CHIAS MARKETING, 2014).

Na fase III, de acordo com a empresa de consultoria, o objetivo é a concretização do plano em dois conteúdos operacionais específicos e complementares, quais sejam: o Plano Operacional de Desenvolvimento e o Plano Operacional de *Marketing*.

O Plano Operacional de Desenvolvimento com base no diagrama 3 preza pela sustentabilidade, a fim de, permitir o melhor aproveitamento dos recursos naturais e culturais sem comprometer sua viabilidade no tempo e, simultaneamente, favorecer o protagonismo das comunidades tradicionais no desenvolvimento turístico.

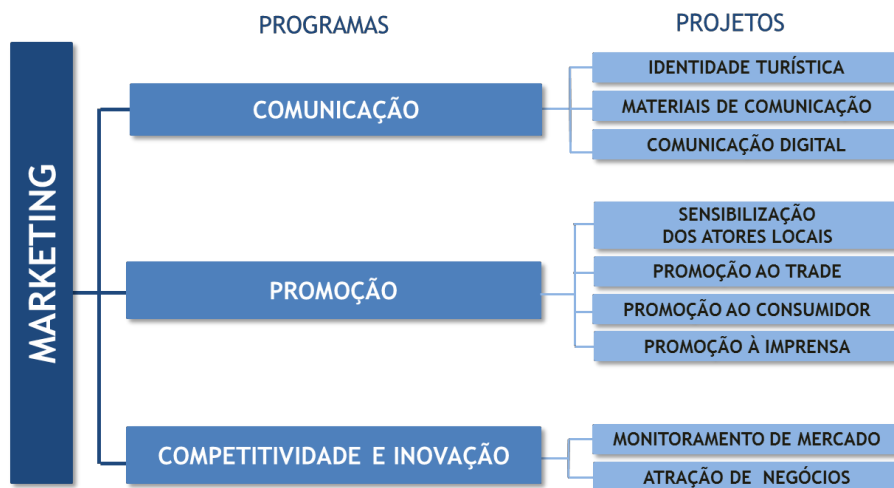
Diagrama 3 - Estrutura do Plano Operacional de Desenvolvimento



Fonte: Chias Marketing (2014).

Enquanto que o Plano Operacional de Marketing, como bem ilustra o diagrama 4, estabelece a nova identidade turística do destino, define projetos de promoção nos mercados e os programas para o monitoramento permanente da demanda e dos resultados da gestão.

Diagrama 4 - Estrutura Plano Operacional de Marketing



Fonte: Chias Marketing Ltda. (2014).

4.1.5 ICMS Ecológico ou Verde

Conforme observa o IPAM Amazônia (2016) existe uma escassez de incentivos para a conservação ambiental e para a inclusão dos municípios nessa agenda que ainda é dominada pelos governos federal e estaduais na Amazônia brasileira. Nesse sentido, o ICMS Ecológico ou Verde é um mecanismo fiscal positivo de grande importância para estimular a proteção ambiental pois, oferece uma oportunidade de fortalecer a agenda ambiental nos municípios que cumprem os critérios previstos, ou seja, ele compensa os esforços dos municípios voltados a conservação ambiental.

Mesmo com todas as garantias da legislação quanto à destinação do ICMS Verde para os municípios, sem uma legislação municipal específica que regulamente a destinação dos recursos do ICMS Verde diretamente para os Fundos Municipais de Meio Ambiente é impossível vincular o seu uso a uma agenda estratégica local em prol da conservação dos ativos florestais e do desenvolvimento rural sustentável. Como a legislação do ICMS Verde é estadual, e não pode determinar o uso que o município fará do recurso, é necessária a aprovação de leis municipais específicas. Porém, os gestores do município de Belterra não priorizaram essa normatização, conforme se observa na fala de um servidor público ao afirmar:

É eu sei sobre o ICMS verde, mas sabe como é esses recursos é desviado para outras atividades diferentes das que deveriam ser. Por isso não temos infraestrutura logística nem para fiscalizar os problemas ambientais e para fazer o plano de manejo da APA. Esse dinheiro vem do estado para a prefeitura de Belterra e como não tem fiscalização o gestor municipal direciona para outras ações que ele julga prioridade que no caso não é a preservação ambiental e muito menos o turismo (ENTREVISTADO EP).

Assim, sem vincular os recursos advindos do ICMS Verde ao fim que originariamente se destina, os gestores continuam dependendo de outras fontes de recursos para promoverem a gestão ambiental no município e nas Unidades de Conservação.

Apesar do Município de Belterra receber recursos oriundos do ICMS verde, após 14 anos da criação da APA Aramanaí, não há previsão de implementação do Plano Diretor de Gestão Ambiental, bem como os seus respectivos Plano de Manejo e o Zoneamento Ecológico-Econômico, em flagrante prejuízo às políticas públicas ambientais e a ocupação desordenada, gerando impacto direto na qualidade de vida da população local.

O ICMS verde é um instrumento econômico de política ambiental, com função compensatória – compensar municípios que abrigam áreas protegidas em seus territórios – e incentivadora – estimular os municípios a adotar medidas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. O ICMS Verde foi instituído pelo Governo do Estado do Pará em 2012 pela Lei Estadual 7.638/2012 regulamentado pelo Decreto 775/2013. Este instrumento prevê que 25% da arrecadação estadual seja direcionada aos municípios (Lei Estadual n. 5.645 de 1991), sendo que 8% deste montante é repassado de acordo com critérios de repartição definidos pela Lei 7.638: sendo 50% de acordo com área inscrita no Cadastro Ambiental Rural (CAR) em cada município; 25% de acordo com a cobertura do território por áreas protegidas (UCs) e áreas especiais e territórios quilombolas; 25% em relação ao desempenho do município no que diz respeito a redução do desmatamento ocorrido nos seus limites (IPAM Amazônia, 2016 , p. 3)

O Município de Belterra recebeu de 2014 a 2017, oriundo do ICMS Verde, consoante consulta ao Programa Municípios Verdes, o montante de três milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos (R\$ 3.256.899,74), valores estes que possibilitariam a implementação do Plano Diretor de Gestão Ambiental da Área de Proteção Ambiental Aramanaí, bem como a realização de estudos técnicos dos impactos ambientais da redução da APA e a realização de Consulta Pública para debate acerca dos limites da Área de Proteção Ambiental Aramanaí (MPPA, 2017).

Tabela 7 - Valores recebidos pelo município de Belterra referente ICMS Verde período 2014-2017

Informações sobre repasse de ICMS Verde												
Ano/mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
2014	31729.75	15668.26	26814.64	29401.14	28763	30387.57	30369.49	32493.13	31697.76	32365.05	34324.33	46467.72
2015	80790.9	67554.2	66057.3	70849.38	70818.3	72137.45	70854.21	74989.92	66284.51	76039.68	78438.39	81405.26
2016	115651.25	106770.11	104020.36	99583.69	103874.02	107662.73	105718.51	115928.61	109148.61	108189.55	107278.96	103227.78
2017	108186.38	91973.84	89945.52	100100.15	98562.31	100880	101130.96					

Fonte: Ministério Público do Estado do Pará (2017).

4.2 Categorias analisadas para o estudo do campo das relações do ecoturismo e do patrimônio

Simultaneamente, o estudo do campo das relações do ecoturismo e do patrimônio passa pela imprescindibilidade de elucidação das teorias que possibilitaram refletir esse conceito, do mesmo modo devem convergir para o trabalho de campo norteado a serem observadas e desvendadas pelas técnicas de coleta e análise de dados estabelecidas. Destarte, passa-se de uma teoria entendida como “discurso profético ou programático que tem em si mesmo o seu fim e que nasce e vive da defrontação com outras teorias”, para a teoria científica o “programa de percepção e de ação só revelado no trabalho empírico (BOURDIEU, 1989, p. 59).

Estabelecer categorias é, por conseguinte, determinar e levar em consideração o que se indaga, e no estudo das relações do ecoturismo e do patrimônio viabiliza o que se compreenda a lógica do trabalho de performance em que esses agentes sociais procuram conceber sua identidade, sua imagem social e produzirem-se (BOURDIEU, 1982), bem como de colaborar para a elucidação de suas fronteiras.

Destarte, ao delinear a efetuação da análise do campo das relações do ecoturismo e do patrimônio em Belterra afloraram tópicos significativos para a pesquisa que auxiliaram na composição para a compreensão acerca do processo dessas relações.

O quadro 6 a seguir, ilustra as variáveis analisadas e suas contribuições para esta tese de doutoramento.

Quadro 6 - Síntese das categorias analíticas

VARIÁVEL	OBJETIVOS/CONTRIBUIÇÕES
Planejamento e gestão do Ecoturismo em Belterra e suas comunidades de Aramanaí e Pindobal	Analisar como as propostas de ecoturismo direcionadas para o município de Belterra e as comunidades de Aramanaí e Pindobal (Polo Tapajós) são formuladas e executadas, utilizando-se dos seus patrimônios cultural e natural
Caracterização dos patrimônios cultural e natural	Identificar e descrever os bens patrimonializados no município
Lugares considerados como atrativos turísticos	Elencar os lugares reconhecidos pela comunidade
Estruturação de Roteiros Turísticos	Verificação das adaptações feitas aos patrimônios culturais e naturais a fim de serem comercializados
Logística de acesso aos atrativos	Identificação das interações e dinâmicas nos destinos comercializados desde a via de acesso
Comercialização do Ecoturismo	Identificar as formas de contatos com os agentes sociais para comercialização do ecoturismo
Relação com os agentes sociais do ecoturismo e o meio ambiente	Analisar a relação entre o contexto sociocultural, ambiental e o desenvolvimento do ecoturismo a partir das percepções das comunidades

Contribuição do ecoturismo para as comunidades	Identificar os impactos causados pelo ecoturismo nas dinâmicas socioeconômicas
Relação de vizinhança	Analisar como se dá a relação de vizinhança e os conflitos existentes
Processos decisórios acerca da atividade	Identificar as ações adotadas no processo de tomada e de decisões e mecanismos de comunicação
Relações com os agentes institucionais e governamentais (Estado e Município)	Verificação dos tipos de relações com agentes institucionais, que podem ocorrer por meio de conflitos, cooperações, apoios, reaproximações, entre outras

Fonte: pesquisa direta. Elaboração COSTA, 2018.

4.2.1 Planejamento e gestão do Ecoturismo em Belterra e suas comunidades de Aramanaí e Pindobal

No que concerne ao planejamento e gestão do ecoturismo em Belterra e suas comunidades de Aramanaí e Pindobal esse segmento vem sendo apresentado no oeste do Pará, Polo Tapajós, como uma perspectiva nova no contexto de possibilidades e alternativas sócio econômicas para a Amazônia, particularmente para as populações locais, à medida que pode ser um instrumento potencializador de reversão de modelos econômicos predatórios de ocupação e exploração dos patrimônios culturais e naturais, para atividades efetivamente menos impactantes e geradoras de benefícios permanentes para as comunidades.

O Plano Diretor Participativo de Belterra, legitimado pela Lei nº 131, de 22 de fevereiro de 2007, já trazia em seu bojo na subseção VII ART. 56 que trata do Setor de Turismo e diretrizes para fomentar a atividade:

De acordo com o Plano Diretor Participativo de Belterra são diretrizes do setor de turismo sustentável para o município:

- I. Apoiar e promover eventos já consolidados e aqueles com potencial turístico;
- II. Compatibilizar os eventos e iniciativas turísticas com as potencialidades culturais e naturais do Município e Região;
- III. Apoiar e incentivar iniciativas para instalação de infraestrutura de suporte ao turismo;
- IV. Promover a qualificação no setor de turismo;
- V. Levantar o potencial na região, em especial do turismo ecológico;
- VI. Apoiar e orientar iniciativas para o desenvolvimento do ecoturismo;
- VII. Elaborar e implementar o Plano Municipal de Turismo no prazo máximo de dois anos (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE BELTERA-PA, 2007, p. 26).

Outra iniciativa para fomentar o desenvolvimento do turismo foi a instituição de uma Legislação de incentivos fiscais ao Turismo: Lei 131/2007, de 22 de fevereiro de 2007. E que no decorrer da pesquisa de campo foi comprovada ser do desconhecimento de todos os agentes que atuam com a atividade.

Contudo, mesmo diante de tantas iniciativas, o que se percebe é que ficaram apenas no discurso e que na prática nenhuma ação foi efetivada.

Assim, no que concerne ao planejamento e gestão do ecoturismo em Belterra e suas Comunidades, de Aramanaí e Pindobal, inspiram-se duas preocupações básicas: a primeira diz respeito às formas e possibilidades de engajamento dos grupos de interesse comunitários no processo de elaboração de escolhas alternativas que irão subsidiar o planejamento e a tomada de decisão política, de maneira a assegurar o desenvolvimento sustentável dessa atividade, que ainda é bastante incipiente no município e comunidades da APA. A segunda é quanto à capacidade institucional da gestão pública, principalmente na esfera municipal, de condução de formulação e gestão do processo de implementação dessa atividade, incluindo aí o desenvolvimento das ações no nível técnico e gerencial e a inclusão daqueles grupos no processo.

Em se tratando do planejamento Santos (2004, p. 23) afirma que é um meio sistemático de determinar o estágio em que você está, onde deseja chegar e qual o melhor caminho para chegar lá.

O engajamento e participação social somente se realizam de forma efetiva por meio da mobilização de instrumentos de gestão pública que, de fato, despertem o interesse da comunidade com relação aos benefícios que ela poderá auferir, em face de desenvolvimento e implantação do ecoturismo no seu município.

Quanto à gestão do ecoturismo em Belterra e nas suas comunidades de Aramanaí e Pindobal, a situação é precária. Apesar de o município ter criado um órgão oficial da administração direta responsável pelo setor, que é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT), no entanto, a mesma não está dotada de infraestrutura e nem de técnicos efetivos, conforme analisado na fala de uma servidora municipal:

Eu sou sozinha para trabalhar e desenvolver as ações de ecoturismo em todo o município de Belterra incluindo aí a área da APA. Não tenho recursos, infraestrutura e nem logística para trabalhar e infelizmente o ecoturismo não é prioridade para a gestão municipal (ENTREVISTADO EP2 em 21/12/2017, informação verbal).

Assim como outros entrevistados das entidades públicas ela também reclama da falta de estrutura e de técnicos em sua secretaria para realizar uma ação mais efetiva em prol do planejamento para o desenvolvimento da atividade.

Outra iniciativa foi a criação pela Lei 36/99, de 01 de fevereiro de 1999, do Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente (COMTUMA) de caráter jurídico, composto por entidades públicas, privada e do terceiro setor sendo uma Instância de Governança Municipal

com competências para subsidiar o governo no redirecionamento das políticas públicas para o setor turístico. Entretanto, os agentes que trabalham com o turismo desconhecem a existência do mesmo e de acordo com a fala de uma agente social entrevistada que faz parte da comissão de turismo na câmara:

Eu então eu não tinha nenhum conhecimento sobre esse conselho. Acabei de falar com a secretaria de meio ambiente e turismo e ela me passou as seguintes informações: o conselho de Meio Ambiente ele foi separado do de Turismo então ela tá aguardando a nova composição né, os membros que serão compostos sendo que além dos que estavam ela incluiu mais um da SEMAGRI que é a Secretaria de Agricultura e da SEMED que é da Secretaria de Educação. O de Turismo ele tá sendo criado ainda tão fazendo a composição dos membros né e o de patrimônio também tá sendo criado vendo a composição dos membros e o da APA né que também tá sendo renovado no caso. O que a gente tem a informar é que tavam todos praticamente parados né então agora tão em reformulação aí o prefeito assim que ela ter esses nomes da composição o prefeito vai fazer o decreto de posse tá. Eu vou tá de olho nessas informações para estar lhe repassando tá ok. (ENTREVISTADO em 21/12/2017, informação verbal).

Diante disso, percebe-se um total desinteresse por parte do poder público de Belterra em desenvolver as políticas públicas de (eco)turismo em prol do desenvolvimento de atividades sustentáveis de baixo impactos negativos e que caminha na contramão de um turismo predador e excludente.

Em relação aos comunitários, verificou-se também o desconhecimento por parte dos mesmos a respeito do Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente (COMTUMA), deixando evidente a não participação nos processos decisórios. De acordo com a entrevista concedida por barraqueiro da comunidade de Pindobal:

Não existe “caba” mais inteirado em trabalhar pelo turismo aqui em Pindobal do que eu. Sempre me interessei por essa área ai tanto de turismo como de meio ambiente. Mais a gente não recebe ajuda nenhuma do governo. Não sei nada sobre esse conselho de turismo e nem sobre essa Lei de incentivo fiscais ai. (ENTREVISTADO BP9 ...em 21/12/2017, informação verbal).

Pelo relato desse agente que atua com a atividade turística em uma das comunidades investigadas fica evidenciado que os processos decisórios acerca da atividade ocorrem sem a efetiva participação dos mesmos e que além de não haver esse planejamento participativo as decisões que são tomadas não são compartilhadas com os envolvidos diretamente no turismo como ficou evidenciado pelo total desconhecimento por parte dos agentes a respeito das iniciativas pensadas para fomentar o turismo.

Conforme designado no Plano Plurianual do Governo do Estado do Pará, para o período de 2016-2019, Belterra faz parte da Região de Integração (RI), do Baixo Amazonas que é composta por 12 municípios (Santarém, Alenquer, Óbidos, Almerim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Oriximiná, Prainha e Terra Santa). Localizada na Região Noroeste do

Pará, a RI Baixo Amazonas apresenta-se entrecortada pelos rios Amazonas e Tapajós e pelas rodovias BR-163 (Rodovia Cuiabá-Santarém), PA-254 e PA-419. Detém uma área territorial total de pouco mais de 315 mil quilômetros quadrados, o que representa 25% da área total do Pará.

A população da RI em 2014, foi estimada em 705 mil habitantes, correspondendo a 8,7% do total do Estado. Santarém é o município com maior contingente populacional, representando 41,16% da RI, seguido de Oriximiná (9,62%) e Monte Alegre (7,96%). A taxa de crescimento populacional média da RI de 2010 a 2014 foi de 4,01%, abaixo da média estadual (6,91%) para o mesmo período.

A estrutura produtiva da região, nos últimos anos, foi se adequando às mudanças proporcionadas pela integração com outras regiões, promovida, sobretudo, pela abertura da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). A implantação de projetos e empreendimentos de mineração e de agronegócio contribuiu não apenas para alterar as relações inter-regionais como, também, para fortalecer o elo com outras regiões do estado, além de consolidar as articulações com o Centro-Oeste brasileiro e com mercados internacionais. Na RI predominam os municípios de pequeno a médio porte.

4.2.2 Caracterização dos patrimônios cultural e natural

Buscou-se se identificar e descrever os bens patrimonializados no município tendo se identificado que desde 1990 o pedido de tombamento do centro histórico está na Superintendência do IPHAN - PA em Belém. Ainda está em processo, ou seja, não tombado. Segundo informação obtida nas entrevistas:

O pedido de tombamento do centro histórico de Belterra está em andamento no IPHAN. A alegação de ainda não ter sido efetivado é que no documento de pedido de tombamento também consta o pedido de tombamento de Fordlândia. Primeiro terá que ser separado e a demora de acordo com o órgão é não dispor de técnicos para concluir o processo (ENTREVISTADO EP5 em 09/10/2017, informação verbal).

O município de Belterra e as comunidades da APA Aramanaí detém vários patrimônios culturais e naturais que despertam grande interesse de turistas. Belterra ainda conta com a Floresta Nacional do Tapajós (FLONA), que exerce grande poder de atração, principalmente no que concerne aos turistas e pesquisadores de outras regiões do Estado, do Brasil e do exterior.

Os atrativos culturais e naturais do Município de Belterra apresentam forte potencial para o desenvolvimento do ecoturismo. Entretanto, em visitas de campo, observou-se a necessidade de investimentos em infraestrutura de serviços básicos para os comunitários e turistas.

Verificou-se uma assimetria entre narrativa de turista em relação ao discurso de representante de entidade pública conforme entrevistas a seguir transcritas:

De acordo com observação feita por um turista:

Eu sou educador físico com pós-graduação vim a Belterra para fazer turismo e pela curiosidade de conhecer uma cidade americana no coração da Amazônia. E não me arrependi pois vi que a cidade tem grande potencial para atrair mais turistas com suas casas históricas e suas praias paradisíacas. Também tem as praças e igrejas a rica vegetação que pode atrair as pessoas que querem contato com a natureza (ENTREVISTADO TB, em 21/12/2017, informação verbal).

Logo em seguida segue a fala de um representante da gestão municipal local que diz o seguinte:

O turismo aqui em Belterra é muito fraco. A cidade não tem quase nada a oferecer ao turista. Só tem as praias. Sobre patrimônio cultural o que temos é um monte de casas da época do Ford que estão desabando. É verdade que está sendo restaurada o antigo alojamento da Embrapa para servir de alojamento para pesquisadores. Mas o turismo não é prioridade para o município e a criação da APA não trouxe nenhum benefício para as comunidades. O que os turistas procuram aqui é mesmo ir para as praias. (ENTREVISTADO EP1, em 21/12/2017, informação verbal).

Pode-se perceber uma contradição entre os discursos dos dois entrevistados citados acima, pois, no olhar do turista os locais pesquisados são detentores de um grande potencial, principalmente por estarem localizados em uma área privilegiada, seja pela sua biodiversidade ou pela sua história (um legado herdado da cultura americana) e também dos seus antepassados (os soldados da borracha). Neste sentido, podemos observar que o poder público não tem interesse em planejar e desenvolver o ecoturismo nesses locais.

Conforme analisa Brusadin (2015)

O patrimônio é o reflexo da sociedade que o produz, sendo que mesmo que ele não seja construído pela coletividade, é essa sociedade quem o acaba legitimando e incorporando o seu teor simbólico. Pode-se concluir que qualquer definição que surja do patrimônio remete a um fator comum, o de patrimônio simbólico, representado pelo entrelaçamento entre a materialidade e a imaterialidade dos objetos que marcam determinado tempo e sua gente (BRUSADIN, 2015, p. 49).

Para Figueiredo e Nóbrega (2015);

A identificação de um patrimônio refere-se a ele e ao seu ambiente; e é um estágio de planejamento que se encontra com outro, em relação ao mercado, sua relação com o público e sua capacidade de atrair. A primeira maneira de qualificar a atratividade é a significação e a primeira interpretação dos grupos que produzem o significado. Isso dá o apelo ao seu primeiro valor, independentemente da opinião dos visitantes. O que é considerado patrimônio já possui uma oficialização cultural, científica, social e institucional e já passou pelo processo de patrimonialização. Se for uma atração, pode estar em processo do reconhecimento, talvez ainda não tenha se oficializado institucionalmente, mas já pode ser considerado patrimônio ou pode ser apenas um

lugar de interesse para visitação explorada por instituição pública ou privada (FIGUEIREDO e NÓBREGA, 2015, p. 365).

De acordo com os entrevistados foi apontado como patrimônio cultural do Município, além das casas em estilo americano, o Festival do Açaí, que apesar de não acontecer nos lugares pesquisados, faz parte do Município de Belterra e ocorre na comunidade de Piquiatuba, foi instituído e oficializado pela Lei N° 239, de 26 de maio de 2017, na atual gestão do prefeito Jociclélio Castro Macedo (Anexo 2).

A floresta se apresenta como fornecedora de insumos para os comunitários, na forma de frutos, madeira, caça e saúde, de forma a contribuir para a sua subsistência e de sua família, tornando-se muito importante seu uso adequado para o morador local. Sendo confirmada pela assertiva de Ribeiro et al. (2007, p. 236), o extrativismo da fauna silvestre para o caboclo amazônico faz da fauna um importante recurso da floresta, visto que, sua exploração constitui-se numa atividade rotineira, sendo importante geradora de renda às populações da região.

Nessa região, podemos citar as castanheiras (*Bertholletia excelsa* H.&.B), que apesar de serem protegidas pela Lei Estadual nº 6.895, de 1 de agosto de 2006, que as declara de preservação permanente, de interesse comum e imune ao corte no estado do Pará, a castanheira cujo nome científico é (*Bertholletia excelsa* H.&.B), estão sendo dizimadas com o desmatamento no seu entorno como se verifica na (fotografia 2).

Fotografia 2 - Castanheira após ter seu entorno desmatado



Fonte: Ferreira Júnior (2018).

4.2.3 Lugares considerados como atrativos turísticos em Belterra, PA

Os lugares considerados como atrativos turísticos apontados pelos entrevistados na pesquisa de campo foram: o Centro de Memória, o Bosque das Seringueiras, Casa do Henry Ford, a antiga Vila dos Empregados da Cia Ford, as caixas d'água, estes se localizam na zona urbana da cidade e, principalmente as praias das comunidades de Aramanaí e Pindobal. Sendo que o acesso às comunidades têm as condições de acesso comprometidas em virtudes das estradas não serem pavimentadas e no período das chuvas ficarem bastante danificadas e no período da seca há o problema do areal que impede o tráfico de veículos aos atrativos; em relação à sinalização turística constatou-se que não existem elementos de sinalização turística dificultando a localização dos atrativos.

Fotografia 3 - Entrada do bosque das seringueiras em Belterra, PA.



Fonte: Costa (2017).

O Bosque das seringueiras, localizado na sede do Município de Belterra, demonstra que sua estrutura para visitação necessita de investimentos. A visitação é livre e não consta registro do número de visitantes, exceto por algumas anotações em um livro de frequência deixados no Centro de Atendimento ao turista (CAT) e no Centro de Memória. Seus recursos naturais, físicos e bióticos se encontram preservados. Na data da pesquisa não existia plano de manejo. A gestão compete à prefeitura municipal de Belterra. Não possui infraestrutura turística adequada. O número de funcionários não é adequado para a prestação dos serviços, não existe

monitoramento referente à vigência das normas, leis de uso e ocupação do espaço que apesar de existirem não são cumpridas em sua totalidade uma vez que não possui mecanismos de planejamento, controle e avaliação da gestão. Devido essa fiscalização e controle incipientes das atividades desenvolvidas no bem patrimonial podem provocar sérios impactos ambientais.

É de grande importância, pois faz parte da história de Belterra com a vinda da *Ford Motor Company*, como marco do ciclo da borracha, quando de suas seringueiras eram extraídos o látex. É um atrativo turístico que pode ser associado a contemplação da natureza e tem grande potencial pois permite o contato direto com as espécies preservadas de árvores nativas. É utilizado para caminhadas, lazer, além da contemplação da natureza como dito anteriormente. Tem como fragilidade a deficiência de fiscalização, o que pode vir a comprometer o controle de atividades no local que provocam impactos ambientais negativos.

Dentre os patrimônios culturais se destacam a herança do passado, facilmente observado no padrão arquitetônico das casas e de alguns órgãos municipais, como o Palácio das Seringueiras, sede da Prefeitura Municipal de Belterra. As casas possuem estilo *Cap Cod*, como se vê na fotografia 4, com telhados inclinados e cumeeiras. No mesmo estilo implantado por Ford em Alberta, uma vila de sua jurisdição, situada na Península Superior de Michigan, Estados Unidos.

Fotografia 4 - Casa 01, construída para Henry Ford



Fonte: Costa (2016).

Fotografia 5 - Herança deixada pela Cia Ford do Brasil. Comparação entre rua 1 em Belterra e uma rua em uma cidade americana. a) Núcleo urbano de Belterra, PA, BR. b) Hillside, NJ, USA.



Fonte: Costa (2014).



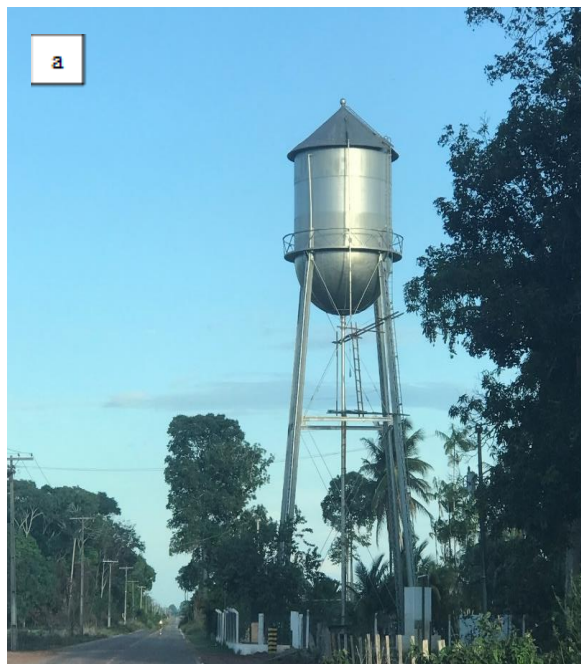
Fonte: Costa (2015).

Fotografia 6 - Placa indicando restauro das caixas d'água

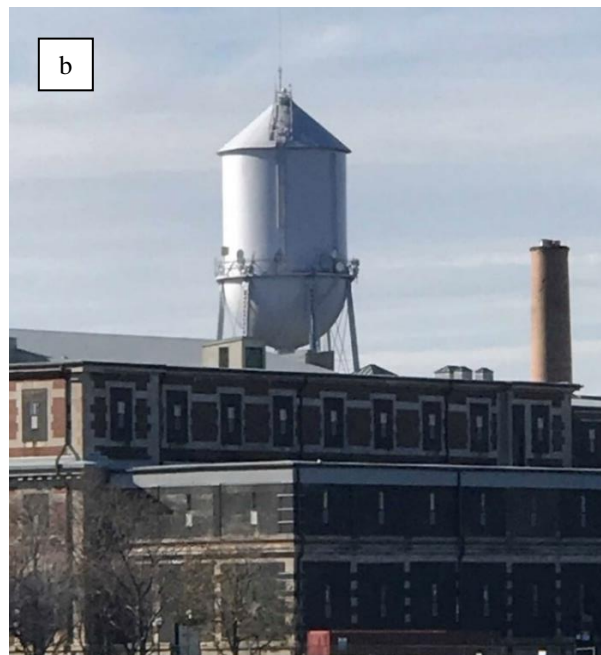


Fonte: Costa (2016).

Fotografia 7 - Herança deixada pela Cia Ford do Brasil. Comparação entre caixa d'água em Belterra e caixa d'água nos Estados Unidos a) Caixa d'água estrada 7 Belterra, PA. PA, BR. b) Caixa d'água na Ilha de Manhattan, NY, USA.



Fonte: Costa (2018).



Fonte: Costa (2017).

Fotografia 8 - Antiga creche Darci Vargas reformada e transformada em escola



Fonte: Costa (2018).

Fotografia 9 - Resquício de maquinário trazido dos Estados Unidos



Fonte: Costa (2017).

Fotografia 10 - Centro de memória de Belterra situado no bosque das seringueiras



Fonte: Costa (2017).

De acordo com Fernandes et al. (2013, p. 93) desde 2006 o Instituto Butantan está presente na região de Santarém e Belterra, atuando com equipes de pesquisa que tinha como objetivo observar e atuar em ações de saúde desenvolvidas nas comunidades ribeirinhas por órgãos locais e em centros de pesquisa e ciência de Santarém, projeto este denominado

Butantan na Amazônia. O mesmo com o apoio da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, garantiu a presença de profissionais que formaram uma equipe multidisciplinar com biólogos, historiadores e médicos, para atuarem em várias comunidades da região central e ribeirinha de Belterra.

Uma das ações realizadas pela equipe foi institucionalizar ações de recuperação dos acervos e assim garantindo a defesa dos interesses de vários grupos da comunidade, dessa forma em parceria com a prefeitura Municipal de Belterra implementaram o Centro de Memória de Belterra, que teve suas atividades iniciadas no dia 01 de maio de 2010. Localizada em meio ao Bosque das Seringueiras, a edificação serviu de residência aos médicos do antigo Hospital Henry Ford, após a emancipação do município abrigou a secretaria Municipal de Saúde, tendo sido recuperada no primeiro trimestre de 2010, pelo Projeto Butantan na Amazônia, em parceria com o Instituto Butantan, a Fundação Butantan, a OSCIP AmaBrasil e a prefeitura municipal de Belterra.

De acordo com Carvalho (2013, p. 12)

O acervo trata-se basicamente de obras de referência para a prática médica e de documentação hospitalar, às quais foram incorporados outros acervos, não apenas a saúde, mas a história da Companhia Ford Industrial do Brasil, por meio de objetos pessoais e imagens de ex-funcionários.

Conforme relatado por Fernandes et al. (2013), a criação do Centro de memória suscitou o início do projeto de recuperação arquitetônica, em acordo com o plano de tombamento da região central do de Belterra (PAC) Cidades Históricas do IPHAN, que tem como finalidade o restauro em nove municípios do Estado do Pará, sendo cinco delas na região oeste do estado incluindo dentre elas o município de Belterra.

4.2.4 Estruturação de Roteiros Turísticos

O que se conseguiu pesquisar no município é evidente que não existe nenhum roteiro turístico estruturado para ser comercializado. Como dito anteriormente os turistas chegam em Belterra e a comunidade de Pindobal, a partir da Vila de Alter do Chão, conforme se pesquisou diretamente nas agências de receptivo⁷ existentes na Vila.

⁷ São empresas de turismo cuja função da agência de receptivo é disponibilizar ao consumidor produtos específicos no destino, serviços de orientação, consultoria turística especializada, para facilitar e otimizar sua experiência de viagem. Em geral, as agências de receptivo oferecem transfers, passeios, city tours, hospedagem e locação de automóveis.

4.2.5 Logística de acesso aos atrativos

Diante do cenário atual nas comunidades pesquisadas, o asfaltamento da estrada que liga Alter do Chão a Pindobal é apontado como uma alternativa para a melhora no deslocamento até a área urbana, bem como a facilitar a entrada de transporte no local, para viabilização do transporte coletivo, para atendimentos emergenciais e do escoamento da produção. Ainda a viabilização do capeamento asfáltico favorecerá a perspectiva do turismo nesta região, de forma a colaborar para a promoção da localidade.

O acesso a elas é feito por via terrestre pela Rodovia Federal Cuiabá - Santarém (BR-163) ou pela Rodovia Municipal Terraplina. O município não possui aeroporto e o mais próximo é o de Santarém, PA, distante aproximadamente 50 km.

No Município de Belterra existe apenas um campo de pouso com pavimentação em piçarra compactada, para pouso de aviões de pequeno e médio porte, sendo pouco utilizado. A distância do aeroporto ao centro da cidade é de 04 km. Segundo informado pelo Secretário de Administração está sendo pensado a reativação do mesmo para receber voos do Mato Grosso

O acesso hidroviário para o Município de Belterra é feito via cidade de Santarém e da vila de Alter do Chão, no qual os visitantes podem fretar pequenas embarcações como barco ou lanchas.

O acesso ao centro urbano de Belterra e a Comunidade de Aramaná por via terrestre a partir de Santarém se dá pela BR 163. Sendo que após sair da BR 163 apresenta trechos em erosão. Com relação a Pindobal, geralmente, o acesso é a partir de Alter do Chão, por rodovia não pavimentada e que apresenta grandes trechos em erosão.

O acesso aos atrativos é de grande importância para aumentar ou diminuir o fluxo de turistas em um destino. No caso dos acessos às comunidades de Aramaná e Pindobal é bastante precário o que fica evidente a falta de interesse do poder público municipal conforme fala de um entrevistado.

Só sei dizer como sempre estão abandonando mesmo o turismo aqui na nossa região, inclusive a estrada aqui “cara” está em péssimo estado. Acho que a gente vai acionar o Ministério Público em relação a isso ai por que os pessoal aqui não querem fazer nada em relação aquele assoreamento do igarapé do São Luiz, que tá descendo muita areia ali entre Alter do Chão e Pindobal. Tô vendo que o único meio vai ser esse mesmo, o pessoal não querem olhar pro turismo aqui na nossa região então a gente vai começar a agir. (ENTREVISTADOBP8, em 21/04/18, informação verbal).

4.2.6 Comercialização do Ecoturismo

A comercialização do ecoturismo é realizada por meio de pacotes e serviços vendidos e originados em Alter do Chão, PA, conforme informado pelos organizadores bem como pelos turistas entrevistados. Não foi identificada nenhuma iniciativa de comercialização de pacotes ecoturísticos que tenha sido originada no próprio município ou em suas comunidades.

4.2.7 Relação com os agentes sociais do ecoturismo e o meio ambiente

Ao analisar a relação entre o contexto sociocultural, ambiental e o desenvolvimento do ecoturismo a partir das percepções das comunidades entrevistadas, existe um senso comum em preservar o meio ambiente e com unanimidade afirmam que uma das agressões ao meio ambiente é a falta da coleta de lixo que não ocorre de forma regular nas comunidades de Pindobal e Aramanáí.

4.2.8 Contribuição do ecoturismo para as comunidades

O ecoturismo é considerado como uma ferramenta de contribuição para o desenvolvimento sustentável por contribuir de forma eficaz para a conservação da natureza e utilizar seus recursos de forma responsável pensando nas futuras gerações. É também a modalidade turística mais viável para Amazônia.

Conforme menciona Wearing e Neil (2001), o ecoturismo está pautado na sustentabilidade, pois visa proporcionar uma base de recursos para o futuro, bem como garantir a produtividade dessa base, mantendo a biodiversidade e evitando mudanças ambientais irreversíveis para o local visitado, além de promover a equidade para as gerações presentes e futuras.

Com relação a dimensão ambiental, a RI Baixo Amazonas possui grande parte do seu território recoberto por Unidades de Conservação e Terras Indígenas e projetos de assentamento da reforma agrária dos tipos: PA (Projeto de Assentamento), PAC (Projeto de Assentamento Coletivo), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto Agroextrativista), criados especialmente a partir de 2005, sob responsabilidade do INCRA, e, ainda, Projetos de Assentamento Estaduais Agroextrativistas, os PEAEX.

O desmatamento na região compreende uma área de 19.963, 40 km², o equivalente a 6% do seu território e 8% do desmatamento total do Estado em 2013. Nesse contexto, sete dos 12

municípios figuram como “sob pressão” na estratégia da política ambiental do governo do estado (Programa Municípios Verdes - PMV): Alenquer, Almeirim, Belterra, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Prainha e Santarém.

No que se refere aos instrumentos de ordenamento do território e regulação ambiental, a região possui Zoneamento Ecológico-Econômico, o que possibilita o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis. Além disso, onze dos municípios da RI aderiram ao Programa Municípios Verdes (PMV), o que possibilita maior integração de ações de combate ao desmatamento e fortalecimento da gestão ambiental. Outro importante instrumento é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), com grande adesão dos municípios, sendo estratégico para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como para o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais, onde seis dos municípios apresentam mais de 70% da área cadastrável efetivamente cadastrada, seis acima de 50%, e um com 43,56%.

De acordo com o Plano Plurianual para o período de 2016 – 2019, o Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado e Turismo (SETUR) e com o objetivo de desenvolver destinos turísticos estipulou metas dentre elas:

- a) Estruturar rota turística Santarém Belterra;
- b) Estruturar projeto da escola de gastronomia da Amazônia em Belterra;
- c) Desenvolver modelo de hotel sustentável – hotel ciência em Belterra;
- d) Qualificar 106 prestadores de serviços turísticos.

De acordo com o Governo do estado do Pará (Plano Pluri Anual 2016 – 2019), Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN:

Apesar de o emprego formal ser um importante variável de melhoria social, em 2010 cerca de 250 mil pessoas, correspondendo a 8,62% do total de trabalhadores estado, estavam ocupadas em regimes não formais de trabalho na região. A taxa de desocupação da RI foi de 8,17%, com Faro (3,71%), Curuá (3,71%) e Prainha (9,67%) apresentando as menores taxas e os municípios de Belterra (12,29%), Almeirim (10,29%) e Oriximiná (10,05%) registrando as maiores taxas da região (SEPLAN, 2016, p. 27).

No que diz respeito a valorização do patrimônio natural, foi analisada a partir das observações *in loco*, assim como, também, da percepção e importância que cada lugar tem nas vidas dos comunitários, turistas, e poder público local.

No Plano Diretor Participativo de Belterra, publicado em 2007 existia por parte da gestão pública na época preocupação com a proteção do patrimônio cultural como assinalado na Seção III Art. 35 que trata das Zonas Especiais de Proteção do Patrimônio Cultural:

Zonas Especiais de Proteção do Patrimônio Cultural (ZEPPC) são frações do território Municipal definidas em função do interesse coletivo de preservação, manutenção e

recuperação do patrimônio histórico, artístico e cultural, assim classificadas; I) Edificações, conjuntos urbanos e sítios considerados de valor histórico, artístico e cultural; II) Espaços de populações tradicionais, com forte apego às tradições histórico-culturais do grupo ou comunidades e com práticas socioculturais que definem espacialidades e territorialidades estratégicas à reprodução do grupo ou da sociedade local. São ZEPPC: I) Centro Histórico; II) Entorno imediato do Centro Histórico; III) Entornos de bens a serem tombados pelo Poder Público conforme ficará definido pela Lei de Uso e Ocupação do Solo. Parágrafo único. Fica instituído o tombamento do Centro Histórico da sede do município.

4.2.9 Relação de vizinhança e com os turistas

Na comunidade de Aramanaí foram identificados conflitos entre os próprios moradores e entre estes e os turistas. Com destaque para a colocação de uma “cerca” que impede os carros de chegarem próximo ao lago do encanto por um dos moradores que atua na atividade turística, o mesmo justifica que é exatamente para minimizar impactos ambientais com veículos circulando na área do lago quando o mesmo está no período da seca. Esse fato tem gerado denúncias contra o empreendedor com alegações de que o mesmo se sente dono do lugar.

Da mesma forma na comunidade de Pindobal, verificaram-se conflitos entre os barraqueiros e os turistas. Ocorre que no período da seca os empreendimentos ficam distantes da praia. Assim alguns barraqueiros construíram barracas de madeira e coberta de palha as margens do rio, outros armam diariamente barracas de material sintético para no entendimento deles dar mais comodidade aos seus clientes. Entretanto, tem gerado dois tipos de conflitos:

- a) Discutem que precisam padronizar as barracas. Os barraqueiros que usam as barracas com armação diária afirmam ser a melhor opção; por outro lado os barraqueiros que constroem barracas de madeira cobertas de palha (deixando as permanentes) defendem que é a melhor opção, pois com o vento as barracas de material sintético não ficam firmes e chegam a sucumbir de acordo com a intensidade do vento. Uma vantagem é que só armam as barracas quando tem clientes direcionados para a utilização das mesmas;
- b) Os barraqueiros que construíram barracas de madeira e que ficam permanentes estão sujeitos a dois conflitos: um com relação a padronização e outro com os próprios turistas que ao chegarem a praia se permitem utilizar essas barracas (que forma construídas pelos barraqueiros em área pública) sem consumir produtos nas suas barracas, o que ocasiona denúncias junto a prefeitura por parte dos turistas que são impedido de usar as barracas sem consumir, inclusive chegando a ser motivo de audiência pública na câmara dos vereadores.

4.2.10 Processos decisórios acerca da atividade

Verificação dos tipos de relações com agentes institucionais, que podem ocorrer por meio de conflitos, cooperações, apoios, reaproximações, entre outras.

Verificou-se que o Município de Belterra tem sido contemplado com propostas para o desenvolvimento do Ecoturismo nos âmbitos Federal (Proecotur) estadual (Ver o Pará) Municipal (Plano Encontro). Entretanto nenhuma ação foi realizada. Atualmente faz parte do Plano Encontro em parceria com o governo do Estado e o município de Santarém, porém, o que se percebeu é que apenas são feitos diagnósticos, mas nenhuma ação é de fato efetivada tão pouco tem monitoramento.

Outro ponto importante que tem gerado conflitos com os gestores públicos é que a prefeitura Municipal de Belterra enviou para a respectiva Câmara de Vereadores Projeto de Lei nº 237/07 e aprovada em 02 de maio de 2017 pela Câmara Municipal para alterar os limites da APA Aramanaí com redução de sua área e que tal projeto teria sido aprovado sem a ampla discussão com as comunidades e sem os estudos técnicos que embasassem os impactos da desafetação (Ministério Público do Estado do Pará, 2017).

De acordo com MPPA (2017, p. 21):

Da leitura dos documentos apresentados pela Prefeitura nota-se que o Conselho Gestor da APA, em reunião no dia 24 de abril de 2017, aprovou, sem nenhum procedimento de consulta pública ou estudo técnico, a desafetação da APA, sob a justificativa de destinar essa área como zona portuária, por 11 votos a favor e 1 contra. Já a citada reunião na comunidade de Porto Novo, só ocorrera no dia 29 de abril de 2017, e contou com a presença de comunitários, Vereadores e do Prefeito. De acordo com a ata, a reunião tinha como pauta, em síntese, a desafetação da APA, a destinação da área da comunidade para vinda de fábricas e portos e a viabilização de progresso para a região, com empregos nesses empreendimentos para os moradores. Que os terrenos na área seriam valorizados a médio prazo. Que a APA inviabiliza atividades econômicas. Que o Prefeito está cumprindo o que foi dito na campanha e que qualquer empreendimento que vier para a área deverá cumprir a legislação. Que pôr fim a proposta foi aprovada pela maioria dos presentes na reunião.

Figura 5 - Área desafetada da APA



Fonte: MPPA (2017).

A especulação imobiliária, as invasões e a ocupação de terrenos em áreas impróprias têm ocasionado conflitos e impactos ao ecossistema. Podemos observar na (fotografia 11) abaixo, as placas de venda de residências.

Fotografia 11 - Fotos de placas de venda indicando especulação imobiliária na comunidade de porto novo onde está previsto a construção de portos



Fonte: Ferreira Junior (2018).

4.2.11 Relações com os agentes institucionais e governamentais

No campo das relações com os agentes institucionais e governamentais no local estudado é perceptível a desigualdade de acesso aos tomadores de decisão que processa-se a proporção que a disparidade de poder econômico e o capital envolvido nas relações que necessitam ser balanceadas por meio de mecanismos institucionais que aprimorem a clareza, viabilizem maior estabilidade nessa aproximação e evitem ou restrinjam o resultado da aplicação de meios econômicos para a prática da intervenção. Os agentes sociais e a sociedade como um todo tem o direito de saber quem busca influenciar, quando e com quais recursos e quais as razões e agentes institucionais são objeto dessa ação.

Quadro 7 - Propostas e projetos de interesse turístico para Belterra e comunidades Aramaná e Pindobal (2000-2017).

PROJETO	Ano Data da proposição	DESCRIÇÃO	DATA TÉRMINO	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	INSTITUIÇÃO FINANCIADORA	R\$	STATUS
Pedido tombamento	1990	Belterra conjunto áreas urbanas de Belterra	Em andamento	Processo 1311 IPHAN			Em fase de instrução
PROECOTUR- Programa de desenvolvimento para o ecoturismo na Amazônia Legal	Concebido em 1996 Lançado oficialmente pelo Governo Federal em 2000	Programa de desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – selecionando áreas prioritárias para o desenvolvimento do ecoturismo, denominadas de polos de ecoturismo	Encerrado sem a realização das ações que caberiam ao município	Previsto em duas fases a primeira de planejamento 2000-2002 coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente(MMA) a segunda fase de investimentos 2003-2006 coordenada pelo Ministério do Turismo (MTur)	Governo Federal do Brasil e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	US\$213 milhões de dólares	Encerrado
Projeto Cultural	2015	Reconstrução e implantação do Museu de Ciências no local do antigo hospital Henry Ford; Restauração do alojamento da antiga EMBRAPA e de duas caixas d'água históricas das ruas 1 e 7; Restauração da Casa nº 01 (antiga casa de Henry Ford; Realização de		O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental (Ama Brasil); O governo do Estado por meio da Secretaria de Ciência,	Financiamento misto Ericsson, Diferencial Energia, BNDES, SECTET - PA, Gov. de SP / Instituto Butantan	O investimento inicial será de cerca de R\$ 15 milhões, sendo R\$ 4,3 milhões em recursos próprios	16/03/2018: Entrega das Caixas D'água restauradas e do alojamento dos pesquisadores restaurado e Hospedaria dos Pesquisadores Lançamento da pedra fundamental para construção do Museu de Ciências da Amazônia MuCA.

		inventário da fauna e da flora da região de Belterra no âmbito da área denominada Bosque das seringueiras; Implantação da museologia do Museu de Ciências.		Tecnologia e Educação Técnica e tecnológica (Sectet); o Município de Belterra governo da Sra. Dilma Serrão Ferreira da Silva		do governo do Estado R\$10 milhões e quinhentos mil Reais do BNDES	
Esgotamento sanitário do município				Prefeitura municipal de Belterra			Parado
Restauração prédio para creche				Prefeitura municipal de Belterra			Executado
Plano Encontro Plano estratégico de turismo para Santarém e Belterra		É um planejamento orgânico, dinâmico e em permanente evolução, que tem como pressuposto a necessidade de “fazer acontecer” e de promover o desenvolvimento sustentável do turismo na região		Secretaria de Turismo Governo do Pará(SETUR), Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo de Santarém(SEMDETUR) e Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Belterra (SEMAT)			Em andamento
Redução área da APA Aramaná para construção de Portos	Projeto de Lei nº 237/07 aprovada em 2 de maio de 2017 pela Câmara Municipal	Com a redução da área da APA Aramaná a proposta do gestor municipal é transformar toda a área ao longo da PA 433 em área de interesse industrial, com ligação direta à futura área portuária.	Embargado pelo Ministério Público do Estado do Pará(MPPA)	Prefeitura Municipal de Belterra			Embargada pelo Ministério Público do Estado do Pará

Pavimentação com drenagem Pluvial da estrada vicinal que interliga os Balneários Alter do Chão a Pindobal – primeira etapa				Prefeitura de Santarém por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura(SEM INFRA), Caixa Econômica Federal e Ministério do Turismo	R\$ 1.139.322,82		Previsão início 04 de setembro 2017 e término 01 janeiro 2018 (parada)
No âmbito do PRODETUR PA/Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Tapajós- Ampliação do sistema de abastecimento água e esgotamento sanitário de Belterra				Ministério do Turismo Banco interamericano de Desenvolvimento (BID) e governo do Estado do Pará	R\$ 1.116.000,00		

Fonte: Elaborado por Costa, 2018 baseado em Expansão (gestão em educação e eventos) e Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo PRODETUR/PA (2010)

Dentre as propostas e os projetos contemplados podemos citar o restauro do antigo alojamento da EMBRAPA (fotografia 12), que atualmente serve para abrigar pesquisadores, e o primeiro museu de história natural do Pará o – museu de ciências da Amazônia (MuCA), além de, pavimentação asfáltica estrada Alter do Chão Pindobal (fotografia 14).

Fotografia 12 - a) Placas de restauro do antigo alojamento da EMBRAPA. b) antigo alojamento da EMBRAPA. c) Prédio restaurado e transformado em alojamento para pesquisadores.



Fonte: Costa (2017, 2018).

O município de Belterra terá o primeiro museu de história natural do Pará denominado Museu de Ciências da Amazônia (MuCA), que usará a educação para estimular o turismo e

disseminar a cultura, explorando a riqueza cultural deixada pela passagem do ciclo da borracha no município e seu patrimônio natural.

Este foi idealizado para ser um espaço interativo, tecnológico e dinâmico focado nas riquezas naturais da Floresta Amazônica, com destaque para a Floresta Nacional do Tapajós, importante área de preservação localizada nos limites dos municípios de Belterra, Aveiro, Placas e Rurópolis. Entre os eixos de ação prioritários estão a educação ambiental, a economia verde e a pesquisa em torno da biodiversidade local.

Sediado no local do antigo Hospital Henry Ford, o Museu contará com exposições interativas, tour virtual, laboratórios para pesquisa básica, coleção zoológica e locais apropriados para exibição de vídeos e oficinas culturais. O patrimônio histórico restaurado servirá de base, também, para hospedagem de pesquisadores e turistas interessados em conhecer as riquezas culturais e naturais desta parte da Amazônia. Vizinho ao Museu está a Floresta Nacional do Tapajós (Flona) e a Área de Proteção Ambiental Aramaná com dezenas de praias banhadas pelo Rio Tapajós, que também serão alvos das ações.

Servirá de referência para formação de pessoal local no trato da biodiversidade que temos no entorno e na aplicação para o turista no trato dessa biodiversidade, que inclui não só a borracha, mas diversos fármacos, cosméticos e outras matérias-primas vegetais. Será um atrativo turístico incorporado ao Polo Tapajós, que tem Alter do Chão como porta de entrada. Esta iniciativa é uma demonstração de que, por meio da ciência e da tecnologia, tendo como âncora boas parcerias, os povos amazônicos, sua história seus patrimônios cultural e natural, podem ser resgatados em todo o seu potencial, e ainda que é possível induzir novas formas de desenvolvimento local, por meio da geração de oportunidades inéditas de promoção social e da participação direta das comunidades envolvidas” (Secretario da Sectet, Alex Fiúza de Mello).

Tem como principais parceiros, o governo do Pará por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica (Sectet); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental (AmaBrasil).

O investimento inicial será de cerca de R\$ 15 milhões, sendo R\$ 4,3 milhões em recursos próprios do governo do Estado e o restante proveniente do BNDES. As primeiras ações envolvem a restauração do antigo hospital Henry Ford, do alojamento da Embrapa, das duas caixas d'água, da casa construída para que Ford morasse, e ainda o inventário da fauna e flora

da região, o projeto museológico, o abastecimento de água e o esgotamento sanitário do município.

Fotografia 13 - Placa indicando a construção do Museu de Ciências



Fonte: Costa (2018).

De acordo com a pesquisa *in loco*, apesar das localidades terem sido contempladas com projetos de infraestrutura básica, constatou-se que a via de acesso para a comunidade Pindobal, está intrafegável, comprometendo assim, a atividade turística e ocasionando diversos conflitos sociais entre os moradores e gestores públicos, deixando evidente que o turismo não é prioridade para o governo local, uma vez que essa atividade necessita está estruturada para que possa acontecer.

Fotografia 14 - Placa indicando pavimentação asfáltica estrada Alter do Chão Pindobal



Fonte: Costa (2018).

Existe ainda um Projeto de Lei visando à redução da área da APA Aramanaí, que segundo ação Civil Pública com pedido de tutela de urgência ajuizada pela promotoria de Justiça Agrária de Santarém, Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo Santarém do Ministério Público do Estado do Pará (Ref. Notícia de Fato nº 005320-031/2017-MPE/PA) contra: 1) Município de Belterra; 2) Estado do Pará (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade).

Como ressalta o MPPA (1917, p. 27):

a redefinição dos limites da APA Aramanaí se insere num contexto de conflito de disputa por terras, pela pressão imobiliária empresarial, implantação de assentamento da reforma agrária PAE Aramanaí e Pindobal, além da implantação dos Projetos de Infraestrutura na Região do Tapajós e Expansão da fronteira agrícola, baseada na monocultura de soja. Logo, havendo diversos atores com interesses na área, todos devem ser primeiramente informados sobre os possíveis e reais impactos ambientais e sociais identificados por especialistas na matéria a fim de obterem informações técnicas, e depois ouvidos e considerados no processo público e transparente de escuta social antes da decisão administrativa e legislativa, obedecendo-se aos princípios da informação e participação popular na seara ambiental.

Desse modo podem ser vislumbrados através dos fatos e elementos contidos na ação ajuizada que demonstram os riscos de graves danos ambientais decorrentes da inércia do Poder Público em consolidar a Unidade de Conservação. Como observado, tais omissões tornam a APA Aramanaí vulnerável a agressões contra os patrimônios naturais ali protegidos, dificultam e até inviabilizam a atuação eficaz dos responsáveis pela sua gestão in loco e impedem que aquela área protegida cumpra satisfatoriamente os objetivos para o qual foi criada.

Quanto às ameaças ao desenvolvimento do ecoturismo no município de Belterra, temos como principal fator a sazonalidade, que durante o período de dezembro a maio, poderá criar fortes reflexos negativos sobre a rentabilidade e viabilidade socioeconômica e financeira dos empreendimentos das localidades, e tendo como impacto, a utilização e emprego de mão-de-obra temporária.

Durante a pesquisa de campo aos atrativos históricos do município de suas comunidades de Aramanaí e Pindobal, percebeu-se grande deficiência em relação às políticas de proteção aos atrativos, fato que compromete a criação e conservação dos mesmos, além da falta de mecanismos de controle e avaliação dos visitantes que frequentam os locais.

Percebeu-se que as políticas de proteção ao patrimônio cultural e natural bem como a capacidade de gestão dos responsáveis precisam ser fortalecidas, fator relevante para o desenvolvimento dos atrativos explorados e dos que ainda não foram explorados tendo em vista que alguns espaços se encontram sujeitos à deterioração, ao acúmulo de resíduos, as danificações na infraestrutura nessas condições encontram-se algumas casas na Vila dos Operários que trabalhavam fábrica de extração do látex., ao descontrole em relação ao uso dos visitantes, a falta de segurança, à impossibilidade de acesso das pessoas com necessidades especiais e à necessidade de capacitação da mão de obra do setor.

Identifica-se a necessidade de fortalecimento institucional, capacitando os gestores nas áreas de gestão pública, gestão de projetos e contratos, gestão financeira, empreendedorismo, dentre outros cursos, para melhorar o desempenho das funções. Em relação às políticas de acesso para as visitas aos atrativos cada órgão responsável pela gestão, estabelece suas próprias políticas.

Em visitas de campo, verificou-se que não constam Registros Oficiais da taxa de ocupação anual, tendo em vista que a atividade turística no município não é um segmento consolidado nem prioritário.

Cara é desanimador ouvir o próprio prefeito numa audiência pública dizer que não acredita que o turismo vá resolver nada e que por isso não é uma atividade prioritária (ENTREVISTA BP 9, 21/09/2017, informação verbal).

O fluxo turístico existente está limitado aos festejos no calendário de eventos e sua ocupação é, basicamente, nas residências domiciliares, pois, geralmente, são hóspedes que visitam parentes e/ou amigos.

Em Belterra existe um centro de atendimento ao turista denominado de (CAT), mas que de acordo com os entrevistados o mesmo não se mantém aberto diariamente e no momento está sob coordenação da associação AMABELA para exposição de artesanatos.

Fotografia 15 - a) Centro de atendimento ao turista (CAT) e b) Placa de identificação



Autoria: Costa, 2017, 2018.

Autoria: Costa 2017, 2018.

4.3 COMUNIDADES DE ARAMANAI E PINDOBAL

O Quadro 8 abaixo apresenta a caracterização das comunidades pesquisadas.

Quadro 8 - Caracterização das comunidades de Aramanaí e Pindobal (APA de Aramanaí)

Comunidades da APA estudadas	Aramanaí	Pindobal
Origem do nome	Ara-terra Manai- fartura = terra da fartura	Palheira abundante na região chamada Pindoba
Data suposta fundação	1780 (228 anos)	1910 (1º registro)
Nº de famílias	83 cadastradas; 68 residentes	31 cadastradas
Nº de indivíduos	251 (0 a 100 anos)	
Escola	E.M.E.F. Ladislau Branco Pedroso	E. E.E. F Armando Lages Nadler
Posto de saúde	Posto de saúde da família Rita Pedroso	Em construção
Centro comunitário	Um barracão	Barracão comunitário
Igreja	Nossa senhora das Dores padroeira 15 setembro	01 católica Padroeiro São Francisco Solano 13 julho
Clube esportivo	Nacional esporte clube sede social	Náutico esporte Clube
Grupo de idosos	Renascer	
Posto telefônico	Torre	01 telefone público com defeito
Energia elétrica	Celpe 24 horas	Celpe 24 horas
Associações	ASCA- Associação Comunitária de Aramanaí	ASCOPIN- Associação Comunitária de Pindobal ASBARPIN- Associação dos barraqueiros de Pindobal

	ACENEA- Associação Cultural e Esportiva Natureza encantada do Aramanáí	
Restaurantes e pousadas	Sereia	
Cemitério	Nossa Senhora das Dores	
Campo de futebol	Um	Um
Grupo de vizinhos	Recanto familiar nova esperança	
Grupo de limpeza ambiental	Preservar é viver	
Abastecimento de água	20 poços particulares e captação do rio	50% poços particulares 50% rio
Agente comunitário de saúde	Uma	Uma

Fonte: Costa (2015).

Dentre os recursos naturais que fazem parte da APA de Aramanáí, destacam-se as praias das comunidades de Aramanáí e Pindobal, que despertam o interesse da população local, regional e internacional.

As Praias dessas comunidades são patrimônio naturais de areia branca e águas doces exercendo forte atratividade para o segmento de turismo de sol e praia que ocorre de forma massificada especialmente nas praias da comunidade de Pindobal. Seus igarapés também figuram como atrativos de grande potencial turístico por suas belezas naturais, propiciando a observação de pássaros, animais silvestres e da vegetação típica da região. As águas claras são excelentes para a prática de mergulho de superfície e para a observação de peixes ornamentais e de plantas aquáticas.

4.3.1 Comunidade de Aramanáí

Localizada entre as praias de Cajutuba e São Domingos é dotada de grande potencial natural em área de Proteção Ambiental APA de Aramanáí. O acesso mais utilizado é pela BR 163. Não tem sinalização para orientar os visitantes. Não existe controle do fluxo de turistas. Seus recursos Naturais estão conservados; não existe plano de manejo e a gestão é da Prefeitura Municipal de Belterra. A infraestrutura turística é precária. É muito utilizada por banhistas, pesca e outras atividades de lazer como caminhadas. Segundo os comunitários os produtos turísticos associados a comunidade é o ecoturismo e atividades esportivas e recreativas e o lugar visto como atrativo é o lago do encanto como ilustra a (fotografia 15).

Fotografia 16 - Lago do encanto em Aramaná nos períodos de cheia e seca do rio Tapajós, respectivamente.



Fonte: Pedroso (2014).

Outra potencialidade é sua localização perto da zona urbana com possibilidades de passeios de barcos, contemplação da natureza e atividades de lazer.

Entretanto tem como fragilidades a localização perto do lixão. Deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada, armazenamento apropriado dos alimentos, informações turísticas) e dificuldade no acesso devido à erosão na estrada.

O Turismo é um fator muito importante para a comunidade por gerar renda e preservar os recursos da localidade. No entanto a infraestrutura para o desenvolvimento da atividade necessita de melhorias. Atualmente Aramanaí conta com quatro bares, um restaurante e uma pousada. Recentemente foi inaugurado o espaço de eventos Iaras, como ilustra a (Fotografia 16). A estrada de acesso a comunidade é vista com muita dificuldade para o desenvolvimento do turismo pois não é pavimentada e tem muita erosão principalmente na época das chuvas. O problema da coleta do lixo é outro entrave para o turismo sendo que alunos da escola Manoel Ladislau e que fazem limpeza na praia.

Fotografia 17 - a) Pousada e restaurante Sereia. b) Espaço de Eventos Iaras



Fonte: Pedroso (2015) e Costa (2018)

4.3.2 Comunidade de Pindobal

Com um total de 60 famílias. A maioria das famílias trabalha com vendas ambulantes na praia e outras prestando serviço aos restaurantes. Alguns restaurantes também trazem mão de obra oriunda de Belterra. Infraestrutura turística: 11 restaurantes, 4 pousadas e 3 casas para alugar por temporada. Conta com uma empresa de turismo para eventos de aventuras.

A comunidade de Pindobal possui atrativos naturais com praias de areia branca e águas doces sendo excelentes para o turismo de sol e praia. Seus igarapés também figuram como atrativos de grande potencial turístico por suas belezas naturais, propiciando a observação de pássaros, animais silvestres e da vegetação típica da região. As águas claras são excelentes para a prática de mergulho de superfície e para a observação de peixes ornamentais e de plantas aquáticas. Além do patrimônio natural, existem também os monumentos históricos herdados pelos americanos, tais como: o vagão da época Ford e os resquícios dos trilhos que atualmente encontram-se em total abandono.

Fotografia 18 - Vagão da época Ford na praia de Pindobal: um patrimônio desperdiçado



Fonte: Costa 2017, 2018.

A comunidade está localizada na margem do Rio Tapajós na zona rural de Belterra, a uma distância de 9 km da sede. Não tem controle do número de visitantes. A gestão pública e da prefeitura municipal de Belterra. Nas observações em campo percebeu-se alterações nos recursos naturais como o excesso de ônibus que leva pessoas especialmente do município de Mojuí dos Campos para usufruir da praia (chegamos a contabilizar 11 ônibus em um único domingo) como mostra a fotografia 18. Não existe plano de manejo A infraestrutura para atender os turistas e precária necessitando da instalação de banheiros e que seja determinado um local para estacionamento para o grande número de visitantes. Não dispõe de Fiscalização continua para evitar o acúmulo de lixo e os usos de veículos na praia.

Fotografia 19 - a) Fluxo de ônibus na praia de Pindobal. b) Acúmulo de lixo na entrada da praia de Pindobal.



Fonte: Costa (2017).

Fonte: Costa (2017).

Devido à proximidade de acesso a partir de Alter do Chão é muito procurada pelos turistas para caminhadas, banhos, lazer, pesca e outras atividades. O local impressiona pelo volume de água em suas praias e pela riqueza do seu patrimônio natural. Os produtos turísticos associados ao atrativo são as atividades constantes no calendário de evento local, como o *Réveillon*, além de práticas esportivas e recreativas. Tem grande potencialidade para atividades relacionadas à prática do ecoturismo e lazer e entretenimento. Por outro lado, tem como fragilidade deficiência em relação à infraestrutura básica (saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo permanente, transportes regulares) e turística (mão-de-obra qualificada, armazenamento apropriado dos alimentos, informações turísticas). Existem conflitos entre barraqueiros e visitantes que tentam utilizar das barracas a margem do rio que foram construídas com recursos dos barraqueiros para o uso dos seus clientes. (denúncias, audiência pública).

Fotografia 20 - a) Placa sinalizando proibição de veículos na praia. b) Veículo na praia em desacordo com a lei municipal. c) Efeitos erosivos na areia da praia após o trânsito de veículos.



Fonte: Costa (2017).

De acordo com os entrevistados, nas comunidades estudadas existem vários eventos importantes que fazem parte do calendário festivo. Por este motivo, foi pertinente elaborar um quadro (9) a fim de, pontuar todas as festividades com datas e locais como mostra a seguir:

Quadro 9 - Calendário de eventos das comunidades pesquisadas

NOME	LOCAL	DATA INICIO	PROGRAMAÇÃO
Festiara	Comunidade de Aramaná	28 e 29 de julho	Apresentação das Iaras, mãe do Lago (Iara Loira) e mãe d'água (Iara Morena).
Festival do Licor	Comunidade do Cajutuba	2004 em outubro comunidade Cajutuba	Durante o evento acontece um torneio de futebol; escolha da Rainha do festival; derrubada do mastro; degustação de licor preparado por mãos hábeis e utilizando a diversidade de frutas colhidas na própria comunidade: cupuaçu, jenipapo, abacaxi e muruci; encerra com festa dançante
Festival da mandioca Responsabilidade da Secretaria de Educação e Cultura		Agosto 2005	Danças; encenação de lendas, vendas de produtos baseado na mandioca
Festival do Tucunaré	Comunidade do Pini (alto Tapajós)	Desde 1997 no 3º sábado de setembro	Manhã reunião de canoas enfeitadas e animadas; 09 as 12 piracaia de tucunaré na praia. Prêmio ao pescador que pescar maior tucunaré; Tarde: torneio de futebol Noite: cordão do Tucunaré após festa dançante (1500 pessoas)
Festival da pimenta do Reino	Comunidade Nova Canaã (Br163)	Desde 2001 3º sábado de setembro	Exposição de produtos e artesanato; variadas atrações culturais: música, poesia, debate com agricultores, dança, escolha da miss Pimenta, tradicional festa dançante, churrasco com molho de pimenta-do-reino, molho de tucupi, tacaca e caldo quente, torneio de futebol masculino e feminino 30 comunitários produtores de pimenta-do-reino.
Festival do Açaí Instituído por Lei Municipal 239, de 26 de maio de 2017	Comunidade de Piquiatuba	Segundo sábado de Novembro	

Fonte: elaborado por Costa (2018).

Quadro 10 - Empreendimentos e atividades turísticas em Belterra Aramaaná e Pindobal

BELTERRA		ARAMANAÍ		PINDOBAL	
Empreendimento	Atividade	Empreendimento	Atividade	Empreendimento	Atividade
Pousada Juvencia	Hotéis, restaurantes e similares	Pousada Sereia	Hotéis, restaurantes e similares	Pousada e Restaurante Katryne	Hotéis, restaurantes e similares
Pousada Bela Terra	Hotéis, restaurantes e similares	Aramanaí Turismo Ltda-ME Aratur Sereia pousada e restaurante	Passeios e Serviços de restaurante	Restaurante Cozinha na Brasa	Serviços de restaurante
Vandomar Leandro Lindem ME	Restaurante e similares	Aramanaí Turismo Ltda.-ME	Hotéis, restaurantes e similares	Restaurante Pindobal	Serviços de bar e restaurante
Jarlison Ricardo Ferreira dos Santos	Bar e lanchonete	Ana Amélia Pedroso	Bar		
Jozivane Sousa dos Santos Bar paraíso dos petiscos	Bar e restaurante	Ana Amélia Pedroso – Bar sem limite	Bares especializado em servir bebida		
Antônio Ocelio Nogueira Silva	Lanchonete e bar	Francicley Castro Silva	Serviços de restaurante		
Marinete Castro Silva	Lanchonete e comércio de produtos alimentícios em geral	Ozires Sulivan Castro Pedroso	Bar e comércio de mercadorias em geral		
Alex de Sousa Cajadoz	Bar				
Jeulleh Silva Lopes	Bar e comércio de mercadorias em geral				

Fonte: elaborado por Costa (2018).

Tabela 8 - Total da oferta hoteleira em Belterra (núcleo urbano), Aramaaná e Pindobal

Total de Pousadas	Un	Unidades habitacionais UH'S	Leitos
Beltterra Núcleo urbano	02	15	42
Comunidade de Aramaaná	01	06	24
Comunidade de Pindobal	03	17	51
Total	06	38	117

Fonte: elaborado por Costa (2018), a partir da Secretaria municipal de meio ambiente e turismo SEMAT (2017).

Muito embora a infraestrutura para atendimento aos turistas não esteja bem estruturada verificou-se que a mesma atende de forma satisfatória o público em visitação a essas localidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese foi desenvolvida no município de Belterra (PA) no núcleo urbano, e nas suas comunidades de Aramanaí e Pindobal, ambas inseridas na Área de Proteção Ambiental APA Aramanaí. Teve como objetivo principal analisar a relação entre as experiências de ecoturismo direcionadas para essas localidades e seus patrimônios culturais e naturais, cuja finalidade é colaborar para importantes reflexões acerca da gestão deste segmento no que diz respeito ao campo da disputa pelo poder e aos conflitos existentes.

Estudar o Ecoturismo e a sua relação com os patrimônios natural e cultural além da forma como ele é engendrado nessas localidades possibilitou um melhor conhecimento do lugar e como se dar a relação da atividade nos espaços onde ele ocorre.

Verificou-se que apesar da criação de políticas públicas de ecoturismo em prol do desenvolvimento local, por parte do poder público federal, estadual e municipal, ficou evidente com base nos resultados dessa pesquisa o desinteresse do poder municipal atual em desenvolver de forma efetiva as atividades eco turísticas, evidenciando certo descompasso entre as ações das esferas governamentais e o que ocorre na prática. Assim, Belterra é apenas mais um destino eleito como de “grande potencial turístico” no oeste do Pará e, por conseguinte, na Amazônia brasileira, mas que, sofre do mesmo mal que muitos outros devido ao uso político indiscriminado de seus patrimônios culturais e naturais para a composição de um discurso que pouco ou nada contribui para transformar a localidade em benefício do desenvolvimento regional sustentável, compreendido como (ambiental, econômico e social).

Para tal, é relevante preservar os bens patrimoniais (culturais e naturais) ali encontrados, dando-lhes uma melhor atenção, uma vez que a atividade eco turística para acontecer necessita deles, pois, eles são vistos como atratividade turística.

Saliente-se que nas localidades analisadas os patrimônios cultural e natural é um recurso ainda pouco usufruído apesar de que pode ser decisivo nas tendências de seu desenvolvimento ecoturístico que deve ser alicerçado nas particularidades culturais locais, as quais lhe ofertarão supremacia em relação a outras destinações. É relevante que as localidades apreendam que seus patrimônios cultural e natural são gradativamente enriquecidos e valorizados pela atividade turística, portanto sua organização e gestão deve ser priorizada pelos gestores municipais ao se considerar que a ela interessa os ganhos pela sua utilização como recurso econômico, o que não significa reduzi-lo a uma mercadoria mas reconhece-lo como um recurso histórico e nessa circunstância disponibilizá-lo para a sociedade que poderá dele usufruir.

Ademais, conceber o patrimônio cultural e natural como recurso econômico é proporcionar a geração de vantagens conquistadas com sua utilização que possibilitem melhorar a qualidade de vida da comunidade em que está posto. O patrimônio cultural e natural assim engendrado se constituirão em indutor do desenvolvimento econômico, social e cultural.

Belterra é detentora de vários patrimônios culturais e naturais. Entretanto é perceptível que a gestão municipal não tem preocupação com os mesmos. Se houvesse realmente iniciativas de desenvolver o ecoturismo e uma crença de que realmente essas ações seriam importantes para o município, para sua população pela ótica dos agentes políticos, já teria sido criada uma secretaria municipal de turismo. A ausência de priorização do ecoturismo é por que outras atividades estão sendo priorizadas como é o caso da desafetação da área da APA de Aramaná para criação de portos que pode até afetar esses patrimônios.

Durante a pesquisa de campo constatou-se que, dentre as comunidades investigadas Pindobal é a que tem o fluxo de turistas mais intenso. Nesta localidade não há a prática do segmento ecoturístico como é preconizado. O tipo de turismo praticado é exclusivamente o de sol e praia pouco benéfico, para não dizer prejudicial, como é o caso das excursões rápidas, em ônibus e carros lotados que enchem, as praias. Muita gente a ocupar todos os espaços sem dinamizar os equipamentos e os serviços, porque insuficientes, caros ou mesmo inacessíveis ao poder de compra de camadas sociais que frequentam o local.

Nos locais estudados a degradação desses patrimônios é decorrente de atividades agrícola e da especulação imobiliária, uma realidade cada vez mais anunciada. E para mitigar esses efeitos negativos, se faz necessário buscar arranjos entre todos os agentes sociais envolvidos na atividade eco turística de forma integrada e participativa para dar suporte necessário à sua preservação e conservação, pois, os mesmos são herança histórico-cultural herdada dos americanos que habitaram a região no passado.

Com relação à estrutura organizacional da gestão pública local, ficou evidente a sobreposição e limitação, sobre as atribuições e competências, ficando sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação Desportos e Cultura o papel de zelar por esses patrimônios. Já a gestão do “(eco)turismo” - e meio ambiente fica sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo. Mas, na visão da SEMAT existe duas divisões, uma de turismo e outra de Meio ambiente, que sentem dificuldade de se relacionarem, colocando em cheque o desenvolvimento das atividades. Contudo, ainda que se tenha pensado em uma divisão estrutural, é perceptível que existe uma indefinição sobre a competência e atribuição dos envolvidos.

Foi possível observar que a atividade turística ocorre guiada principalmente pelo viés econômico como parâmetro de desenvolvimento, sendo este o maior privilegiado enquanto que o ambiental, cultural e social e ficam em segundo plano.

Pôde-se observar que os agentes sociais que atuam com a atividade não recebem nenhum apoio do governo local e atuam com ações pontuais, por conta própria não havendo nenhum fomento por parte do setor público municipal mesmo havendo um planejamento estratégico iniciado na gestão passada (Plano Encontro) que deveria nortear as ações para o desenvolvimento integrado do turismo. Observou-se ainda o total desconhecimento a respeito da existência deste Plano no ato das entrevistas, quando os agentes sociais relataram que não tinham conhecimento sobre o mesmo.

Conforme exposto, ficou evidente na pesquisa de campo que a forma como estão sendo (desor) organizadas e implementadas as experiências de ecoturismo não possuem uma gestão participativa, por atuarem apenas como agentes econômicos em prol de um retorno financeiro imediatista. A venda de pacotes turísticos é comercializada em Alter do chão devido a atuação dos meios de comunicação no município de Belterra serem inexistentes.

Não existe uma série histórica de dados estatísticos sobre a evolução do (eco)turismo em Belterra e nas comunidades de Aramanaí e Pindobal, que permita uma análise de desempenho deste setor em médio prazo. Existem algumas pesquisas isoladas e dados fragmentados, mas não um conjunto sistematizado de informações sobre os mesmos indicadores, que tenha sido produzido de forma homogênea e que possibilitem análises qualitativas e quantitativas. A presença dos turistas é contabilizada esporadicamente por meio do registro em um livro deixado no centro de memória e no Centro de atendimento ao Turista (CAT) porém, não dispõe de pessoas para ficar aberto para visitação di aria.

Por outro lado,   importante ressaltar que o desenvolvimento acelerado, muitas vezes, se converte em crescimento desordenado, apesar dos esforços de planejamento e controle. As experiências dos grandes projetos na região amazônica mostram que essas iniciativas, quase sempre, geram sérios impactos sobre os recursos naturais e isso afeta negativamente a atividade turística, especialmente pelas mudanças que acarreta na paisagem.

A prática do Ecoturismo pressupõe a utiliza o sustentável dos destinos turísticos. O conceito de sustentabilidade, embora de difícil defini o, refere-se ao “desenvolvimento capaz de atender às necessidades da gera o atual sem comprometer os recursos para a satisfa o das gera es futuras”. Em uma abordagem mais ampla, visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza.

Com base na literatura verificou-se que geralmente o ecoturismo é conceituado como turismo ecológico ou qualquer atividade turística que utiliza o patrimônio natural como atrativo, como, por exemplo, atividades desenvolvidas por hotéis de selva ou na selva. Entretanto, entendemos que para ser ecoturismo alguns princípios básicos devem ser considerados:

- a) O atrativo eco turístico deve ser os patrimônios cultural e natural utilizados de forma integrada;
- b) Utilização sustentável e conservacionista dos atrativos;
- c) Envolvimento da comunidade (no planejamento com gestão participativa e comunitária das atividades eco turísticas);
- d) Forma ideal de funcionamento em pequenos grupos, respeitando a capacidade de carga e de suporte;
- e) Valorização (formação e capacitação) de mão de obra local;
- f) Conservação e valorização das atividades tradicionais do lugar;
- g) Respeito à identidade cultural e territorial do lugar.

Utilizar o patrimônio cultural e natural de forma sustentável representa a promoção de um turismo “ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a fragilidade que caracteriza muitas destinações turísticas” (OMT, 2005, p. 18).

Esse tipo de turismo pressupõe atividades que promovam a reflexão e a integração homem e ambiente, em uma inter-relação vivencial com o ecossistema, com os costumes e a história local. Deve ser planejado e orientado, visando o envolvimento do turista nas questões relacionadas à conservação dos recursos que se constituem patrimônio.

A distribuição dos benefícios resultantes das atividades eco turísticas deve contemplar, principalmente, as comunidades receptoras, de modo a colocá-las como protagonistas do processo de desenvolvimento da região.

Dessa forma, entendemos que o fluxo de turistas para Belterra e comunidades de Aramaná e Pindobal sofre influência de outros campos de relações, tais como o campo político incluindo os representantes do poder público e o campo econômico.

Nessa perspectiva, o campo são espaços sociais criados pelos agentes que nele se encontram envolvidos e se enfrentam por estabelecerem relações objetivas, tomadas de decisões, confronto, tensão, lutas, poder e disputas conforme a sua posição no campo de forças, haja vista, as transformações. Conforme relatado pelos agentes existem conflitos que são

gerados devido à ausência de comunicação, reuniões, falta de comprometimento, mobilização e participação em eventos relacionados aos interesses comum dos comunitários e planejamento das atividades relacionadas ao turismo.

É sabido que não se deve restringir o turismo e seus segmentos especialmente o ecoturismo sob o viés econômico, uma vez que, este perpassa diversas áreas do conhecimento, dentre elas, a Psicologia, a antropologia, a sociologia, a geografia, entre outras. E está comprovado que o Turismo é tema transversal que abrange o conjunto da sociedade, por meio de agentes econômicos e institucionais os mais diversos. Dessa forma, a grande tarefa é articular a todos em torno de um planejamento comum de trabalho, somada ao enfrentamento dos desafios que se apresentam nos locais estudados em qualificação infraestrutura e consciência da importância da atividade e sua relação com os patrimônios cultural e natural.

Com os resultados encontrados, a conclusão é que o segmento de ecoturismo bem planejado se constitui em uma importante opção para o desenvolvimento sustentável das localidades investigadas. As atividades de ecoturismo organizadas em consonância com o respeito ao meio ambiente cultural e cultural geram empregos e receitas e, conseqüentemente melhoram a qualidade de vida dos comunitários por outro lado à falta de planejamento adequado para o desenvolvimento da atividade pode trazer danos irreversíveis ao patrimônio cultural e natural dessa região.

Além disso, a análise apresentada pelo presente trabalho pretende oferecer informações auxiliares sobre o desenvolvimento do ecoturismo no município de Belterra e na Área de Proteção Ambiental APA de Aramanaí, com a implantação de uma política pública voltada ao desenvolvimento do município. Certamente, será uma contribuição significativa, já que são poucas as pesquisas realizadas em termos científicos e na academia em universidades da Amazônia Legal, neste sentido, ampliando-se, portanto, essa discussão que está tão em evidência.

Finalmente é interessante dizer que as futuras ações e programas de turismo com o fortalecimento de pesquisas acadêmicas sobre o assunto poderão realmente, aperfeiçoar suas estratégias desenvolvimentistas para o Estado, perpassando pelas questões social, cultural, econômica e ambiental, incluindo, de fato, o conhecimento de profissionais de várias áreas haja vista a atividade turística ser multidisciplinar.

Enfim, a análise sobre a relação do ecoturismo com o patrimônio cultural e natural e de Belterra e comunidades de Aramanaí e Pindobal conclui que é imprescindível estimular e priorizar, nestas localidades, um planejamento e maior controle da atividade ecoturística, de modo a inibir ou mitigar suas manifestações inconvenientes, indesejáveis e predatórias.

Se não houver determinação sobre a relevância em adotar uma postura conservacionista, não haverá legislação e fiscalização capazes de barrar a deterioração do patrimônio cultural e natural na área estudada.

Verificou-se que todos os investigados afirmam que ao trabalhar com o turismo tiveram aumento na renda e melhoria na qualidade de vida. Uns começaram a trabalhar no turismo após trabalhar com agricultura familiar na roça e outros por estarem desempregados.

Foi percebido que a gestão municipal não tem priorizado o setor de ecoturismo. Apesar de o município ter estado inserido em programas federais (PROECOTUR) estaduais (PRODETUR-PA) e municipais (Plano Encontro) de desenvolvimento do turismo. O que se pode observar são algumas ações pontuais dos próprios agentes sociais que atuam na atividade. Sendo que todos os respondentes foram unânimes em afirmar que precisam de apoio da gestão pública.

Diante da problemática apresentada se pode concluir que não existe a prática do ecoturismo no município de Belterra e suas comunidades (Aramanaí e Pindobal), pois, não são condizentes com seus pressupostos da proteção dos patrimônios cultural e natural. Outro fator detectado foi a inexistência das ações do poder público municipal nas localidades, fazendo com que muitos dos moradores desacreditem em qualquer melhoria para suas vidas e no próprio desenvolvimento de projetos.

Por fim, a cada agente implicado com a atividade condiz uma parcela de responsabilidade e, neste quadro, o setor de ecoturismo, líder mundial em movimentação de recursos e geração de empregos, que depende umbilicalmente de uma gestão eficiente, para que o ecoturismo considerado como um dos mais inteligentes instrumentos de viabilização econômica para o gerenciamento correto dos recursos naturais e culturais, oferecendo as populações locais uma alternativa digna de conquistar seu sustento e melhor qualidade de vida, ao mesmo tempo em que assegura às gerações futuras, o acesso aos legados da natureza, possa efetivamente constituir uma estrutura sólida, acessível e permanente, é preciso que esteja alicerçado em orientações coesas com o mercado, tecnologicamente ajustadas e democraticamente discutidas, de forma a ordenar apropriadamente as singularidades de cada ecossistema e de cada atributo da cultura das localidades estudadas.

REFERÊNCIAS

A. J. BURKART E S. MEDLICK, **Tourism: Past, Present and Future** (Londres: Heinemann, 1981), p. 39

ALIESTER MATHIESON E GEOFFREY WALL, **Tourism: Economic, Physical and Social Impacts** (Londres: Longman, 1982), p. 1

ALLEGRIANI C.Q.S. **Gestão do programa de uso público no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR – Um estudo de caso de implantação de sistema de cobrança de ingressos e serviços**. São Paulo; 1999 [Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo].

ALMEIDA, F. **O patrimônio cultural no planejamento e no desenvolvimento do território: os planos de ordenamento de parques arqueológicos**. Porto, 2005. Dissertação de Mestrado – Universidade do Porto. Faculdade de Arquitetura e faculdade de engenharia (FAUP)

AMORIM.A.T. Dos S. **A dominação norte-americana no Tapajós**. Santarém: Tiagão, 1995. *Annals of Tourism Research*. Vol. 11, p.353-74, 1984.

ARAÚJO, R. et al. **Estado e Sociedade na BR-163: desmatamento, conflitos e processos de ordenamento territorial**. In: CASTRO, E. (Org.). **Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão**. Belém: NAEA, 2008. p. 13-83.

AZEVEDO, S. de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação**. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 28. ed. Lisboa: Edições 70, 2006. 223p.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BARROS S.M. **Turismo, sociedade, meio ambiente e ecoturismo**. In: Lage BHG & Milone PC (orgs.). **Turismo – teoria e prática**. São Paulo: Atlas; 2000b. p. 85-93.

BECKER, B. **Pensando o Futuro da Amazônia: O Papel das Cidades em produzir para conservar**. In **Amazônia: natureza e Sociedade em Transformação**. Mateus (org.) São Paulo. Editora da USP, 2008.

BENI. M. **Política e estratégia de desenvolvimento regional. Planejamento Integrado do Turismo**. In: **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERRY N. **O Sentimento de Identidade**. São Paulo: Escuta. 1991

BOO, E. **Ecoturism: The Potent and Pitfalls**. Washington, DC: World Wildlife Found, 1990

BOO, E. **O Planejamento ecoturístico para áreas protegidas.** In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (Org.). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. 3. ed. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2001.

BOO, E. **The Ecotourism Boom: Planning for Development and Management.** Washington, 1992. (WHN Technical Paper Series. Paper #2.)

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do Espaço Turístico.** Bauru: EDUSC, 2002.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico.** São Paulo: EDUSC, 2002.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.**

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia.** Lisboa: Fim de século, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa/ Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: Crítica social do julgamento.** São Paulo/ Porto Alegre: Edusp/ Zouk, 2007.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO – MICT / MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo.** Brasília, 1994.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente ECOTURISMO: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia.** Texto elaborado por: Luiz Fernando Ferreira; Maria do Carmo Barêa Coutinho. Brasília: MMA/SCA/P_{ROECOTUR}, 2002. 52p.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente. II. Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal-PROECOTUR. III. FERREIRA, Luiz Fernando. IV. COUTINHO, Maria do Carmo ECOTURISMO: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia/ Texto elaborado por: Luiz Fernando Ferreira; Maria do Carmo Barêa Coutinho. Brasília: MA/SCA/P_{ROECOTUR}, 2002.**

BRASIL. **MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. Cadernos e manuais de segmentação:**

BRITO. D **Reforma do Estado e Sustentabilidade: a questão das instituições desenvolvimentistas da Amazônia.** In COELHO, M.C et Al. (org). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: UFPA/NAEA, pp.147-173, 2004.
Burkart, A. Medlik. S. *Tourism Past Present and Future*. Heinemann, London. 1974

CARVALHO, L. G. **Patrimônio cultural na Amazônia: inventários e intervenções (Org.)** Santarém:UFOPA,2013.

CASCINO, F. **Do turismo convencional ao ecolazer: análise dos fundamentos éticos e estéticos do lazer associado à natureza.** CEDEC: debates sócio ambientais, ano III, nº9, p. 08- 10, mar./jun., 1998.

CASTRO, W. C. **Análise espacial das mudanças na cobertura e uso da terra em Santarém e Belterra, Pará, Brasil**. Belém: UFPA/MPEG, 2008. Dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em ciências ambientais-PPGCA.

CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades Analíticas da Noção de Campo Social. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan.-mar. 2011. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> acessado em 20/04/2018

CAVALCANTE, M. B. **Ecoturismo no Brasil: visita a natureza**. *Mundo Jovem*, v 369, 2006. WESTER, D. **Como definir o ecoturismo**. In: LINDENBERG, K.; HAWKINS, D>E. (Org). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. Trad.; Leila Cristina de M. Darin, 5 ed. São Paulo: SENAC, 2005

CEBALLOS-LASCURAIN, Hector. **O ecoturismo como um fenômeno mundial**. IN: **LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald (orgs)**. *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Ed. Senac, 1995.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.282p.

CHUVA.M **Revista de História TOPOI**. Vol. 4, No. 7, jul.-dez. 2003, pp. 313-333.

COCCOSSIS, H./NIJIKAMP, H (1995). **Urban conservation and planning” in Planning for our cultural heritage**. Ashgate: p. 3-16

COHEN. E. **Alternative tourism: a critique**. *Tourism Recreation Research*, v. 12, n.2, p. 13-18, 1987.

COHENCA, D. **A expansão da fronteira agrícola e sua relação com o desmatamento detectado em imagens Landsat TM e ETM+ na região norte da BR-163, Pará entre os anos de 1999 e 2004**. 2005.59 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Lavras, Pós-Graduação em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Florestais, Lavras, 2005.

COOPER. C.; HAL. M; TRIGO.L. **Turismo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

COSTA, F. R. **Turismo e patrimônio cultural: interpretações e qualificação**. São Paulo: Editora Senac, 2009.

CROSBY,A.; MONEDA,A. **Desarrollo y gestión del turismo en areas rurales y naturales**. Madri: Cefat/Natour, 1996.

CURRY, Isabelle (org). **Cartas patrimoniais**.2 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DE LA TORRE, Oscar. **El Turismo, Fenômeno Social**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1992

DENKER. A F. M. **Métodos e técnicas da pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS.R. **Turismo e Patrimônio Cultural- recursos que acompanham o crescimento das cidades.** São Paulo. Saraiva, 2006.

DIEGUES. A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo, Hucitec, 1996.

E. ELIOT. **Travel**, em CMA Jornal, 2 de fevereiro, 1974, p.271

EDWARD INSKEEP, **Tourism Planning: An Integrated and Sustainable Development Approach.** (Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1991) p. 6

EMBRATUR/MMA. Diretrizes para uma política Nacional de Ecoturismo. Brasília, 1994.
Faria, Ivani Ferreira. 1998. "Turismo em área indígena: Projeto Tiquié". In: Vasconcelos, Fábio P. (Org). Turismo e Meio Ambiente. Fortaleza: FUNECE. 2000.

FENNEL, D. A. **Ecoturismo: uma introdução.** Trad. Inês Lohbauer. São Paulo: Contexto, 2002.

FERNANDES. S., CALLEFFO.M, WEN.F, BARBARINI.Cibele. **Centro de memória de Belterra: um espaço de reflexão para a comunidade. In: Patrimônio Cultural na Amazônia: inventários e intervenções .in Carvalho Luciana (org)Santarém/UFOPA, 2013**

FERREIRA Jr., Amarildo. **Entalhadores do Efêmero: a vida associativa na criação dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba.** Dissertação de Mestrado Núcleo de Altos estudos Amazônicos. 2012

FIGUEIREDO, S. J. L. **Espaços de cultura nas Cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação.** In: Silvio Lima Figueiredo. (Org.). Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional. Belém: NAEA/UFPA, 2008, v. 1, p. 105-121.

FIGUEIREDO, S. J. L.; NOBREGA, W. R. M.; BAHIA, M. C.; TAVARES, A. E. P. **Planificación y Gestión de las Visitas al Patrimonio Natural y Cultural y a los Atractivos Turísticos. Estudios y Perspectivas en Turismo,** v. 21, 2012, p. 355-371.

FIGUEIREDO, S. L. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia.** Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FIGUEIREDO, S., NÓBREGA, W. **Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro.** Org. Figueiredo, Nóbrega e Azevedo in Perspectivas contemporâneas de análise em turismo Belém. NAEA, 2015 pag. 11-37

FIGUEIREDO, Silvio L. **Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável: Alternativa para o desenvolvimento da Amazônia?** In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (org). O Ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. **O Ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia.** Belém: UFPA/NAEA, 1999

FOLHES, R. T.; MAGALHÃES, C. O.; MARIANELLI, G. S. **Mapeamento participativo socioambiental: a experiência da Área de Proteção Ambiental Aramanaí, no município de**

Belterra, Pará. In: SEMANA DE INFORMÁTICA, 4., 2007, Santarém; SEMANA DE GEOTECNOLOGIAS, 2., 2007, Santarém; ESCOLA DE SOFTWARE LIVRE, 1., 2007,

FONSECA, M. **O patrimônio em processo:** trajetória da política Federal de preservação no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: IPHAN, 2003

FORATTINI OP. **Qualidade de vida e meio urbano.** A cidade de São Paulo, Brasil. Rev. Saúde Pública 1991; 25(2): 75-86.

FOSTER, G. M. **As culturas tradicionais e o impacto de tecnologia.** São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zarhar Ed., 2006.

GALLIANO, A. Guilherme. **O método científico.** São Paulo: Harbra, 1979.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1994.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro. Ed. UFRJ; Iphan, 2002

GONZALES-VARAS, Ignacio. **Conservación de bienes culturales.** Madrid: Cátedra, 2003. p.44.

GOUVEIA N. **Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental.** Rev. Saúde e Sociedade 1999. 8(1) 29-61.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Estatísticas municipais do município de Belterra.** Belém: IDESP, 2011.

GRANDIN, G. **Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva.** Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GUIMARÃES NETO, R. B. 2000. **Artes da Memória, fontes orais e relatos históricos.** Revista História e Perspectiva, 23: 99-114

HETZER, D. (1965). **Environment, tourism, culture.** Links1: n.p

HIGGINS, B. R. "The Global Structure of the Nature tourism Industry: ecotourists, tours operators, and local businesses". Journal of Travel Research 35(2): 11-18.

HVENEGAARD, G. **Ecotourism, a status report and conceptual framework.** The Journal of Tourism Studies, 5, 2. (1994) 24-35.

INSKEEP, E. **Tourism Planning, Van Nostrand Reinhold.** New York. 1991

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geoestatísticas dos**

IPAM Amazônia. **O ICMS Verde como estratégia para o desenvolvimento sustentável nos municípios paraenses.** 2016

JAFARI. J. **Research and Scholarship: The Basis of Tourism Education**, em *Journal of Tourism Studies*. 1971 p.33-41.

JAFARI. Jafar, J Editor's Page. **Annals of Tourism Research**. 5(sp. issue), pp6-11.1977.

JORGE, O. **Arqueologia, Patrimônio e Cultura, Instituto Piaget**. <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 jul. 2015

KAUL. R.N (org.), **The Dynamics of Tourism: The Phenomenon** (Nova Delhi: sterling Publishers CO., 1985, p.2

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus, 2002.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. 1ªed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MACCANNEL. D. **The Tourist, A New Theory of the Leisure Class Macmillan**, London 1973.

MAGALHÃES, A. **Tecendo memórias: Gustavo Barroso e as escritas de si**. In: JORNADA DE ESTUDOS HISTÓRICOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA UFRJ (PPGHIS), 3., 2007, Rio de Janeiro. *Ars Historica: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História Social*, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: . Acesso em: 12 mar. 2017.

MAMEDE, Gladston. **Agências, Viagens e Excursões**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003.
marcos conceituais. Brasília, 2005.

_____. **Direito do Consumidor no Turismo**. São Paulo: Atlas, 2004.

MARX; ENGELS, 1975, p.35) MARX; ENGELS. **Manifesto do Partido Comunista**. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 12, n. 34, p. 7-46, set./dez. 1998.

MATHIESON. A, WALL, G. **Physical and Social Impacts**. Longman. London. 1982

MAXINE FEIFER, **Tourism in History: From Imperial Home to the present** (nova York: Stein and Day, 1985, p. 2

McINTOCH, R. W.; GOELDNER, C. R. & RITCHIE, J. R. B. 1995. **Tourism: principles. practices. Philosophie**. New York: John Wilwy & Sons.

MENESES, U.T.B. **O patrimônio cultural entre o público e o privado**. In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p.189-194.

MENESES. U.T.B Os “**usos culturais**” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAGIZI, E. et al. (org). *Turismo, paisagem e cultura*. São Paulo: ed. Hucitec, 1996.p.88-99.

MINAYO.M.C (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO – MICT / MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília,1994.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002

MOESCH. M. NOSCHANG. J. **Transposição das Noções Operatórias de Bourdieu: Habitus, Campo, Poder Simbólico para o Estudo da Memória Turística do Território**. IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.– Universidade Anhembi Morumbi - São Paulo, 2012

MOLINA E, Sergio. **Turismo e ecologia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. **Turismo: metodologia e planejamento**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. **Revista Tempus Actas de saúde coletiva** v .5 n.2 2011 pag,255-273 <http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/979/919> acessado em 20/04/2018

NEIL LEIPER, “**The Framework of Tourism: Towards a Definition of Tourism, Tourist, and the Tourist Industry**”, em *Annals of Tourism Research*, (6(4), outubro/dezembro, 1979, pp. 391 e 394

NEVES, Kedson Alessandri Lobo. **PECUÁRIA NA AMAZÔNIA E O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE**. Tese de Doutorado Programa de pós-graduação em Sociedade, Natureza e desenvolvimento. Santarém-Pa. 2017

NOBREGA, W. R. M. **Turismo e Políticas Públicas na Amazônia Brasileira: Instancia de Governança e Desenvolvimento nos Municípios de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará**. Tese de Doutorado Núcleo de altos estudos Amazônicos Programa de pós graduação em desenvolvimento sustentável do tropico úmido. Belém, 2012

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2000.ONU, 2017).

ORAMS, M.B. (1995). **Towards a more desirable form of eco-tourism**. *Tourism Management* 16(1): 3–8.

PALU, P. Le “**patrimoine naturel**” comme mode de gestion d’un paradoxe. In: LAMY, Y. (org.). *L’Alchimie du patrimoine*. Discours et politiques. Talence: Ed.

PARATUR. **Diagnóstico da Área e das Atividades Turísticas do Polo Tapajós– PA. / Ministério do Turismo.** Paratur. Belém: Expansão Gestão em Educação e Eventos, 2009.

PARATUR. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará.** Belém, 2014

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, Cultura e Turismo.** Campinas: Papyrus, 1995.

PEREIRA, I. C. N. **Estoque de biomassa e carbono florestal em unidades de paisagem na Amazônia:** uma análise a partir da abordagem metodológica Ecologia da Paisagem 2013. 177 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2013.

PEREIRA, J. C. M. **Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira.** 2012. 256 f. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2012.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo.** São Paulo. Senac, 2002.

POULOT, D. Uma história do patrimônio no Ocidente. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA. Inventário turístico municipal. Belterra, 2004

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA. Inventário turístico municipal. Belterra, 2008.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL – PROECOTUR. **Relatório do diagnóstico da operação turística no polo Tapajós – Calha Norte.** Belém, 2006.

PUTY, C. C. B. **Zoneamento Econômico Ecológico da BR-163: Relatório: Agricultura Empresarial Mecanizada.** 2006. Disponível em: <<http://www2.ufpa.br/cputy/wps.htm>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

RABAHY.W.A. **Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento.** Barueri, SP: Manole; 2003.
Recursos Naturais da Amazônia Legal. Rio de Janeiro: Diretoria de Geociências/IBGE, 2003.

RIBEIRO, Edinelza Macedo. **O futuro do ecoturismo: cenários para 2025.** Edinelza Macedo Ribeiro, Elimar Pinheiro do Nascimento (Coautor). 1ª ed. Curitiba: Appris, 2016

RODRIGUES, A. B. **Ecoturismo: limites do eco e da ética.** In: RODRIGUES, A. B. Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003

RODRIGUES, A.B. **Geografia do turismo:** novos desafios. In: VÁRIOS AUTORES. *Como aprender, como ensinar turismo.* São Paulo: Senac, 2001. (volume 1).

RODRIGUES, M. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987**. São Paulo: Editora da Unesp, 2000. 179p.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente**. CAMPINAS, SP: Papirus, 11^a. Ed. 2004 SANTOS, R. F. Planejamento Ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

RUSCHMANN, Doris V. M. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. 6^a ed. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 83
Santarém. Anais... Santarém: LBA, 2007. p. 181-182.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002. 384p.

SÃO PAULO (Estado). **Conhecer para conservar – as unidades de conservação do Estado de São Paulo**. São Paulo: Terra Virgem: Secretaria de Estado do Meio Ambiente; 1999.

SCIFONI, Simone. **OS DIFERENTES SIGNIFICADOS DO PATRIMÔNIO NATURAL**. Diálogos – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526866004>> ISSN 1415-9945 Acesso em 14 de janeiro de 2018

SERRANO C. **A educação pelas pedras: uma introdução**. In: Serrano C. A educação pelas pedras – ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos; 2000.

SEVERINO, A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, C. **A produção editorial no Sphan (1937-1967)**. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH, 14., Rio de Janeiro, 2010. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro, NUMEN, 2010. Disponível em: Acesso em: 12 mar. 2016.

SILVEIRA MAT. **Planejamento territorial e dinâmica local: Bases para o turismo sustentável**. In: Rodrigues AB. Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: Editora Hucitec; 2000. p. 87-97.

SILVEIRA, E. S. **Por uma Sociologia do Turismo**. Porto Alegre-RG: Zouk, 2007.

SMITH 1977 S.L.J. “**Defining Tourism: a supply side view**”. Annals of Tourism Research. Pg. 179-901977

SMITH S.L.J. **Tourism Analysis: A Handbook**, Longman, Harlow. 1989

SOBRAL. H. R. **O meio ambiente e a cidade de São Paulo**. São Paulo: Makron Books; 1996.

STEPHEN. L. J. **Smith, Tourism Analysis: A Handbook Londres: Longman Scientific & Technical**.1989, p.17.

STRAUSS, A., & Corbin, J. M. (1990). **Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques**. Thousand Oaks, CA, US: Sage Publications, Inc.

SUDAM. **Plano de Desenvolvimento da Amazônia**. PDA: 1994-1997. Belém, 1993.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: meio ambiente e economia**. Vol. 2. São Paulo: Aleph, 2000.

TALEB, RIFAI. **Message for World Tourism**. Day 2016, Secretary-General, World Tourism Organization(UNWTO)Http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/wtd_message_unwtosg_2016_1.pdf. Acesso em 15/10/2017.

THEOBALD, W. F. **Turismo global**. Org. Tradução Nana Maria Capovilla. Senac, São Paulo, 2002.

THEOBALD, William F. **Significado, âmbito e dimensão do turismo**. In: Turismo Global. 2ºed.. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

THIOLLENT, Michel J. M. **O Processo de Entrevista**. In: _____. Crítica metodológica, investigação social & enquete operária. São Paulo: Polis, 1987. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TRIGO, L. G. G, In **Turismo Global**. William F. Theobald (Org.); tradução Ana Maria Capovilla, Maria Cristina Guimarães Cupertino, João Ricardo Barros Penteado. 2ª. Ed. São Paulo: Ed. SENAC SP, 2002

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciência Social: A Pesquisa Qualitativa em Educação. O Positivismo, a Fenomenologia, O Marxismo**. São Paulo: Atlas S.A. 1994.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciência Social: A Pesquisa Qualitativa em Educação. O Positivismo, a Fenomenologia, O Marxismo**. São Paulo: Atlas S.A. 1994.

TURNER. L e ASH. J **The Golden Hordes: International Tourism and the Pleasure Periphery**. Constable. London. 1975

ULPIANO MENESES. **Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais**. In: YASIGI, Eduardo (org.). Turismo, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

UNESCO, 1985. **Patrimônio cultural no Brasil**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acesso em: 15 jun. 2013. <http://www.cultura.mg.gov.br/?task=interna&sec=3&con=368>

UNESCO. **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura**, reunida em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972, na sua décima sétima sessão UNESCO. Patrimônio cultural no Brasil. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

UNESCO.2017-international-year-of-sustainable-tourism disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/prizes-and-celebrations>. Acesso em 04/05/2017

UNITED NATIONS. **International recommendations for tourism statistics (IRTS) 2008**. Studies in methods. Series M n° 83. Rev 1. New York.

VERDUM, Ricardo. **Etnodesenvolvimento e Mecanismos de Fomento do Desenvolvimento dos Povos Indígenas: A Contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA)**. In:

LIMA, Antonio Carlos; BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contracapa/LACED, 2002, p.87-105.

VIANA, J da S.; FONSECA, M. G. **Expansão de estradas e desmatamento em unidades de conservação do município de Belterra, Pará**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO – SBSR, 14., Natal, 2009. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2009. p. 1573-1579.

WALLACE, G.N., & PIERCE, S.M. (1996). **An evaluation of ecotourism in Amazonas, Brazil**. *Annals of Tourism Research*, 23 (4), 843-873.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. 1ª ed. Brasileira. Barueri-SP: Manole, 2001.

WOOD, Robert. **Ethnic tourism, the state and cultural change in southeast Asia**.

YÁZIGI, E. (1999). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: uma esperança condicional**. São Paulo: Plêiade, 1998, 149 p.

ZANIRATO, S. **Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável**. *Rev. Bras. Hist.* Vol. 26 no. 51 São Paulo. 2006.

ZBIGNI MIECZKOWSKI, **World Trends in Tourism and Recreation** (Nova York: Peter Lang, 1990) p. 20.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Correspondência apresentando o trabalho

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO (PPGSND)**

Prezado Senhor (a),

Como discente do Doutorado em Sociedade Natureza e Desenvolvimento (SND) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), solicito sua colaboração no sentido de responder a esta questionário, cuja finalidade é única e exclusivamente a obtenção de dados para a pesquisa acadêmica científica para defesa de Tese e obtenção do título de Doutora, abordando o tema: “Relação entre as experiências de Ecoturismo implementadas em Belterra e APA de Aramaná com seus patrimônios Natural e Cultural”. Não é necessário se identificar e o nome da empresa e dos respondentes não será revelado. Sendo o que se apresenta para o momento, antecipadamente agradecemos toda atenção e colaboração que nos for dispensada.

Atenciosamente,

Pesquisadora Responsável

Erbena Silva Costa (93) 99122-4038

Doutoranda em Sociedade, natureza e desenvolvimento UFOPA

APÊNDICE B FORMULÁRIO DE ENTREVISTA ENTIDADES PÚBLICAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, NATUREZA E
DESENVOLVIMENTO PPG-SND

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA ENTIDADES PÚBLICAS

Prezado Sr. (a),

Solicitamos sua colaboração no sentido de identificar seu grau de conhecimento acerca dos fatores que interferiram e interferem na comercialização de produtos turísticos da localidade de Belterra e comunidades de Aramaná e Pindobal inseridas na APA de Aramaná. Este formulário de entrevista trata-se de uma pesquisa de tese de doutorado que poderá subsidiar ações de melhoria no município. Sua identidade não será revelada.

1. Nome _____

2. O Sr. (a) nasceu em Belterra? () Sim () Não Onde ? _____

3. Gênero () Feminino () Masculino

4. Idade _____ Há quanto tempo está trabalhando Na Instituição? _____

5. O Sr. (a) participou das discussões de criação da APA?

() Sim () Não Porquê? _____

6. Como se deu essa participação?

7. Que benefícios à implementação da APA trouxe para as comunidades locais?

8. Quais os bens/recursos naturais patrimonializados/ tombados no município?

9. Qual os patrimônios natural e cultural que são reconhecidos pela comunidade?

10. Que patrimônios fazem parte dos produtos turísticos comercializados?

11. Quais as formas maneiras pelas quais os patrimônios são incorporados nos produtos turísticos? _____

12. Que adaptações foram feitas aos patrimônios para que possam ser comercializados?

13. Quais os Impactos que o ecoturismo causa nas dinâmicas sócio econômicas?

14. Quais os Impactos que ecoturismo causa sobre os patrimônio natural e Cultural?

15. Na sua percepção está havendo especulações imobiliárias na área na Área de Proteção ambiental de Aramanaí? Comunidades de Pindobal e Aramanaí?

16. Na sua opinião de que forma o ICMS verde tem contribuído para a proteção do meio ambiente?

17. Existem no município e APA projetos de melhoria para o desenvolvimento do Ecoturismo?

() Sim () Não Se sim, quais?

18. Quantas famílias residem na APA?

Comunidade de Pindobal _____

Comunidade de Aramanáí _____

19. Existe algum projeto de restauro dos monumentos históricos em andamento?

20. A sua instituição apoia ou desenvolve alguma ação específica para o desenvolvimento do ecoturismo em Belterra e comunidades de Pindobal e Aramanáí na APA?

21. De que maneira o ecoturismo pode contribuir para que as comunidades da APA tenha um bom desempenho?

22. Como a sua instituição contribui para a conservação da APA?

23. Algumas sugestões e/ou observações que o Sr. (a) julgue necessária? _____

24. Quais as principais fontes de renda no município de Belterra e comunidades de Pindobal e Aramanáí? _____

25. Qual a população da Área urbana de Belterra? Como está distribuída a população total do município? _____

26. Como a atual gestão percebe a atividade turística? Há investimentos previstos para apoiar a atividade? _____

27. Os resquícios /material de ferro que estão na praia de Pindobal de acordo com literatura sobre patrimônio são importantes para a história local. Com a possibilidade de construção do Museu Ciência existe alguma ação prevista para o restauro dos mesmos? Fotos abaixo.

Agradeço pela atenção e retorno ao ora solicitado

APÊNDICE C - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA A ENTIDADES PÚBLICAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, NATUREZA E
DESENVOLVIMENTO PPG-SND

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA A EMPREENDEDORES

Prezado Sr. (a),

Solicitamos sua colaboração no sentido de identificar seu grau de conhecimento acerca dos fatores que interferiram e interferem na comercialização de produtos turísticos da localidade de Belterra. Este formulário de entrevista trata-se de uma pesquisa de tese de doutorado que poderá subsidiar ações de melhoria no município. Sua identidade não será revelada.

1. Nome _____

2. O Sr. (a) nasceu em Belterra? () Sim () Não Onde? _____

3. Tipo de negocio _____

4. Gênero () Feminino () Masculino

5. Idade _____ Há quanto tempo está trabalhando com turismo? _____

6. Antes de trabalhar com turismo, qual era a sua ocupação? _____

7. Por que começou a trabalhar com turismo? _____

8. Sua vida e situação financeira melhorou trabalhando com turismo?

() Sim () Não Como? _____

9. Qual o seu grau de escolaridade?

() Ensino fundamental completo () Ensino fundamental incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Médio incompleto () Superior completo () Superior incompleto () Pós-Graduando () Pós-Graduado

10. Nível de renda familiar:

() 2 - 4 salários () 04 - 06 salários () 06 - 08 salários () 08 - 10 salários () 10 - 12 salários () 12 - 14 salários () 20 salários.

11. Tem envolvimento com alguma organização social ou projeto ecológico?

() Sim () Não Qual? _____
 Que tipo de envolvimento? _____

12. Tem conhecimento do Polo Tapajós para desenvolver o turismo em Belterra e APA de Aramaná?

() Sim () Não

13. Se você pudesse opinar de forma individualizada, o que você sugeriria para os formuladores de políticas públicas inserirem como fundamental no seu planejamento para Belterra e APA Aramaná?

14. O que retiraria de Belterra e APA? _____

15. Para você, é importante a instalação de obras como indústrias em Belterra e APA de Aramaná?

Sim () () Não Porquê? _____

16. Na sua opinião qual o maior patrimônio de Belterra que atrai os turistas?

17. O Sr. (a) sabe se existem bens patrimonializados no município que precisam ser preservados?

Sim () () Não Quais? _____

18. Quais são os patrimônios naturais e culturais reconhecidos pela comunidade?

19. Quando o turista chega em Belterra e Apa o que ele procura conhecer?

20. O Sr. (a) acha que o turismo traz impactos negativos ou positivos para esses patrimônios? Quais?

21. O Sr. (a) tem percebido muita venda de terrenos em Belterra e APA?

Sim () () Não

22. Na sua opinião qual é o tipo de turismo que é praticado em Belterra?

Ecoturismo Turismo de natureza Turismo de sol e praia?

ANEXOS

ANEXO A – Carta convite para reunião conselho gestor da APA



Prefeitura Municipal de Belterra
CNPJ (MF) 01.614.112/0001-03
Secretaria Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo
SEMAT

Ofício Conv. Circ. nº058/15 – SEMAT/PMB

Belterra, 08 de Dezembro de 2015.

Às Entidades que compõem o Conselho Gestor – APA Aramanáí
Assunto: Convite para Reunião com Conselho Gestor da APA - Aramanáí.

Prezado Senhor,

Com os cumprimentos de estilo, vimos pelo presente convidar Vossa Senhoria para participar da reunião com os membros do Conselho Gestor da APA Aramanáí com a seguinte pauta:

- **Licenciamento dos loteamentos localizado dentro da APA Aramanáí;**
- **Projeto de Doutorado (Erbena);**
- **Barracas na Praia;**
- **BM Engenharia e Olavo das Neves (marina para descida dos jet ski);**
- **Eleição e Posse do novo Secretário Executivo do Conselho;**
- **Outros assuntos que vierem a ocorrer.**

O evento ocorrerá conforme discriminado abaixo:

Data: 16/12/2015

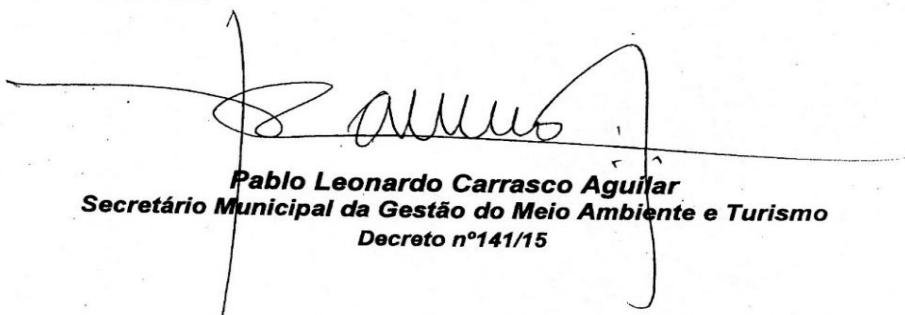
Horário: 09:00 hs

Local: Centro administrativo, Sala 10.

Endereço: Vila Americana, s/nº.

É de fundamental importância a presença de todos que fazem parte do Conselho Gestor da APA – Aramanáí nesta reunião.

Respeitosamente,


Pablo Leonardo Carrasco Aguilar
Secretário Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo
Decreto nº141/15

Vila Americana, s/n, Centro – Prefeitura: Fax: (93) 3558-1112
CEP: 68143-000 - Belterra – Pará.
belterra.semat@gmail.com

ANEXO B - Página livro de anotação de frequência utilizado no centro de memória e no CAT

Nome	Local/Instituição	Data	Nome	Local/Instituição	Data ²³
Flávia da Conceição de Fátima	MANAUS - AM	15.10.2017	Monica Saccarelli	São Paulo	24/10/17
LURPETE Gomes Afonso	Manaus. Am.	13/10/2017	Ana Luiza Abad	São Paulo	24/10/17
Maria Bernadete Viduani	Rio de Janeiro RJ	13/10/2017	Camille Saucou Lopez	Espanha (Islas Canarias)	" " "
Julio Mendes	" RJ	13/10/17	Wagner Ribeiro	" " "	" " "
Lucy Maria de C. Colares	Colindaya, MT	13/10/17	Nathalia Silveira	São Paulo	25/10/17
Sergio de C. do	Cocon. PR.	13/10/17	Kaure marcos Bray	Belo Horizonte / MG	26/10/17
Franciscones	Conoan. RJ	13/10/17	WANDER C GIBES	São Paulo	25/10/17
Michelle Henri	São Paulo / SP	17/10/17	Jennifer Wanderer	San Francisco, CA	10/25/17
Maria Giuglielmi	Fluorob.	17/10/17	Jane Wanderer	CHICO, CALIFORNIA	25 oct 17
Ana Aires	Santo Antonio (escola)	18/10/17	Leonardo Durimann Jr. Marx	Alter do Chão	25/10/17
Nathaly de Castro	Santo Antonio (escola)	18/10/17	Bélica Jardim	Rio de Janeiro	26/10/17
Ana Paula dos Anjos	Santo Antonio (escola)	18-10-17	Prof. José Wimmer	Rio de Janeiro	26/10/17
Dr. (Sra) Excedo	Salvador, BA	18-10-17	John Klein Sandy	Rio de Janeiro	26/10/17
Ryane Novais	Salvador, BA	18/10/17	Mary Aparecida Gomes	Rio de Janeiro	26/10/17
Vanusa de	Salvador, BA	18/10/17	Luiza Zaidon	Rio de Janeiro	26/10/17
Marysa Sobro Rocha	Jundiaí - SP	18/10/17	Marta dos Bomfim	Rio de Janeiro	26/10/17
Lorena Villalobos	Colômbia	18/10/17	LAYS UCHOA	ALTER DO CHÃO	26/10/17
Maria Vandelon	FRANCIA	18/10/17	LILIAN MILLER	Rio de Janeiro	26/10/17
Celia Galvani, D. de Oliveira	Medicilândia / PA	20/10/17	Franci T. dos	Rio de Janeiro - RJ	26/10/17
Celia da S. de	" "	20-10-17	Guacira Mital Brand	Rio	26/10/17
Arlete Soares de Moraes	Medicilândia	20/10/17	Diana G. Sanchez	STM	26/10/17
Silvia de Toledo	São Paulo - SP	21/10/17	Luana de Paula Leal	Rio de Janeiro	26/10/17
Vanessa Corro	Rio de Janeiro, RJ	24/10/17	Regina Helena Aguiar	RS	27/10/17
Regiane Maria Meade	Sumaré, MG	24/10/17	Fabiana Ferreira	MANAUS	27/10/17
Rosa Maria Vasconcelos	B.H. MA	24-10-17	Renata Brucagnum	STM	27/10/17
Berlinda Reed	Berlém - PA	24/10/17	Caro Crista Torres Ferreira	Manaus/AM	27/10/17
Márcia Ribeiro	Belém - PA	24/10/17	Albetto	Manaus	27.10.17
Elean Nans - Regli	Holland	24/10/17	Carolina Cassiano	MANAUS/AM	27.10.17
Stephan Maus	Holland	24/10/17	Rosângela H. Saalfeld	São Paulo, RJ	27/10/17
Miriam L. Krummer	Holland	24/10/17	José Carlos Araújo	Pelotas - RS	27/10/17
Paul L. Krummer	Holland	24/10/17	Direcia Medeiros	Pelotas - RS	27/10/17
Janet Obaid	São Paulo	24/10/17	Roni Born Hilbrus	São Lourenço do Sul, RS	"
Alia Djad	São Paulo	24/10/17	Maria Joleia de Faria	Jaguaraó / RS	27.10.17

Fonte: Costa (2017).

ANEXO C - LEI ESTADUAL A CERCA DAS CASTANHEIRAS

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte a castanheira (*Bertholletia excelsa* H.&.B), no Estado do Pará, conforme o disposto nos artigos 1º, § 2º, II, 3º, 4º e 7º da Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, fica permitido o aproveitamento sustentável do fruto da castanheira (*Bertholletia excelsa* H.&.B).

Art. 2º A supressão total ou parcial da castanheira (*Bertholletia excelsa* H.&.B) só será admitida mediante prévia e expressa autorização do órgão ambiental competente e do proprietário ou possuidor do imóvel, quando necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou de relevante interesse social, bem como em caso de iminente perigo público ou comum ou outro motivo de interesse público.

§ 1º Na hipótese da supressão prevista neste artigo, os responsáveis serão obrigados ao imediato replantio do número de árvores igual ao triplo das abatidas.

§ 2º Nas áreas urbanas, a autorização de que trata este artigo poderá ser concedida pelo órgão municipal competente, observados os parâmetros estabelecidos em lei.

§ 3º Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar sobre a ocorrência de coleta, processamento e comercialização ilegal da madeira ou do fruto da castanheira (*Bertholletia excelsa* H.&.B), caso em que a autoridade competente deverá adotar imediatas providências, sob pena de responsabilidade.

Art. 3º (VETADO)

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 4º (VETADO)

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 5º As empresas instaladas ou a se instalarem no território paraense que visem o aproveitamento do fruto da castanheira (*Bertholletia excelsa* H.&.B), são obrigadas a promover as medidas necessárias à preservação e conservação da espécie, bem como manter registro permanente e atualizado junto ao órgão ambiental competente.

§ 1º (VETADO)

§ 2º As empresas referidas neste artigo, quando devidamente registradas junto ao órgão competente, ficarão autorizadas a marcar seus produtos com o selo especial contendo a inscrição “amigos da castanheira”.

Art. 6º O descumprimento dos preceitos desta Lei e as demais condutas e atividades direta ou indiretamente, consideradas lesivas à castanheira (*Bertholletia excelsa* H.&.B) ou aos maciços de castanhais sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, as sanções penais, civis e administrativas, previstas no Capítulo XIV, do Título V, da Lei Estadual nº 5.887, de 9 de maio de 1995, independentemente da obrigação de reparar o dano.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias, a contar da data de publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 1º de agosto de 2006.

SIMÃO JATENE

Governador

do estado

DOE Nº. 30.738, de 03/08/2006.

ANEXO D – Contrato de concessão financeira BNDES e AMA Brasil



CONTRATO DE CONCESSÃO DE COLABORAÇÃO FINANCEIRA NÃO-REEMBOLSÁVEL Nº 14.2.0027.1 QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES E A ORGANIZAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – AMA BRASIL, COM A INTERVENIÊNCIA DE TERCEIROS, NA FORMA ABAIXO:

1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos
Cidade do Rio de Janeiro
3947179 - 1875735
Custos R\$
Total 895,91
01/12/2015
11/12/2015
Registrado e Digitalizado em 01/12/2015

O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, neste ato denominado simplesmente BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta Cidade, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes abaixo assinados;

e

a ORGANIZAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – AMA-BRASIL, doravante denominada BENEFICIÁRIA, associação de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Joaquim Floriano, 733, 3º andar, conjunto 3-A, Itaim, CEP 04.534-012, inscrita no CNPJ sob o nº 06.056.498/0001-90, por seus representantes abaixo-assinados, e, comparecendo, ainda, como INTERVENIENTES, o ESTADO DO PARÁ, neste ato representado por seu Governador, o Sr. Simão Robison Oliveira Jatene, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.309.042-91, portador da carteira de identidade nº 3438331 - 2ª via - SSP-PA, residente e domiciliado na Estrada da Ceasa, conjunto residencial Jardim Itororó - Quadra K-7, nº 15, bairro Curió Utinga, CEP 66.610-000, na cidade de Belém, Estado do Pará, e o MUNICÍPIO DE BELTERRA, neste ato representado por sua Prefeita, a Sra. Dilma Serrão Ferreira da Silva, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF/MF sob o nº 442354021-34, portadora da carteira de identidade nº 2460853, residente e domiciliada na Travessa Vereador Manoel Mota nº 34 - Centro, na cidade de Belterra, Estado do Pará; têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:



Maria Fernanda Mitchell
Advogada

- 3027
2015
185399



Contrato de Colaboração Financeira Não-Reembolsável nº 14.2.0027.1, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental - Ama Brasil, com a Interveniência do Estado do Pará e do Município de Belterra

PRIMEIRA

NATUREZA, VALOR E FINALIDADE DO CONTRATO

O BNDES concede à BENEFICIÁRIA, por este Contrato, colaboração financeira não-reembolsável no valor de até R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais), destinada à revitalização do centro histórico do Município de Belterra - PA, por meio do restauro de edificações históricas e implantação de equipamentos culturais e científicos, doravante denominado simplesmente Projeto Cultural, dividido em 6 (seis) subcréditos, nos seguintes valores e finalidades:

I – Subcrédito "A": até R\$ 5.338.083,35 (cinco milhões, trezentos e trinta e oito mil, oitenta e três reais e trinta e cinco centavos), destinado à reconstrução e implantação do Museu de Ciências (antigo Hospital Henry Ford), à restauração do Alojamento da antiga EMBRAPA e de duas caixas d'água históricas, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC do Ministério da Cultura;

II – Subcrédito "B": até R\$ 1.544.882,03 (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e dois reais e três centavos), destinado à restauração da Casa nº 01 (antiga casa de Henry Ford), no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC do Ministério da Cultura;

III – Subcrédito "C": até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinado à realização de inventário da fauna e da flora da região de Belterra no âmbito da área denominada 'Bosque', no âmbito do BNDES Fundo Cultural;

IV – Subcrédito "D": até R\$ 246.975,92 (duzentos e quarenta e seis mil, novecentos e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos), destinado à implantação da museologia do Museu de Ciências, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC do Ministério da Cultura;

V – Subcrédito "E": até R\$ 2.669.041,68 (dois milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, quarenta e um reais e sessenta e oito centavos), destinado à atualização monetária dos usos previstos no subcrédito "A", no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC do Ministério da Cultura; e

VI – Subcrédito "F": até R\$ 501.017,02 (quinhentos e um mil, dezessete reais e dois centavos), destinado à atualização monetária dos usos previstos no subcrédito "B", no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC do Ministério da Cultura.



Maria Fernanda Mitchell
Advogada



Contrato de Colaboração Financeira Não-Reembolsável nº 14.2.0027.1, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental - Ama Brasil, com a Interveniência do Estado do Pará e do Município de Belterra

SEGUNDA

DISPONIBILIDADE

A colaboração financeira será posta à disposição da BENEFICIÁRIA, parceladamente, depois de cumpridas as condições de liberação referidas na Cláusula Sexta, em função das necessidades para a realização do Projeto Cultural, respeitada a programação financeira do BNDES, que está subordinada à definição de recursos para suas aplicações, pelo Conselho Monetário Nacional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

No momento da liberação do valor de cada parcela da colaboração financeira referente aos subcréditos "A", "B", "D", "E" e "F" serão efetuados os débitos determinados por lei e os autorizados contratualmente pela BENEFICIÁRIA. O saldo total remanescente dos recursos à disposição da BENEFICIÁRIA será imediatamente transferido para a CONTA CAPTAÇÃO a ser fornecida pelo Ministério da Cultura, para posterior transferência para outra conta corrente, doravante denominada CONTA MOVIMENTO, também a ser fornecida pelo Ministério da Cultura, para a livre movimentação dos recursos captados para o Projeto Cultural.

PARÁGRAFO SEGUNDO

No momento da liberação do valor de cada parcela da colaboração financeira referente ao subcrédito "C" serão efetuados os débitos determinados por lei e os autorizados contratualmente pela BENEFICIÁRIA. O saldo total remanescente dos recursos à disposição da BENEFICIÁRIA será imediatamente transferido para a conta corrente nº 45.035-9, que a BENEFICIÁRIA possui no Banco do Brasil (nº 001 Agência nº 2807-X, específica para a movimentação dos recursos captados para o Projeto Cultural.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O valor de cada parcela da colaboração financeira a ser colocada à disposição da BENEFICIÁRIA será mantido na unidade monetária real (R\$) e não sofrerá alteração até a sua efetiva liberação

PARÁGRAFO QUARTO

O total dos recursos deve ser utilizado pela BENEFICIÁRIA no prazo de até 30 (trinta) meses, a contar da data de assinatura deste Contrato, sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, estendê-lo mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro.



Maria Femenide Mitchell
Advogada

Página 3 de 19

- 3 DEZ 2015 13:53:39

TÍTULOS E DOCUMENTOS



Contrato de Colaboração Financeira Não-Reembolsável nº 14.2.0027.1, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental - Ama Brasil, com a Interveniência do Estado do Pará e do Município de Belterra


TERCEIRA

OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA BENEFICIÁRIA

Obriga-se a BENEFICIÁRIA a:

- I. cumprir, no que couber, até final liquidação deste Contrato, as "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", aprovadas pela Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, parcialmente alteradas pela Resolução nº 775, de 16.12.1991, pela Resolução nº 863, de 11.3.1996, pela Resolução nº 878, de 4.9.1996, pela Resolução nº 894, de 6.3.1997, pela Resolução nº 927, de 1.4.1998, pela Resolução nº 976, de 24.9.2001, pela Resolução nº 1.571, de 4.3.2008, pela Resolução nº 1.832, de 15.9.2009, pela Resolução nº 2.078, de 15.3.2011, pela Resolução 2.139, de 30.8.2011, pela Resolução nº 2.181, de 8.11.2011, pela Resolução nº 2.556, de 23.12.2013, pela Resolução nº 2.558, de 23.12.2013, pela Resolução nº 2.607, de 8.4.2014, e pela Resolução nº 2.616, de 6.5.2014, todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29.12.1987, 27.12.1991, 8.4.1996, 24.9.1996, 19.3.1997, 15.4.1998, 31.10.2001, 25.3.2008, 6.11.2009, 4.4.2011, 13.9.2011, 17.11.2011, 24.1.2014, 14.2.2014, 6.5.2014 e 3.9.2014, respectivamente, cujo exemplar é entregue, neste ato, à BENEFICIÁRIA, a qual, após tomar conhecimento de todo o conteúdo do mesmo, declara aceitá-lo como parte integrante e inseparável deste Contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos;
- II. executar e concluir o projeto ora financiado no prazo de até 34 (trinta e quatro) meses, a contar da data de assinatura deste Contrato, sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, estendê-lo mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro;
- III. aplicar os recursos que lhe forem transferidos pelo BNDES exclusivamente na finalidade de que trata a Cláusula Primeira, observado o esquema previsto no Quadro de Usos e Fontes aprovado pelo BNDES, comprometendo-se a não alterá-lo sem prévia concordância do BNDES;
- IV. movimentar os recursos liberados pelo BNDES exclusivamente por meio das contas correntes mencionadas na parte final dos Parágrafos Primeiro e Segundo da Cláusula Segunda;
- V. aportar, em sua totalidade, os recursos necessários à cobertura de eventuais insuficiências ou acréscimos do orçamento global do Projeto Cultural, que se fizerem necessários à sua completa execução, inclusive nos que diz respeito à insuficiência dos recursos previstos na Cláusula Primeira;
- VI. incorporar às contas correntes mencionadas na parte final dos Parágrafos Primeiro e Segundo da Cláusula Segunda, na hipótese de investimento dos recursos nelas depositados enquanto não aplicados no Projeto Cultural, o resultado desse investimento, devendo tais recursos ser remunerados, no mínimo, conforme as taxas de mercado de operações financeiras, estando sua utilização condicionada à prévia aprovação pelo BNDES;




 Maris Femenide Mitchell
 Advogada

ANEXO E – E-mail recebido BNDES atendendo pedido de informações

08/01/2018

Email – escstm@hotmail.com

Pedido de Informação 99903000650201703

sic@bndes.gov.br

seg 08/01/2018 16:47

Para:escstm@hotmail.com <escstm@hotmail.com>;

Prezada Erbena,

Em atenção ao seu pedido de informação nº 99903000650201703, esclarecemos que o BNDES aprovou o apoio financeiro à AMA-BRASIL no valor de R\$ 10,5 milhões destinados a diversos investimentos no município de Belterra, visando revitalizar seu Centro Histórico ("Vila Americana"). O projeto se encontra em fase de implantação, já tendo sido concluídos a reforma das caixas d'água históricas e o restauro do alojamento para pesquisadores, anteriormente utilizado pela EMBRAPA.

O investimento mais relevante desse projeto é implantação do Museu de Ciências, localizado na área do antigo Hospital Henry Ford. O museu conta com parceria do Instituto Butantan e do Museu Emílio Goeldi bem como do Governo do Estado do Pará. O início das obras sofreu um atraso em função da exigências do IPHAN e da necessidade de aprovação das respectivas mudanças no Programa Nacional de Cultura (PRONAC). No momento, tais questões já se encontram superadas e a beneficiária, AMA-BRASIL está promovendo a licitação para escolha da construtora que será responsável pelas obras. A expectativa é de que esse processo seja finalizado em janeiro de 2018 e que as obras sejam iniciadas em fevereiro.

Em caso de dúvida ou esclarecimentos adicionais, solicitamos contatar o SIC/BNDES pelo e-mail sic@bndes.gov.br.

Esta demanda será encerrada no [e-SIC](#) e, no caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa de acesso, poderá ser apresentado recurso ao Comitê da Lei de Acesso à Informação do BNDES, no prazo de dez dias, contados da ciência da decisão.

Atenciosamente,

Serviço de Informação ao Cidadão



"O remetente desta mensagem é responsável por seu endereçamento, seu conteúdo e seus anexos. Cabe a seus destinatários, inclusive aqueles copiados na mensagem, tratá-la adequadamente, com observância da legislação em vigor e dos normativos internos do BNDES, quando cabível. São proibidas, sem a devida autorização, a sua divulgação, reprodução e distribuição. A inobservância das proibições será passível de aplicação de sanções cíveis, criminais e disciplinares, quando cabíveis. Se você recebeu esta mensagem indevidamente, antes de removê-la de sua caixa postal, solicita-se o reenvio ao remetente, informando o ocorrido."

"The sender of this message is responsible for its addressing, contents and attachments. The receiver, including those copied in the message, is obliged to use it properly, in compliance with the law in effect and the BNDES' internal rules, if applicable. It is prohibited to disclose, reproduce and distribute e-mail messages without due consent. Failure to obey these instructions may give rise to civil, criminal or disciplinary measures, if applicable. If you have improperly received this e-mail, we kindly request you to forward the message to the sender stating the error prior to deleting it from your inbox."

ANEXO F – Ação ajuizada MPPA sobre desafetação área da APA Aramanaí para construção porto.



PROMOTORIA DE JUSTIÇA AGRÁRIA DE SANTARÉM
 PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO
 CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE SANTARÉM

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUÍZ DE DIREITO DA __ VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM/PA

Ref. Notícia de Fato nº 005320-031/2017-MPE/PA

“É importante enfatizar que a degradação do ambiente mata a natureza, ainda que em doses homeopáticas. É a mesma figura da injustiça de Piero Calamandrei: pequenas injustiças, por serem agressões menores a esse valor perene, não deixam de sacrificar o ideal do justo. O que é aparentemente inócuo – a construção de um ranchinho à beira do rio – adquire relevância na sucessão de outras edificações. Cada qual a ensinar a devastação da mata ciliar. Cada qual a exigir um esgoto clandestino, arremessado in natura ao rio. Aquilo que era fonte de vida, passa a ser canal transmissor de enfermidades e de morte. Se a educação ambiental foi insuficiente para refrear o uso insensato da natureza, só a sanção da Justiça é que fará com que as pessoas jejunas em proteção ambiental, aparentemente ingênuas, deixem de ser as saúvas demolidoras da biodiversidade. Aos poucos, aos aparentemente inócuos ataques, a devastação se amplia. A demolição do rancho, a regeneração da área devastada, constituem solução natural para o ambiente malferido. Mais do que isso, deve servir de exemplo para os demais ocupantes das margens do Piracicaba, igualmente obrigados a tais providências saneadoras”. (Desembargador Renato Nalini, do Tribunal de Justiça de São Paulo).

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, por meio de suas representantes que ao final subscrevem, no exercício das funções institucionais e alicerçadas nos artigos 127, caput, 129, inciso III, e 231, § 5º, da Constituição Federal; artigos 1º, incisos I, III e IV; 2º; 3º; 5º, caput; e 12 da Lei nº 7.347/85, vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, propor a presente

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA
 com pedido de tutela de urgência**

em face de

- 1 – **MUNICÍPIO DE BELTERRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF n. 01.614.112/0001-03, com sede à Vila Americana, nº 45, Bairro Centro, CEP 68.143-000, Município de Belterra/PA;
- 2 - **ESTADO DO PARÁ (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE)**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n. 05.054.861/0001-76, com sede na Rodovia Augusto Montenegro, km 09, Coqueiro, 66.823-010, Belém/PA;

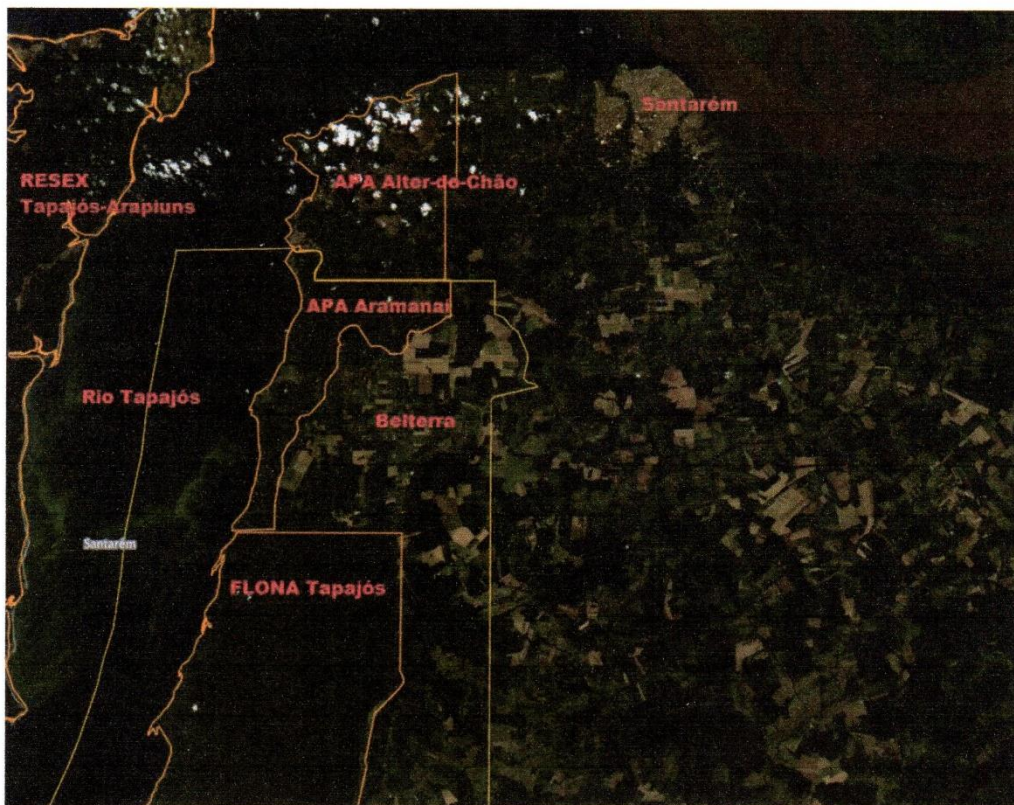
A presente Ação Civil Pública tem por objeto:

- a) **OBRIGAÇÃO DE FAZER:** a.1) Realização de estudos técnicos dos impactos ambientais da redução da APA considerando o complexo de unidades de conservação adjacentes; a.2) Realização de Consulta Pública com participação efetiva e plural da sociedade civil para debater os impactos de alteração dos limites da Área de Proteção Ambiental Aramaná, localizada às margens do Rio Tapajós, na Gleba Antiga Concessão de Belterra, em terras pertencentes à União, inserida nos assentamentos de reforma agrária federais PAE Aramaná e PAE Pindobal e, em parte, na zona de amortecimento da Floresta Nacional do Tapajós, fazendo divisa ao norte com a APA Alter-do-Chão e ao sul com a FLONA Tapajós, Município de Belterra/PA, envolvendo as comunidades inseridas na APA Aramaná, PAE Aramaná e Pindobal e Flona Tapajós; a.3) Implementação do Plano Diretor de Gestão Ambiental da Área de Proteção Ambiental Aramaná, contemplando o respectivo Plano de Manejo e o Zonaeamento Ecológico-Econômico;
- b) **OBRIGAÇÃO DE NÃO-FAZER:** Não emitir licença ambiental ou suspender qualquer licenciamento ambiental, em trâmite ou futuros, na Área de Proteção Ambiental Aramaná, bem como da área recentemente desafetada, até que seja implementado o Plano Diretor de Gestão Ambiental da Área de Proteção Ambiental Aramaná, incluindo o respectivo Plano de Manejo e o Zonaeamento Ecológico-Econômico; bem como observar os Planos de Uso dos assentamentos de reforma agrária PAE Aramaná e PAE Pindobal sobrepostos a área da APA antes de emitir licença ambiental; e

1. DOS FATOS

Em 30 de maio de 2003, o Município de Belterra criou, por meio da Lei nº 097/2003, a Área de Proteção Ambiental Aramaná, às margens do Rio Tapajós, com uma área total de 10.985,00 ha (dez mil, novecentos e oitenta e cinco hectares), localizada às margens do Rio Tapajós, na Gleba Antiga Concessão de Belterra, em terras pertencentes à União, totalmente inserida nos assentamentos de reforma agrária federais PAE Aramaná e PAE Pindobal e, em parte, na zona de amortecimento da Floresta Nacional do Tapajós, fazendo divisa ao norte com a APA Alter-do-Chão e ao sul com a FLONA Tapajós (fls. 204/207). O Plano Diretor do Município de Belterra, Lei Municipal nº 131/2007, também estabeleceu essa área como Unidade de Conservação (fl. 108).

A região de Aramaná, localizada na beira do Rio Tapajós, próxima às cidades de Belterra e Santarém e da Vila de Alter-do-Chão, é de notável interesse turístico e imobiliário exatamente por seus atrativos ecológicos e de recursos naturais, contando com uma extensa área balneária, cortadas por dezenas de igarapés, presença de vegetação nativa, além da existência de comunidades locais há gerações.



Na perspectiva de proteger as riquezas naturais e promover a ordenação da ocupação humana, a Lei Municipal nº 097/03 indicou como objetivos da APA Aramaná (art. 3º):

- I) Ordenar a ocupação de terras e promover a proteção dos recursos abióticos e bióticos dentro de seus limites, de modo a assegurar o bem-estar das populações humanas que aí vivem, resguardar ou incrementar as condições ecológicas locais e manter paisagens e atributos culturais relevantes;
- II) Fiscalizar a prática de atividades esportivas, culturais, científicas e de turismo ecológico, bem como as atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental;
- III) Dar ênfase às atividades de controle e monitoramento ambiental, de modo a permitir, acompanhar e disciplinar, ao longo do tempo, as interferências no meio ambiente;
- IV) Fomentar a educação ambiental, a pesquisa científica e a conservação de valores culturais, históricos e arqueológicos; e
- V) Proteger a diversidade biológica, os recursos hídricos e o patrimônio natural, assegurando o caráter sustentável da ação antrópica na região com particular ênfase na melhoria das condições de sobrevivência e qualidade de vida dos habitantes da APA e entorno.

Para cumprir tais objetivos, a Lei Municipal nº 097/03 designou a Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Belterra a supervisão, administração e fiscalização da APA Aramaná,

com a colaboração de entidades públicas e privadas, além da criação do Conselho Gestor da APA e de grupos técnicos, para apoiar a implantação do Plano Diretor de Gestão Ambiental, contemplando o Plano de Manejo e o Zoneamento Ecológico-Econômico, como instrumentos de gestão desta Unidade de Conservação (art. 2º).

Mesmo após 14 anos da criação da APA Aramanai, não há previsão de implementação do Plano Diretor de Gestão Ambiental, bem como os seus respectivos Plano de Manejo e o Zoneamento Ecológico-Econômico, em flagrante prejuízo às políticas públicas ambientais, na ocupação desordenada e com impacto direto na qualidade de vida da população local.

Por outro lado, chegou a conhecimento da Promotoria de Justiça Agrária de Santarém de que a Prefeitura Municipal de Belterra enviou para a respectiva Câmara de Vereadores projeto de lei visando a redução da área da APA Aramanai e que tal projeto teria sido aprovado sem a ampla discussão com as comunidades e sem os estudos técnicos que embasassem os impactos da desafetação (fls. 06/07).

A justificativa apresentada pelo atual Prefeito de Belterra era de que a APA não gera desenvolvimento ao Município e aos moradores; que os moradores não podiam regularizar suas áreas e suas atividades; que a porção desafetada não geraria prejuízos ambientais; que estava atendendo o desejo de moradores que se manifestaram em reunião na Comunidade Porto Novo pela revisão dos limites da APA e que a Comunidade Porto Novo, contemplada com a desafetação, tinha vocação portuária (fls. 24/25).

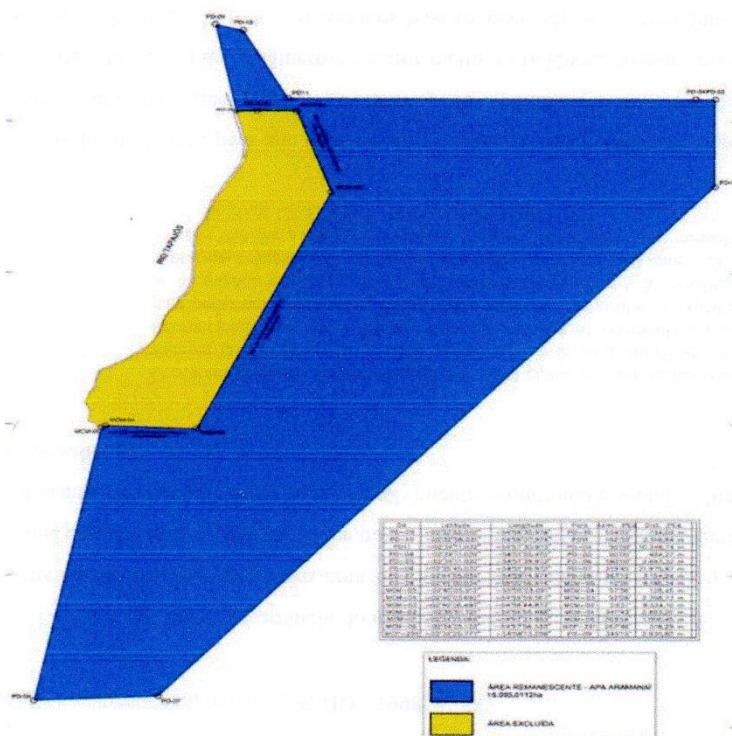
Oficiada quanto às razões que levaram a promoverem a desafetação e os estudos que a embasaram, o Município de Belterra informou, em síntese, que (fls. 190/199):

- a) Toda a extensa orla fluvial de Belterra está inserida na FLONA Tapajós ou na APA Aramanai;
- b) Que há fiscalização na área da FLONA pelos órgãos de fiscalização da União, mas que o mesmo não ocorre no interior da APA, pela omissão do órgão ambiental estadual em fiscalizar e licenciar a instalação de qualquer empreendimento necessário;
- c) Que tal situação fez com que as comunidades localizadas no interior da APA começassem a discutir a existência da mesma e que a gestão atual, atendendo o apelo dos munícipes e das comunidades, e após ouvir o Conselho Gestor da APA, enviou Projeto de Lei nº 237/07 e aprovada em 2 de maio de 2017 pela Câmara Municipal para alterar os limites da APA, conforme documentos anexos;
- d) Que o critério legal exigido para fins de alteração de limites da APA foi atendido, que é mediante lei; e
- e) Que quanto à real utilização da área, não há nada definido, havendo apenas especulação, cabendo o licenciamento ocorrer no órgão ambiental competente.

Da leitura dos documentos apresentados pela Prefeitura, nota-se que o Conselho Gestor da APA, em reunião do dia 24 de abril de 2017, aprovou, sem nenhum procedimento de consulta pública ou estudo técnico, a desafetação da APA, sob a justificativa de destinar essa área como zona portuária, por 11 votos a favor contra 1 (fls. 192/194).

Já a citada reunião na Comunidade Porto Novo, só ocorrera somente no dia 29 de abril de 2017, e contou com a presença de Comunitários, Vereadores e do Prefeito. De acordo com a ata, a reunião tinha como pauta, em síntese, a desafetação da APA, a destinação da área da comunidade para vinda de fábricas e portos e a viabilização de progresso para a região, com empregos nesses empreendimentos para os moradores. Que os terrenos na área seriam valorizados a médio prazo. Que a APA inviabiliza atividades econômicas. Que o Prefeito está cumprindo o que foi dito na campanha e que qualquer empreendimento que vier para a área deverá cumprir a legislação. Que, por fim, a proposta foi aprovada pela maioria dos presentes na reunião (fls. 195/199).

Segue mapa da área desafetada em 2017:



Ressalte-se o depoimento da Secretária de Meio Ambiente e Turismo do Município de Belterra, Alcione Oliveira Feitosa (fls. 124/126), que declarou:

QUE ALCIONE OLIVEIRA informa que assumiu a SEMAT há dois meses; QUE quando assumiu a Secretaria, o debate sobre a redução da APA Aramanai já existia em Belterra; QUE inclusive uma das propostas do Prefeito eleito, Jociclélio Macedo, era a redução da APA; QUE a demanda pela redução da APA partia do Prefeito, provocado pelas comunidades Pindobal, Iruçanga, Porto Novo, Cajutuba, Aramanai, Santa Cruz e uma parte de São Domingos; QUE a SEMAT apenas encaminhou a proposta ao Conselho Gestor; QUE essas comunidades inclusive desejam não fazer mais parte do PAE Aramanai, alertando ainda que estas comunidades possuem parte

do seu território dentro do assentamento e parte fora; QUE a criação da APA foi mal feita, empurrada aos moradores, assim como o assentamento PAE Aramanai; QUE a APA Aramanai não possui plano de manejo, mas que pretendem implementar as discussões para a constituição deste plano; QUE houveram algumas reuniões anteriores sobre a redução da APA na Secretaria e nas comunidades por iniciativa dos comunitários; QUE a pauta da reunião do dia 24 de abril de 2017 (ata anexa) era: a) mudança da lei 163/2007, que trata da composição do Conselho Gestor; b) a votação da nova diretoria do Conselho Gestor; e c) a redução da APA, sendo comunicado os conselheiros previamente (os declarantes se comprometem a encaminhar ao Ministério Público o convite com essa pauta, juntamente com o protocolo de recebimento dos conselheiros*); QUE o Conselho Gestor da APA faz reuniões mensais e, na penúltima reunião (ata anexa), os conselheiros representantes das comunidades se manifestaram pelo interesse de sair da área da APA, pois entendem que por estarem nos limites dessa Unidade de Conservação, há limitações para suas atividades econômicas; QUE a proposta pela redução da APA e a saída da área do PAE Aramanai, vem acompanhada da transformação daquela área em zona portuária; QUE ALCIONE OLIVEIRA, na condição de Secretária de Meio Ambiente e Turismo de Belterra, é presidente do Conselho Gestor da APA Aramanai, informando que as comunidades já realizavam reuniões locais, onde se manifestaram por sair da APA antes mesmo da reunião do dia 17 de abril de 2017 (ata anexa); QUE tem conhecimento de que essas reuniões nas comunidades tem acontecido pelo menos nos últimos dois meses; QUE informa que as associações de moradores das comunidades Pindobal, Iruçanga, Porto Novo, Cajutuba, Aramanai, Santa Cruz e São Domingos encaminharão informações ao Ministério Público, juntamente com a Prefeitura, sobre a presente questão; QUE questionada sobre a realização de estudos sobre a redução da APA após as manifestações dos conselheiros das comunidades, declarou que não foi realizado estudo pela SEMAT para subsidiar a redução da APA; QUE após a aprovação do Conselho, a proposta de redução da APA foi encaminhada à Câmara Municipal, sendo aprovada e sancionada pelo Prefeito; QUE o Município de Belterra até então não possuía área portuária; QUE talvez com a revisão do Plano Diretor a área desafetada seja transformada em área portuária; QUE há mais de dois anos funcionava na Comunidade Iruçanga um porto para transporte de madeira da empresa LN Guerra, que foi autuada pela SEMAT e hoje não está em funcionamento (se comprometem a encaminhar cópia das notificações ambientais*); QUE esse porto tinha anuência do ex-Conselho Gestor da APA; QUE informam que próximo a APA Aramanai será a área do Parque Industrial a ser localizada na rodovia PA 433 (que liga a BR 163 à Comunidade Cajutuba/Aramanai); QUE a proposta do Prefeito é transformar toda essa área ao longo da PA 433 em área de interesse industrial, com ligação direta à futura área portuária; QUE sobre essas propostas, não há estudos em tramite na SEMAT; QUE a SEMAT tem feito as fiscalizações ambientais no Município; QUE a equipe de fiscalização ambiental conta com 3 técnicos, mas que nas atividades de fiscalização, o pessoal do licenciamento acompanha a equipe; QUE a principal dificuldade é quanto aos recursos materiais; QUE também realizam atividades de fiscalização nos limites da APA Aramanai, com ações de recuperação de igarapé, fiscalizações de degradações ambientais, entre outros (...)"

Embora o Município de Belterra tenha informado de que houve previamente uma série de reuniões informativas com as comunidades envolvidas sobre a proposta de desafetação da APA e a sua destinação para futuros empreendimentos, os documentos apresentados não levam a essa conclusão.

Quanto ao fato de justificar a diminuição da Área de Proteção Ambiental pela ineficiência dos mecanismos de controle e gestão da unidade, não encontra fundamento constitucional e factual, sendo mais um incentivo às investidas predatórias e de especulação imobiliária naquela área de proteção. Este argumento simplista poderia ser usado até para justificar, por exemplo, a extinção do Secretaria Municipal

de Meio Ambiente e Turismo de Belterra, já que sua função de defesa da APA Aramanai seria, ao longo de todos esses anos, falha.

Contudo, esse não pode ser o entendimento. A manutenção da integridade da APA Aramanai como espaço especialmente protegido em sua definição inicial se trata de cumprir a obrigação imposta pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, de defender e preservar o meio ambiente como bem maior para as presentes e futuras gerações. Dentre os deveres de preservação está exatamente a obrigação de definir espaços territoriais e seus componentes especialmente protegidos, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifique sua proteção.

Registre-se que a desafetação da APA Aramanai gera o agravamento de conflitos pela terra na região em detrimento da população local, inclusive com anúncios de venda de lotes, o aumento da pressão da especulação imobiliária e portuário para fins de exportação, tendo vista a consolidação e a conclusão do asfaltamento da BR-163 como novo corredor da soja, o aumento de áreas plantadas na região, dos grandes projetos de infraestrutura previstos, como as hidrelétricas planejadas para a Bacia do Tapajós, e a construção da Ferrovia Ferro-grão (fls. 01/02, 112/121, fls. 223/224).

2. DO DIREITO

2.1. DA LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

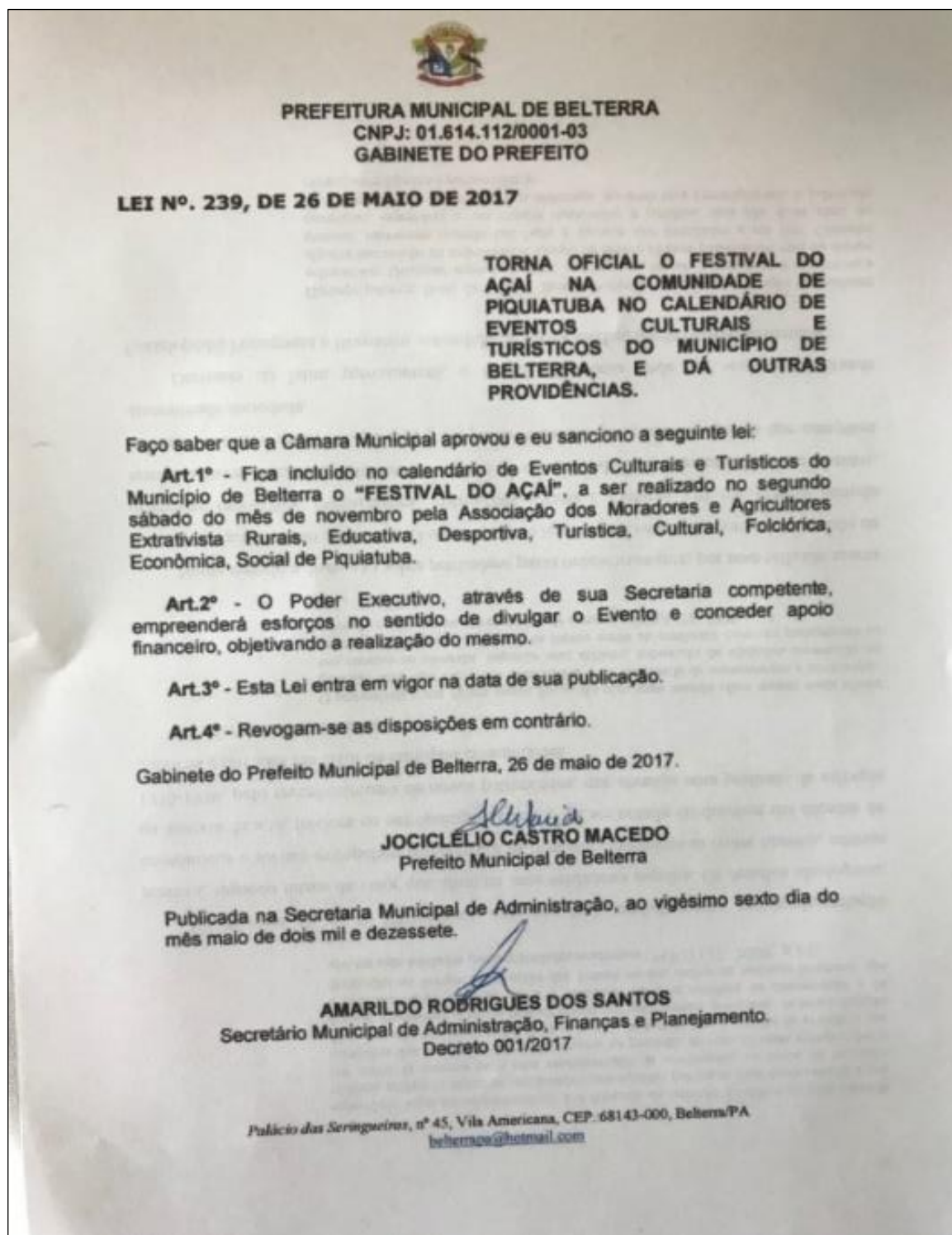
A Constituição Federal incumbiu ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, alçando-lhe à condição de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado (art. 127). Estabeleceu, também, ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III).

No artigo 129, II, também da Carta Magna, o legislador atribuiu-lhe a função de “zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia”.

O artigo 178, inciso III, da Constituição Federal de 1988, também dispõe que o Ministério Público deve atuar nos processos que envolvem conflitos coletivos pela posse de terra rural, e no caso em tela há sobreposição de assentamento do INCRA com a unidade de conservação municipal e área recentemente desafetada para permitir empreendimentos e atividades econômicas que podem colidir com os objetivos do projeto de assentamento da reforma agrária, configurando conflito coletivo em área rural.

A Lei nº 8.625/93 dispõe ser função institucional do Ministério Público a defesa do patrimônio público e meio ambiente, bem como dos direitos e interesses coletivos, competindo-lhe a promoção de inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos referidos interesses (art. 25, IV, a).

ANEXO G - Figura 2 - Lei que instituiu e oficializou o festival do açaí



Fonte: Prefeitura Municipal de Belterra (2017).